

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

MARCOS SILVA DE MELO

FRAGMENTOS DA CIDADE NA COR DE AZEVIQUE:
A História da Favela Nova Holanda nas Narrativas das Mulheres Negras

RIO DE JANEIRO
2020

MARCOS SILVA DE MELO

FRAGMENTOS DA CIDADE NA COR DE AZEVICHE:
A História da Favela Nova Holanda nas Narrativas das Mulheres Negras

Dissertação para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais e Projetos Sociais da Fundação Getúlio Vargas.

Orientador^a: Ynaê Lopes dos Santos

Co-orientador^a: Angela Moreira Domingues da Silva

RIO DE JANEIRO
2020

Melo, Marcos Silva de

Fragmentos da cidade na cor de azeviche: a história da favela Nova
Holanda nas narrativas das mulheres negras / Marcos Silva de Melo. – 2020.
104 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio
Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.
Orientador: Ynaê Lopes dos Santos
Inclui bibliografia.

1. Favelas - Rio de Janeiro (RJ) - História. 2. Faveladas. 3. Favelas –
Remoção. 4. Favelas – Urbanização. 5. Nova Holanda (Rio de Janeiro, RJ) -
História. 6. Negras – Rio de Janeiro (RJ) – História. I. Santos, Ynaê Lopes dos. II.
Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-
Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 301.363098153

MARCOS SILVA DE MELO

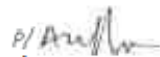
"FRAGMENTOS DA CIDADE NA COR DE AZEVIÇHE: A HISTÓRIA DA FAVELA NOVA HOLANDA NA NARRATIVA DAS MULHERES NEGRAS".

Dissertação apresentado(a) ao Curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do(a) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre(a) em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Data da defesa: 07/12/2020

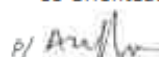
ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Presidente da Comissão Examinadora: Profª Angela Moreira Domingues da Silva


Ynaê Lopes dos Santos
Orientador


Lucia Maria Lippi Oliveira
Membro Interno


Angela Moreira Domingues da Silva
Co-Orientador


Lia de Mattos Rocha
Membro Externo

Nos termos da Lei nº 13.879 de 08/02/20 - DOU nº 27 de 07/02/20 e Portaria MEC nº 544 de 18/08/20 - DOU nº 114 de 17/08/20 que dispõem sobre a suspensão temporária das atividades acadêmicas presenciais e a utilização de recursos tecnológicos face ao COVID-19, as apresentações das defesas de Tese e Dissertação, de forma excepcional, serão realizadas de forma remota e síncrona, incluindo-se nessa modalidade membros da banca e discente.



Celso Corrêa Pinto de Castro
Diretor



Antonio de Araujo Freitas Junior
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação FGV

Antonio Freitas, PhD
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação
Fundação Getúlio Vargas

Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV

Em caso de participação de Membro(s) da Banca Examinadora de forma não-presencial*, o Presidente da Comissão Examinadora assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

Dedico esta dissertação ao trio que me inspira todos os dias:meus
filhos Igor, Matheus e minha companheira Mari. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Para que esta dissertação se tornasse realidade, contei com o apoio de muitas pessoas que me ajudaram direta e indiretamente pelo carinho, amor, amizade, ou ainda em ambas as formas. São a estas pessoas que dirijo agora meus agradecimentos.

Aos meus pais, Mariae Severino(in memoriam). Eu nunca teria chegado até aqui se não fosse por vocês, e também por vocês eu espero continuar lutando por novas conquistas pessoais e profissionais. Muito obrigado por tudo.

À minha irmã e segunda mãe, Mônica, obrigado por tudo, por sempre acreditar em mim, por fazer todo o esforço necessário para que eu pudesse estudar.Obrigado por sempre acompanhar de perto as minhas conquistas.

À Marisia Cavalcanti que acompanha a minha trajetória desde a adolescência. Obrigado pelo incentivo no momento do vestibular, obrigado por conseguir articular com uma amiga a doação dos primeiros livros de minha graduação.

Aos meus professores da EJA, Aída Regina e Alexandre Valadão. Foi através deles que eu acreditei que era possível chegar à universidade.

Aos companheiros que atuam comigo nas organizações Luta pela Paz e Redes da Maré. Em especial aos companheiros Caiett Genial, Rodrigo Mesquita, Luciana Alves, Viviane Carmem e Fernanda Mesquita. Foi através deles que eu tive as primeiras conversas sobre o projeto de pesquisa.

À minha orientadora, professora Ynaê Lopes. Obrigado por me apoiar na mudança do tema desde o dia 14 de março de 2018. Foi através de sua orientação que eu cheguei até aqui. Gratidão por tudo.

À minha co-orientadora, Angela Moreira. Obrigado por acompanhar minha pesquisa e por todo o incentivo.

Aos membros da Banca Examinadora, Professora Lia de Mattos Rocha e Professora Lúcia Lippi Oliveira. Referências importantes para a realização do trabalho.

À Elza Jorge, Helena Edir, Marlucy Siqueira e Miriam Santos. Vocês são as pérolas na cor de azeviche que abrilhantam este trabalho. Obrigado por abrirem suas vidas e permitir que a partir destes relatos eu pudesse escrever este trabalho.

Aos meus alunos da Maré, em especial os alunos do pré-vestibular e os alunos do Colégio Carlos Gomes em Duque de Caxias.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, Políticas e Bens Culturais, em especial aos professores do Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Um agradecimento aos amigos de turma, em especial as amigas Ana e Elaine, que juntos formamos o trio ternura. Certamente levarei a amizade de vocês para a vida inteira.

RESUMO

A dissertação busca analisar a história e memória da favela Nova Holanda, tendo como foco as narrativas de quatro moradoras que vivenciaram o processo de remoção ao longo das décadas de 1960 e 1970, criando um vínculo afetivo com o novo território enquanto moradoras e posteriormente militantes do movimento associativista. A partir dos conceitos de interseccionalidade e negritude, procuramos investigar a periferia sob os recortes de gênero e raça entendidos como importantes componentes de análise das personagens, suas experiências individuais e percepções acerca das iniciativas voltadas para a garantia de direitos e melhorias das condições de vida da população na favela. Do ponto de vista metodológico, optamos pela história oral, em especial a técnica da história de vida, tendo as entrevistas como instrumento de compreensão do processo histórico que se gestou no território ao longo das décadas de 1970 e 1980. O levantamento de dados acerca da população da Nova Holanda, principalmente sobre os recortes de gênero e raça foi alicerçado em dois aportes documentais: o Censo populacional (2010), pertencente ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - sobretudo a plataforma intitulada: “aglomerados subnormais”, além do Censo Maré (2019) – elaborado pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Redes de Desenvolvimento da Maré, que nos trouxe um panorama sobre a população negra e feminina existente na Nova Holanda, além de demais informações de caráter histórico acerca do território na contemporaneidade.

Palavras-chave: Favela. Associativismo. Mulheres Negras.

ABSTRACT

The dissertation seeks to analyze the history and memory of the Nova Holanda favela, focusing on the narratives of four residents who experienced the eviction process throughout the 1960s and 1970s, creating an affective bond with the new territory as residents and later militants of the associative movement. Based on the concepts of intersectionality and blackness, we seek to investigate the periphery in terms of gender and race, understood as important components of analysis of the characters, their individual experiences and perceptions about the initiatives aimed at guaranteeing rights and improving the living conditions of the population in the favela. From the methodological point of view, we opted for oral history, especially the technique of life history, with interviews as an instrument for understanding the historical process that took place in the territory throughout the 1970s and 1980s. population of Nova Holanda, mainly on the gender and race cuts was based on two documentary contributions: the Population Census (2010), belonging to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) - above all the platform entitled: “subnormal agglomerates”, do Censo Maré (2019) - prepared by the Civil Society Organization of Public Interest - Maré Development Networks, which brought us an overview of the black and female population in Nova Holanda, in addition to other historical information about the territory in contemporaneity.

Key words:Shanty town. Associativism. Black Women.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1. Transporte de água em barril na favela da Maré.....	22
Figura 2. Transporte de água em barril na favela da Maré.....	23
Figura 3. Parque do Flamengo - década de 1960.....	26
Figura 4. Construção do viaduto da Penha – década de 1960.....	26
Figura 5. Lacerda apresenta a obra de abastecimento de água da cidade.....	27
Figura 6. Mapa das favelas removidas.....	33
Figura 7. Carlos Lacerda na favela de Brás de Pina.....	34
Figura 8. Carlos Lacerda visita uma favela– década de 1960.....	35
Figura 9. Casa de um conjunto habitacional do Rio de Janeiro– 1960.....	36
Figura 10. Família removida – 1960.....	39
Figura 11. Favela Nova Holanda – 1960.....	40
Figura 12. Favela Nova Holanda – Imagem do duplex – 1966.....	41
Figura 13. Cadastro de um morador do CHP Nova Holanda.....	53
Figura 14. Primeiros moradores chegando ao CHP Nova Holanda– década de 1960.....	54
Figura 15. Vista aérea das favelas da Maré – 1972.....	61
Figura 16. Moradias de madeira sobre palafitas na favela da Maré– 1973.....	62
Figura 17. Vitória da Chapa Rosa – 1984.....	64
Figura 18. Posse de Eliana – 1984.....	65
Figura 19. Assembleia de moradores– 1984.....	68
Figura 20. Reunião dos representantes de ruas – 1984.....	68
Figura 21. Convite da Associação de Moradores da Nova Holanda – 1990.....	70
Tabela 1 – Pessoas residentes na Maré segundo a cor ou raça, por território.....	78
Gráfico 1 –População residente na Nova Holanda segundo a cor ou raça.....	79
Tabela 2 – Pessoas residentes na Maré segundo o sexo, por território.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMANH - Associação de Moradores e Amigos de Nova Holanda

BNH - Banco Nacional de Habitação

CDD – Cidade de Deus

CEBES - Centro Brasileiro de Estudos de Saúde

CEBS - Comunidades Eclesiais de Base

CEDAE - Companhia Estadual de Água e Esgoto

CHP – Centro de habitação Provisório

CODEFAM - Comissão de Defesa das Favelas da Maré

COHAB - Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara

CMPNH - Comissão para Melhoramento do Parque Nova Holanda

EDI – Espaço de Desenvolvimento Infantil

FAFEG - Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara

FAFERJ - Federação de Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro

FLXIII – Fundação Leão XIII

OSCIP - Organização da sociedade civil de interesse público

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PEM - Programa Especial da Maré

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PROFACE - Programa de Favelas da Cedae

PSD - Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SABS - Sociedades de Amigos de Bairro

UDN – União Democrática Nacional

UEG – Universidade do Estado da Guanabara

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A favela é cidade.....	18
1.1 Carlos Lacerda e as favelas da Guanabara.....	24
1.2 A Favela Nova Holanda e a Questão Habitacional nas Décadas de 1960 e 1970.....	35
2. Nova Holanda em movimento: da Fundação Leão XIII à mobilização comunitária.....	45
2.1 As Primeiras Mobilizações na Favela Nova Holanda.....	54
2.2 O nascimento da Associação de Moradores e Amigos da Nova Holanda (AMANH).....	62
2.3 As Conquistas da Primeira Gestão da Chapa Rosa.....	66
3. História e memória da favela Nova Holanda nas narrativas das mulheres negras.....	72
3.1 O Poder das Mulheres Negras na Favela Nova Holanda.....	80
3.2 Erguendo a voz: o lugar das narrativas negras na história e memória da favela Nova Holanda.....	87
CONCLUSÃO.....	98
REFERÊNCIAS.....	100

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a história e memória da favela Nova Holanda, tendo como foco as narrativas de quatro moradoras que vivenciaram o processo de remoção ao longo das décadas de 1960 e 1970, criando um vínculo afetivo com o novo território enquanto moradoras e posteriormente militantes do movimento associativista.

Nesse cenário, o protagonismo das personagens, suas experiências individuais e percepções acerca das iniciativas voltadas para a garantia de direitos e melhorias das condições de vida na favela foram analisados a partir de um método investigativo com base em entrevistas individuais, além de estudos bibliográficos sobre o tema¹. O levantamento de dados acerca da população da Nova Holanda, em especial sobre os recortes de gênero e raça foi alicerçado em dois aportes documentais: o Censo populacional (2010), pertencente ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - em especial a plataforma intitulada: “aglomerados subnormais”, além do Censo Maré (2019) – elaborado pela OSCIP - Redes de Desenvolvimento da Maré que nos trouxe um panorama sobre a população negra e feminina existente na Nova Holanda, além de demais informações de caráter histórico acerca do território na contemporaneidade².

A favela Nova Holanda surgiu na década de 1960, em decorrência do Programa de Remoção das favelas do Rio de Janeiro durante a gestão de Carlos Lacerda como governador do estado da Guanabara (1960–65). De acordo com Valladares, diferente de outras favelas da Maré, a Nova Holanda foi formada por um contingente de 8% das famílias transferidas para uma triagem destinada aos removidos de diferentes pontos da cidade (1978, p. 62). Para a Nova Holanda foram os moradores das extintas “favela do Esqueleto (Maracanã, Zona Norte),

¹ Dentre as principais fontes consultadas para a realização do trabalho, destacamos a autobiografia de Lacerda intitulada: Depoimentos / Carlos Lacerda: prefácio de Ruy Mesquita: organização de textos e seleção de documentos| de | Cláudio Lacerda Paiva – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978; a obra intitulada: A favela fala: depoimentos ao CPDOC/ Organizadores Dulce Chaves Pandolfi, Mario Grynszpan. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, as pesquisas produzidas pelo Núcleo de Memória e Identidade dos Moradores da Maré (NUMIM), dentre elas: Memória e identidade dos moradores do morro do Timbau e Parque Proletário da Maré / organizado por: Diniz, Edson; Belfort, Marcelo Castro; Ribeiro, Paula – Rio de Janeiro: Editora Redes da Maré, 2013 e Memória e identidade dos moradores da Nova Holanda / organizado por: Diniz, Edson; Belfort, Marcelo Castro; Ribeiro, Paula – Rio de Janeiro: Editora Redes da Maré, 2012 e o trabalho intitulado: Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV/ Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira, organizadores. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

² Diante da necessidade de racializar a favela, tomamos como referência estes instrumentos de análise, para a realização da pesquisa de acordo com os recortes de gênero e raça supracitados como significativas peças no diálogo sobre o protagonismo das mulheres negras na história da Nova Holanda, considerando suas inserções em grupos religiosos, associações de moradores, postos de saúde, cooperativas habitacionais, dentro outros.

morro da Formiga (Tijuca, Zona Norte), morro do Querosene (Centro), favela Praia do Pinto (Leblon, Zona Sul) e favela Macedo Sobrinho (Humaitá, Zona Sul)”.

De acordo com Carvalho, entre as décadas de 1960 e 1970, a questão habitacional colocava-se no centro das políticas públicas justificadas pela remoção ao ver na expansão das favelas uma ameaça à ordem urbana, principalmente nas regiões mais valorizadas pelo mercado imobiliário (2006, p. 48).

Projetada para receber a população removida dentro de um caráter transitório, o Centro de Habitação Provisório Nova Holanda (CHP) se afirmou como um instrumento disciplinar aplicado aos seus habitantes até que estes “aprendessem novos hábitos de higiene, novas formas de relacionamento social e convivência comunitária”, segundo Diniz, Belfort e Ribeiro (2012, p. 83).

Com relação aos procedimentos metodológicos da pesquisa sobre a construção da Nova Holanda pelo poder público e tendo como registro etnográfico a percepção destas quatro personagens, destacamos que permanece nas narrativas das moradoras a memória sobre os aspectos da favela, tendo como principais características o fato de serem projetadas a partir de galpões extremamente precários.

Entre as décadas de 1960 e 1980, a população de Nova Holanda cresceu e o Centro de Habitação Provisório (CHP) projetado sob a égide lacerdista, acabou se tornando um espaço de moradia permanente, contribuindo cada vez mais para o aumento das demandas, o que na prática, deixava claro que a intervenção do Estado, não funcionou.

Nesta circunstância, marcada pela tentativa de extinção das favelas via remoção, a resistência dos moradores ganhou corpo e evidenciou o protagonismo popular como o principal instrumento de voz e mobilização. Em alguns casos, os moradores travaram enfrentamentos diretos com a polícia pela permanência de suas favelas. Entretanto, como aborda Carvalho (2006, p. 51), logo após o golpe de 64 as mobilizações empreendidas pelos moradores contra a remoção sofreram duras repressões, acarretando no seu esvaziamento.

Somente em 1975, o Estado redesenhou o seu plano de combate às favelas e rompeu com a prática de remoção em massa, optando por intervenções de caráter infraestrutural que foi simbolizado pelo Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR), vinculado ao governo federal e que objetivava intervir nas favelas através de obras de saneamento e aterramento das palafitas, entre outras prioridades.

O primeiro programa realizado pelo PROMORAR foi o Projeto - Rio, que tinha por meta urbanizar as favelas situadas ao longo da Baía de Guanabara e remover os moradores

das palafitas para os conjuntos habitacionais construídos em terrenos da Maré. A mediação entre os moradores e o Estado era feita por representantes comunitários em um momento de retorno do movimento que convergiu para o contexto de redemocratização do país ampliando essa fase da nova participação cívica no Brasil enquanto fruto de todo um cenário marcado por intensas transformações, como as altas taxas de urbanização, o desenvolvimento das camadas médias da sociedade, além de um contingente populacional essencialmente urbano que potencializava uma nova cidadania nas periferias na década de 1970.

Segundo Holston, os trabalhadores pobres foram barrados do acesso à cidadania social e civil nos anos em que foram pioneiros nas periferias urbanas. Sua condição de moradores ilegais, empobrecidos, sem estudo, sem título e, portanto, marginalizados os alienou da lei, minando seus direitos e subvertendo o desenvolvimento de uma cidadania civil nos lugares tradicionais de suas realizações na lei, na propriedade e na educação (2013, p. 305). Porém, em suas periferias os trabalhadores foram os precursores, ainda que o contexto fosse marcado pelo governo militar, conseguindo com algumas exceções uma mobilização via organizações de bairros, Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) pertencentes à Igreja Católica e as associações de moradores que ficou popularmente conhecida como “Sociedades de Amigos de Bairro” (SABS).

Neste universo marcado por profundas transformações, os movimentos sociais se expandem pelo país ampliando a capacidade de representação de diferentes grupos como as greves do ABC paulista, o movimento negro, o movimento feminista, o movimento em prol das questões ambientais, além do associativismo comunitário que ganhou uma importância significativa no cenário urbano enquanto um movimento social de cunho popular, representando as vozes das favelas para expressar seus protestos e encaminhar as demandas da periferia.

Nesse cenário embrionário da redemocratização, a vitória de Leonel Brizola para governador do estado do Rio de Janeiro, em 1982, surgiu como uma possibilidade real de diálogo entre Estado e favela que se fortaleceu e ganhou mais voz, representando sem dúvida um marco histórico e, portanto, fator determinante para o movimento de conquista da associação de moradores em Nova Holanda ao longo das décadas de 1980 e 1990. Porém, torna-se relevante observar até aqui o protagonismo destas mulheres que se articulavam desde o final da década de 1970 na mobilização dos moradores em torno de acesso à infraestrutura básica como água e saneamento, na construção de postos de saúde e escolas pelo poder público.

Neste contexto marcado pela disputa pelo acesso à cidade, a população afrodescendente se tornou alvo de programas habitacionais e demais intervenções em detrimento de uma noção de “cidade ideal”, como afirma Campos (2005, p. 77). Sendo assim, nota-se que acerca do fenômeno fundador da Nova Holanda, é de suma importância interpretar estas múltiplas questões que passam pelas disputas políticas, os interesses econômicos, os recortes de gênero, classe e raça, tendo em vista que no conjunto da cidade, as favelas são peças integrantes do território, representando uma noção de identidade sócio-espacial a partir de sua população de maioria negra.

A presente pesquisa propõe uma análise da favela a partir de diferentes entendimentos e, em especial, a ideia de compreendê-la como um espaço negro e feminino, tornando relevante uma análise de diferentes pesquisadores³.

Destacamos como referencial conceitual a abordagem de Nunes (2018, p. 17) sobre a mulher de favela entendida como um sujeito que se constrói a partir da consciência “em si” e “para si” no desejo de luta para a transformação da realidade via conscientização sócio-histórica e práxis política. De fato, há de se compreender que a figura da mulher de favela, em especial a mulher negra, carrega em suas pertencas uma rede de representações que atravessam a sua historicidade e demarcam nos campos da identidade de gênero, classe e raça o seu lugar na sociedade.

Em se tratando das mulheres negras da favela Nova Holanda, partimos de suas narrativas para compreender a questão racial na sociedade brasileira. Firmadas sob a ótica da subalternidade dos afrodescendentes, além de reforçada pelo mito da democracia racial, como observado por Fernandes (1972, p. 40). Este dilema racial brasileiro acentua a necessidade de reafirmar o protagonismo das mulheres negras como personagens centrais na compreensão da luta dos moradores da Nova Holanda pelo gozo da cidadania plena, tendo em vista que em

³Dentre os autores pesquisados, destacamos os trabalhos de Nunes (2018), tendo estudado o papel das mulheres nas/das favelas do Rio de Janeiro evidenciando o protagonismo das personagens via partidos políticos, movimentos associativismo comunitário e organizações da sociedade civil; Perlman (1977), que a partir do conjunto de estereótipos sobre a pobreza urbana e as favelas do Rio de Janeiro se contrapôs ao “mito da marginalidade” colocando em evidência o grau de articulação dos moradores das favelas estudadas, além de sua herança cultural; Zaluar e Alvito (2004), que organizaram um livro destinado a abordar o centenário da favela, buscando como debate as visões de onze intelectuais sobre as favelas do Rio e suas representações, reconstituindo uma abordagem histórica que abrange do movimento que vai da exclusão do mapa oficial da cidade à representação da favela em folhetos de propaganda turística; Valladares (2005), que se dedicou em escrever uma obra sociológica sobre a favela, tendo como questão central o seu eu mito de origem até o momento presente marcado por uma relação do espaço-problema e a favela virtual, além das suas múltiplas imagens e representações no último século; Valladares (1978), obra que foi fruto de sua tese de doutoramento defendida na Universidade de Toulouse-lé-Mirail em 1974 tendo analisado o programa de remoção das favelas do Rio de Janeiro entre 1966 e 1970; Campos (2005), buscou na própria vivência de homem negro analisar a representação favela como produção do espaço marginalizado, tendo como referencial a afirmação de uma “violência” que se origina a partir da estrutura fundiária estabelecida desde o império do Brasil.

suas trajetórias de vida há um histórico de sujeição marcado pelas disputas das narrativas sobre a história local, em detrimento de um discurso que emerge da ideia de homogeneidade do associativismo comunitário.

A partir das reflexões sobre o lugar das mulheres negras na história da Nova Holanda, é importante destacar os artifícios do esquecimento e do silêncio em relação às personagens, tendo em vista que estas são consideradas memórias subterrâneas, clandestinas e inaudíveis diante de permanentes disputas que se estabelecem no plano das relações cotidianas e como lembranças que são transmitidas a partir de redes de sociabilidades afetivas ou mesmo no plano político, caracterizadas por Pollak, pelo reconhecimento do potencial de análise dos excluídos, dos marginalizados e que se opõe à chamada memória oficial (1989, p. 4). Cabe ressaltar que a busca pelo reconhecimento destas mulheres como importantes figuras no estabelecimento das conquistas no território é um esforço no sentido de visibilizá-las no campo político, enquanto cidadãs capazes de romper com a marginalidade imposta não só pela sua condição de gênero, mas também a sua condição racial margeada pelo drama coletivo em torno da habitação.

Este constructo social representado pela imagem da mulher negra moradora da favela traz consigo a emergência do debate acerca da luta da população afrodescendente demarcadas pelas noções de consciência e memória, afirmada por Gonzalez, como um lugar marcado pela lógica do desconhecimento e da alienação, enquanto que a memória constituindo-se pelo lugar da emergência da verdade, de uma história que não foi escrita (1984, p. 226).

No Brasil, a questão racial é vista como um entrave na consolidação das relações sociais destinando-se a uma sequência de valores e normas morais ditados pela elite branca que, em geral, demarca o lugar da mulher negra e latino-americana supostamente caracterizada pela miscigenação seletiva, ditando uma noção falsa de democracia racial. Diante destas questões, Gonzalez, faz uma provocação ao observar que em sua concepção o Brasil já estava africanizado, cunhando o conceito de Améfrica Ladina (1984, p. 236).

Diante dessa conjuntura, observa-se no plano simbólico a lógica da violência contra a população negra, em especial nas favelas como efeito de um passado escravocrata e delimitado por diferentes discursos comprometidos em afirmar o seu caráter marginal, em particular ao estigmatizar a mulher negra moradora de favela. Porém, apesar dos restritos limites, há no mundo contemporâneo uma luta sistemática para o rompimento da barreira do isolacionismo via protagonismo político. Assim, destacamos a importância deste trabalho que busca compreender a partir das narrativas das mulheres negras, em contraponto com as

políticas habitacionais e o dilema racial brasileiro os aspectos que tornam a favela Nova Holanda, um lugar significativo na memória da luta afrodescendente.

Ainda que estejamos enfrentando uma pandemia, o que exige um distanciamento social, metodologicamente a pesquisa foi dividida em três momentos: levantamento das fontes documentais e identificação das personagens para a realização das entrevistas (atividade pré-campo), leitura, análise e separação das fontes documentais, além da realização das entrevistas com as personagens selecionadas via videoconferência (atividade de campo), análise, levantamento dos dados e transcrições das entrevistas (pós-campo).

Para a seleção dos dados optamos pela história oral, em particular a história de vida, em decorrência da importância na coleta das narrativas destas personagens selecionadas, além da relevância de suas experiências pessoais para o aprofundamento do trabalho.

O recorte deste estudo se deu em face de experiências pessoais no campo da memória afetiva e das perspectivas que vivencio cotidianamente como pesquisador e educador na Maré, em especial na favela Nova Holanda.

Cada entrevista foi realizada de forma individual por videoconferência, com data e hora marcada e focada nas trajetórias que cada personagem possui e cujas vivências tenham algum envolvimento com o tema. Inicialmente, havíamos selecionado oito personagens para a realização das entrevistas em função de suas identidades enquanto mulheres negras e suas participações em contextos históricos de grande relevância no território, dentre eles, a atuação no movimento associativista. Porém, em função da pandemia de COVID-19 desde março de 2020 o contato presencial com as personagens se tornou uma tarefa difícil e até mesmo arriscada, tendo em vista que já são idosas que possuem diferentes morbidades.

Diante da dificuldade em realizar as entrevistas com todas as personagens, optamos por entrevistar quatro delas: Elza Jorge - 63 anos, nasceu em 03 de agosto de 1957, no Rio de Janeiro. É moradora da Nova Holanda, desde que sua família foi removida da favela Macedo Sobrinho no bairro do Humaitá, Zona Sul do Rio de Janeiro no ano de 1971. Elza sempre teve uma forte atuação política na favela Nova Holanda onde cresceu em meio à ameaça da remoção e a luta do associativismo comunitário. Teve uma importante atuação no posto de saúde da favela Nova Holanda. Atualmente é aposentada pela Prefeitura do Rio de Janeiro; Helena Edir Vicente, moradora da Nova Holanda desde o início da década de 1970. Muito atuante no movimento católico, logo se uniu na luta do movimento associativista. Dona Helena – como é mais conhecida – foi muito atuante na Chapa Rosa e fez parte da diretoria da Associação de Moradores e Amigos da Nova Holanda (AMANH) até o início da década de

1990. Atualmente, é diretora na Redes de Desenvolvimento da Maré – uma organização da sociedade civil que nasceu no final da década de 1990 e início dos anos 2000, localizada na Nova Holanda; Marlucy Siqueira - 50 anos, nasceu em 11 de maio de 1970, na favela Nova Holanda, cerca de 1 mês depois de sua família ter sido removida da favela da Catacumba, localizada na Lagoa Rodrigo de Freitas. Marlucy sempre morou na favela Nova Holanda onde cresceu em meio à ameaça da remoção e a luta do associativismo comunitário. Teve uma importante atuação na associação de moradores e na creche comunitária. Com uma vida dedicada às questões sociais, graduou-se em Serviço Social e, atualmente, é muito ativa na promoção de direitos de crianças e adolescentes vítimas de múltiplas violências, atuando, não só na favela Nova Holanda, como também, em diversas favelas da Maré por meio de uma Organização da Sociedade Civil; Miriam Santos - 62 anos, nasceu em 01 de novembro de 1958, no Rio de Janeiro. É moradora da favela Nova Holanda, desde que sua família foi removida da favela Macedo Sobrinho no bairro do Humaitá, Zona Sul do Rio de Janeiro no ano de 1971. Miriam sempre teve uma forte atuação na favela Nova Holanda onde cresceu em meio à ameaça da remoção e a luta do associativismo comunitário. Teve uma importante atuação na associação de moradores, ocupando o cargo de diretora e mais tarde de coordenadora na creche comunitária. Com uma vida dedicada às questões sociais, graduou-se em Teologia e, atualmente, continua atuando na favela Nova Holanda por meio de uma Organização da Sociedade Civil.

De modo que o leitor possa ter uma melhor compreensão do conjunto de questões apontadas aqui, organizamos o trabalho da seguinte forma: No primeiro capítulo, apresentamos um debate teórico sobre favela e cidade em contraponto com os projetos de habitação voltados para a população das periferias cariocas entre as décadas de 1960 e 1970. Outro aspecto importante também abordado foi a história de construção da favela Nova Holanda inserida no debate sobre o surgimento das favelas como um problema urbano. A segunda parte deste capítulo é uma abordagem sobre o papel do governador Carlos Lacerda enquanto principal articulador das políticas habitacionais na década de 1960 e a memória das moradoras removidas sobre as condições do Centro de Habitação Provisório Nova Holanda. O segundo capítulo apresenta a favela Nova Holanda em diferentes perspectivas, onde o primeiro momento é marcado pela atuação da Fundação Leão XIII e o segundo pela atuação da associação de moradores. Amparado principalmente na memória das moradoras sobre este período a partir da metodologia da história oral e também algumas fontes secundárias como bibliografias que apresentam discursos de militantes do movimento associativista, políticos,

funcionários do governo, fotografias, matérias jornalísticas entre outras fontes, buscamos investigar as primeiras mobilizações na favela Nova Holanda e o nascimento da Associação de Moradores e Amigos da Nova Holanda (AMANH). A segunda parte do capítulo buscou como foco a vitória da Chapa Rosa e a memória deste novo momento da vida política da Nova Holanda, como elementos centrais na construção da identidade de seus moradores e sua relação com a favela.

O terceiro capítulo apresenta uma abordagem da favela Nova Holanda a partir dos recortes de gênero e raça, considerando o percurso feito pelo trabalho ao tratar da história e da memória do território a partir dos testemunhos de mulheres negras que vivenciaram a experiência da remoção e tiveram atuações na vida política da favela. Analisamos também o papel de lideranças negras presente na memória das moradoras da Nova Holanda, tendo em vista a ausência de trabalhos que busquem racializar a favela ou mesmo considerar o protagonismo negro e feminino como fatores determinantes para os avanços do território nas últimas décadas.

Nas considerações finais, intentamos alinhar os objetivos da pesquisa com as análises feitas a partir das entrevistas. Além disso, buscamos apontar o protagonismo destas personagens enquanto mulheres negras, enfatizando seus percursos em direção ao reconhecimento dos marcadores identitários de raça, classe e gênero como importantes dispositivos de compreensão da favela vista como um fenômeno de produção da cidade.

Dessa forma, destacamos as experiências vividas por estas personagens, esperando colaborar para que a memória das mulheres negras da favela Nova Holanda possa ser compartilhada com diferentes instâncias da sociedade, possibilitando que a versão das entrevistadas sobre os acontecimentos do passado tenha o valor e a legitimidade que elas merecem.

Capítulo 1: A FAVELA É CIDADE

A minha mãe disse, né? Que foi tudo muito rápido, você não podia nem pegar suas coisas e a princípio quem veio pra Nova Holanda era aquelas pessoas que não tinha nem vinte, hoje na época não tinha nem dez reais pra pagar um uma casa, um apartamento de, que teve né, na, em Brás de Pina, no Conjunto Quitungo, né, o Guaporé que é em Brás de Pina, e no Quitungo, algumas casas na Cidade de Deus, outras na Praia de Ramos, tinha outra também na Vila Kennedy (Entrevista realizada com Marlucy Siqueira – Moradora da favela Nova Holanda no dia 08/06/2020).⁴

O relato apresentado por Marlucy Siqueira é um importante dispositivo de análise, pois nos permite ampliar o entendimento sobre o que foi o programa de remoção das favelas do Rio de Janeiro na década de 1960. Seus questionamentos sobre as condições daqueles que eram removidos para locais de triagens, como o Centro de Habitação Provisório (CHP), são relevantes para uma análise crítica da proposta de reordenamento urbano liderada pelo governador Carlos Lacerda a partir de 1960.

Sabemos que a memória é parte da nossa identidade, ela detém nossas vivências e experiências, refletindo quem somos. Além de expressar, de diferentes modos, o mundo em que estamos inseridos. No caso da memória coletiva, destacamos que, a partir do convívio social, edificamos nossas lembranças para codificar as recordações; ou seja, nós seres humanos, necessitamos de ampla convivência com os nossos pares.

Ao abordar a história e a memória dos moradores da favela Nova Holanda destacamos como questões centrais para a pesquisa as lutas por moradias e o acesso à cidade como direito fundamental. Diante disso, enfatizamos que a abordagem sobre a favela terá como base a perspectiva da memória de seus moradores em contraponto com a história da cidade do Rio de Janeiro.

Cabe aqui destacar que, enquanto sujeitos históricos diretamente envolvidos com o processo de construção de suas narrativas, cada personagem apresentará testemunhos que se expressam a partir das experiências do passado em um movimento de reflexão de suas

⁴Marlucy Siqueira possui 50 anos. Nasceu em 11 de maio de 1970 na favela Nova Holanda cerca de 1 mês depois de sua família ter sido removida da favela da Catacumba, localizada na Lagoa Rodrigo de Freitas. Marlucy sempre morou na favela Nova Holanda, onde cresceu em meio à ameaça da remoção e a luta do associativismo comunitário. Teve uma importante atuação na associação de moradores e na creche comunitária. Com uma vida dedicada às questões sociais, graduou-se em Serviço Social e, atualmente, é muito ativa na promoção de direitos de crianças e adolescentes vítimas de múltiplas violências, atuando, não só na favela Nova Holanda, como também, em diversas favelas da Maré por meio de uma Organização da Sociedade Civil. A entrevista com Marlucy Siqueira foi realizada via videoconferência no dia 08/06/2020.

histórias de vida. Essa questão torna-se crucial quando propomos um diálogo direto com aqueles que vivenciaram a experiência da remoção, como o depoimento citado na abertura deste capítulo. Neste trecho, a entrevistada – Marlucy Siqueira – apresenta a memória sobre a remoção e a chegada de sua família na favela Nova Holanda, tendo sido removidos da favela da Catacumba, localizada na Lagoa Rodrigo de Freitas em 1970.

Buscaremos, ao longo do trabalho, destacar a importância destes moradores e suas articulações como fatores determinantes para a consolidação de crenças e valores que foram fundamentais para a representação da identidade que cada um construiu sobre si e sobre a própria favela.

Segundo Pollack, toda produção de memória carrega consigo certa negociação a fim de “conciliar” memória coletiva e memórias individuais. Estas se afirmam mediante processos e atores envolvidos na construção das narrativas pautadas na análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias (1989, p. 1). Esse pressuposto norteia o debate sobre a memória dos moradores da favela Nova Holanda, pois deve ser compreendido como um caminho para a autorrepresentação enquanto indivíduos que atuaram na luta por seus direitos frente ao projeto de remoção.

A partir dos testemunhos, reconhecemos o processo de invisibilidade dos sujeitos que foram atuantes frente à ameaça da remoção, legitimando o protagonismo e a resistência no complexo exercício de resgatar o passado, trazendo novos significados no tempo presente em um movimento de luta contra o esquecimento.

Com referência à memória e ao silêncio, Pollack destaca a resistência da sociedade civil em insurgir-se contra os discursos oficiais, carregando consigo um aparato ideológico operacionalizado no campo das relações sociais ao evocar o passado a partir dos grupos minoritários (1989, p. 03). Neste caso, enfatizamos a importância em resgatar estes relatos de vida capazes de se contrapor aos discursos daqueles que justificavam, de diferentes formas, a remoção como um benefício para a população moradora das favelas entre as décadas de 1960 e 1970.

Ao partirmos desse pressuposto, ressaltamos que este limite fronteiro entre história e memória é resgatado a partir do olhar que o morador de favela constituiu sobre o programa de remoção e sobre o próprio Carlos Lacerda, quando esteve à frente do governo do Estado da Guanabara entre os anos de 1960 e 1965.

Atualmente, há uma vasta produção bibliográfica tratando das favelas do Rio de Janeiro com base em diferentes perspectivas. Dentre estas pesquisas, destacamos o trabalho

da autora Lícia do Prado Valladares com a obra intitulada: “A invenção da favela: Do mito de origem a favela.com” (2005). A pesquisa propõe um debate sobre as múltiplas imagens e representações das favelas desde o seu surgimento, no final do século XX, destacando o seu mito de origem e as principais pesquisas e produção de dados nos campos das ciências humanas. Outro importante trabalho que se intitula por: “Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito” (2013), em que o autor Rafael Soares Gonçalves aborda a construção histórico-sociológica das favelas fluminenses no campo jurídico com base na análise de diferentes fontes documentais como: leis, decretos, discursos midiáticos e, por fim, nos debates legislativos. Além das obras já citadas, destacamos o trabalho do autor Mario Brum intitulado: “Cidade Alta: História, memória e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro” (2012), cuja proposta é uma interface entre história e memória sobre um conjunto habitacional criado na década de 1960 a partir das remoções promovidas pelo governo federal e da Guanabara, entre os anos de 1968 e 1973 e o trabalho da autora Lia Mattos Rocha intitulado: Uma favela “diferente das outras?” (2013), onde a autora investiga a partir da interseção entre “silenciamento” e “pacificação” o cotidiano e a vida política da favela do Pereirão, no Rio de Janeiro.⁵

O debate sobre as favelas do Rio de Janeiro demanda um olhar cuidadoso sobre a noção de cidade enquanto um lugar de produção de memórias e historicidades nos mais diferentes âmbitos. Partindo deste pressuposto, destacamos o conceito de cidade de Michel de Certeau que compreende o universo citadino como fruto da aglomeração urbana que se estrutura diante das relações socioeconômicas e políticas em meio ao processo de produção da vida cotidiana (2009, p. 161). Entretanto, é significativo conceber que a cidade, com seu mero formalismo estético definido pelos traços da urbanidade e do alinhamento de avenidas, ruas, becos e passarelas, é marcada por práticas cotidianas de indivíduos que a consomem e determinam os usos e os desusos do seu espaço. Neste caso, a abordagem sobre essa cidade-conceito, para Certeau, aponta para uma análise do lugar diante de um fenômeno racionalmente produzido para determinar aquele que deve e aquele que pode usufruir da cidade (2009, p. 174).

Em outra perspectiva, Marcelo Lopes de Souza aborda o conceito de cidade entendida a partir da centralidade econômica, exercendo uma influência para além das

⁵ Valladares, Licia do Prado – A invenção da favela: do mito de origem a favela.com – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005; Gonçalves, Rafael Soares – Favelas do Rio de Janeiro: história e direito – Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013; Brum, Mario – Cidade Alta: História, memória e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: Pontio, 2012; Rocha, Lia de Mattos – Uma favela “diferente das outras?” – Rio de Janeiro: Editora Quartet, 2013.

estruturas territoriais inseridas em uma unidade político-administrativa (2020, p. 28). Ou seja, a cidade sendo interpretada pela dinâmica urbana e, para além de um contraponto à lógica rural, tendo como aporte os seus atributos definidos pelo papel da produção, atividades econômicas, habitação e circulação - ruas, avenidas etc. Esta cidade caracteriza-se como o centro de gestão do território, pois carrega em seu tecido os múltiplos agentes responsáveis por uma ordem que se distribui em diferentes estruturas responsáveis em certa medida pela produção do seu espaço.

Tais compreensões sobre o conceito de cidade corroboram para uma análise empreendida por Weber no artigo "Conceito e categorias da cidade", no qual o autor faz um relato histórico das primeiras cidades pré-capitalistas da Europa, seu contexto de formação, seu desenvolvimento urbano e territorial a partir da sua dinâmica econômica (1987, p.69). Pensando essa conjuntura como princípio reflexivo para a interpretação do conceito de cidade, Weber concluiu que toda cidade era essencialmente um lugar de mercado. Ou seja, marcada por um centro econômico dotada de uma lógica de produção e conectada com diferentes regiões, além de ser um local de comércio em trânsito. De movimento de mercadorias, assinalada pela dinâmica do lucro, do consumo, e dominada por uma aristocracia urbana, por aqueles que produzem e aqueles que consomem (1987, p. 70).

Essa disputa de narrativas acerca da consolidação da favela como parte da cidade permite que os seus moradores estabeleçam conexões entre o passado de lutas e o tempo presente, entre as gerações que tendem a resignificar o lugar da favela na atualidade, definindo o que Nora conceituou como lugares de memória (1993, p. 15). Assim, compreendemos que a favela Nova Holanda ocupa um importante lugar na história da cidade do Rio de Janeiro, pois carrega as recordações de lutas que podem ser narradas por seus moradores, configurando-se como um importante objeto de análise contra o esquecimento.

Um exemplo, dessa memória que se afirma, mediante as experiências de vida no território, pode ser destacada na fala da entrevistada Marlucy Siqueira quando ela apresenta seu relato sobre as dificuldades enfrentadas na favela Nova Holanda:

A princípio a gente não tinha água, né? Pagava-se pra ter água, assim, quem tinha água acabava vendendo ou tinha uma bica na beira do valão. Você tinha que ir pra a Avenida Brasil com rola, eu como não aguentava levar o rola, levava sempre umas panelinhas, um balde pra você tá trazendo água (Entrevista realizada com Marlucy Siqueira – Moradora da favela Nova Holanda no dia 08/06/2020).

Neste relato, Marlucy Siqueira apresenta sua memória sobre as dificuldades

vivenciadas por ela e por sua família logo depois que foram removidas da favela da Catacumba localizada na Lagoa Rodrigo de Freitas. Sendo transferidas para o Centro de Habitação Provisório (CHP) no ano de 1970, onde, hoje, está localizada a favela Nova Holanda. Os CHP's eram os locais de moradia destinados aos removidos das favelas cariocas durante o período remocionista entre as décadas de 1960 e 1970 como destaca Brum (2012, p. 51). Essa adversidade marcada pela precarização das condições de vida dos moradores da favela Nova Holanda, que remonta à fase do Centro de Habitação Provisório, é muito viva, como destaca Marlucy Siqueira ao explicar que a falta de água obrigava os moradores da favela, a irem até a Avenida Brasil. Esta condição da favela atestava a precariedade de serviços básicos como: calçamento de ruas, rede de energia elétrica, saneamento básico e, conseqüentemente, água encanada. As fotografias a seguir reafirmam o relato apresentado pela entrevistada Marlucy Siqueira, atestando as dificuldades dos moradores na busca de água para as suas necessidades diárias:

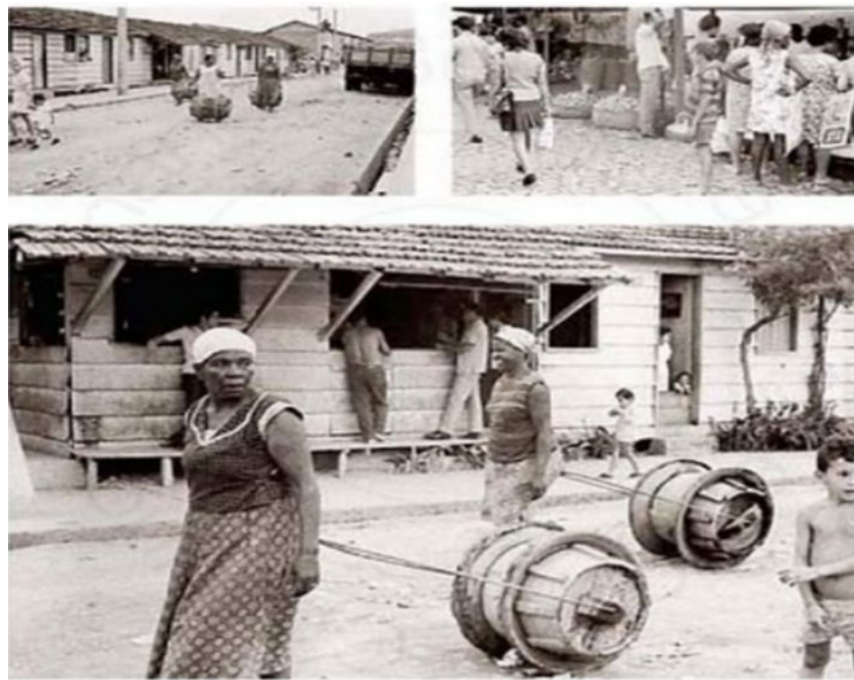


Figura 1. Transporte de água em barril na favela da Maré
Fonte: <https://www.museudamare.org>



Figura 2. Transporte de água em barril na favela da Maré

Fonte: <https://www.museudamare.org>

Este contexto de adversidade vivenciado pelos moradores da favela Nova Holanda se expressa de diferentes modos, isto é, na erradicação de suas antigas favelas, na transferência para as precárias instalações do CHP e na negligência dos serviços mais básicos como água e energia elétrica. Tudo isso está fixado na memória e, conseqüentemente, nas narrativas destes moradores quando refletem sobre os efeitos da remoção e os primeiros anos na favela Nova Holanda.

Quanto aos aspectos da favela Nova Holanda e seus serviços básicos, no contexto do período remocionista, entre as décadas de 1960 e 1970, Miriam Santos destaca:

A Nova Holanda a princípio só tinha barro, né? A Nova Holanda não tinha asfalto, ela não era asfaltada. E a iluminação era muito pouca, entendeu? Era uma favela de verdade. Aquilo sim era uma favela, né? Tinha palafitas e na parte de cá traseira tinha muita palafita, muita maré, muita água, muita sujeira/ um lugar muito feio posso te dizer, que era um lugar muito feio. Os barracos todos de madeira, a iluminação era pouca e a gente era carente, nem todo mundo tinha iluminação, né? Quando eu cheguei na minha casa no barraco que foi oferecido pra nós morarmos né? A gente não tinha a iluminação. A gente passou uns quatro cinco meses sem iluminação. Era só na lamparina e na vela pra tu ter uma ideia de como é que era o início dessa comunidade. Era muito triste, Marcos. Foi muito triste (Entrevista realizada com Miriam Santos – Moradora da favela Nova Holanda no dia 12/06/2020).⁶

⁶Miriam Santos possui 62 anos. Nasceu em 1 de novembro de 1958 no Rio de Janeiro. É moradora da favela Nova Holanda desde que sua família foi removida da favela Macedo Sobrinho no bairro do Humaitá, Zona Sul do Rio de Janeiro no ano de 1971. Miriam sempre teve uma forte atuação na favela Nova Holanda onde cresceu em meio à ameaça da remoção e a luta do associativismo comunitário. Teve uma importante atuação na associação de moradores, ocupando o cargo de diretora e mais tarde de coordenadora na creche comunitária. Com uma vida dedicada às questões sociais, graduou-se em Teologia e, atualmente, continua atuando na favela

O relato de Miriam Santos, centrado nas condições da favela Nova Holanda no contexto do CHP, é carregado de significados. Neste, ao expor a precariedade do local, que ainda é muito present e em sua memória, a entrevistada deixa claro tamanha perplexidade e violência à qual ela e sua família foram submetidas ao serem removidas sem qualquer possibilidade de questionamento. Neste caso, fica muito evidente que o Estado atuava como o principal articulador de uma política urbana de caráter segregacionista direcionado aos moradores das favelas.

Sobre a dinâmica sócio-espacial no que se refere aos projetos urbanos para as favelas da Guanabara, na década de 1960, buscaremos situar, mais adiante, os interesses que envolvem o projeto político de Carlos Lacerda e os seus desdobramentos em relação às favelas da Guanabara.

1.1 Carlos Lacerda e as favelas da Guanabara

Carlos Lacerda chegou à liderança política do Rio de Janeiro em 5 de dezembro de 1960, sendo empossado como o primeiro governador do recém-criado Estado da Guanabara, iniciando, imediatamente, uma profunda reforma administrativa⁷.

O cargo de governador não era o primeiro passo de Carlos Lacerda na vida política, pois já havia se destacado como o candidato mais votado na eleição de 1947 para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, como aponta Perez (2007, p. 38). A vivência como parlamentar pela União Democrática Nacional (UDN) não foi muito longe, pois ele acabou renunciando ao mandato cerca de um ano depois. Renúncia esta em função de divergências que, segundo Motta, estavam na discordância do fato da Lei Orgânica do Distrito Federal dar aos senadores, e não aos vereadores, o poder de examinar os vetos do prefeito carioca, o qual, por sua vez, era indicado pelo presidente da República (2005, p. 2). Ao renunciar ao mandato, Carlos Lacerda passou a se dedicar ao jornalismo, tendo sido bastante atuante nos jornais Correio da Manhã e na Tribuna da Imprensa, usando, este último, como principal instrumento na luta antigetulista.

Segundo Enders, o retorno de Carlos Lacerda para a vida política em 1960 foi marcado pelo seu interesse em projetar a sua carreira política a partir do vácuo deixado pela

Nova Holanda por meio de uma Organização da Sociedade Civil. A entrevista com Miriam Santos foi realizada via videoconferência no dia 12/06/2020.

⁷ Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

transferência da capital para Brasília (2002, p. 278).

Para Motta, ainda que o Rio de Janeiro, da década de 1960, não fosse mais a capital federal, o território ainda exercia uma importante influência enquanto Estado da Guanabara. Era uma região que reverberava tendências para todo o território nacional, dado que o Estado continuava sendo uma vitrine no que tange os princípios da identidade política e, portanto, tradição em equalizar as questões sociais de sua população (2010, p.1).

Nesta mesma perspectiva, Leite destaca que o esvaziamento político do Rio de Janeiro, na década de 1960, com a transferência da capital para Brasília foi compensado pelo fato da cidade ser muito valorizada em decorrência de sua imagem de “cidade maravilhosa”. O que atesta o seu lugar de difusor de cultura e identidade política em detrimento da lacuna que se abriu com a ausência de recursos e a perda do poder de decisão na vida política do país (2000, p.1). Além disso, Carlos Lacerda, enquanto primeiro governador do Estado da Guanabara tinha todos os holofotes direcionados para a sua gestão política, e não media esforços em esconder que faria uso de tal contexto para aplicar um modelo de gestão pública capaz de levá-lo à presidência da Federação, como afirma Enders (2002, p. 278).

Neste contexto, diversos projetos e obras foram executados em sua gestão, e, grande parte deles já tinha sido rascunhada desde o final da década de 1950, como destaca Perez ao investigar o ciclo de artigos publicados no Jornal Correio da Manhã intitulado “O que será do Rio?”. Os artigos trazem um Lacerda que elencava a educação primária, infraestrutura urbana e o desenvolvimento industrial como principais urgências para a cidade (2007, p. 202). Não à toa, estes foram os principais eixos norteadores de sua gestão como governador da Guanabara na década de 1960.

Dentre os principais projetos, podemos destacar: as obras que permitiam melhorar o abastecimento de água - que era bastante problemático para a população; a ampliação do setor de comunicação; a reforma no setor de transporte com a substituição dos bondes pelos ônibus; além da construção de estradas e túneis – como a abertura do maciço da Tijuca, ligando a Zona Norte à Zona Sul – tendo em vista que a substituição dos bondes pelos ônibus trouxe longos congestionamentos para a cidade, como afirma Enders (2002, p. 278). Outra grande construção já iniciada, desde a década de 1950, que sofreu um forte impulso na gestão de Carlos Lacerda foi o Aterro do Flamengo que se estendia à margem da baía entre a região do Castelo até Botafogo, considerada uma das maiores intervenções urbanas na cidade na década de 1960, como afirma Enders (2002, p. 278).

As fotografias a seguir atestam grande parte deste contexto marcado pela concentração

de projetos que se expandiam durante a gestão de Lacerda como governador da Guanabara:



Figura 3. Parque do Flamengo - década de 1960

Fonte: Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro na década de 1960. Autor: Maurício Dominguez Perez:2007.



Figura 4. Construção do viaduto da Penha – década de 1960

Fonte: Livro: Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro na década de 1960. Autor: Maurício Dominguez Perez:2007.



Figura 5. Lacerda apresenta a obra de abastecimento de água da cidade

Fonte: Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro na década de 1960. Autor: Maurício Dominguez Perez:2007.

Tanto a fotografia de finalização das obras do Parque do Flamengo, do viaduto na Penha, como a fotografia na qual Lacerda apresenta um trecho do túnel em um programa de TV, na década de 1960, são testemunhos dos projetos executados durante a sua gestão. O que corrobora para a perspectiva já citada nesta pesquisa, onde identificamos que Carlos Lacerda atuava como divulgador dos projetos de sua gestão com o objetivo de impulsionar a sua imagem como um bom administrador e, portanto, político qualificado o suficiente para concorrer ao cargo de presidente da República.

No âmbito da política habitacional, o projeto de Carlos Lacerda representou um divisor de águas em relação à implementação de políticas públicas para as favelas, tendo em vista a conjuntura de mudanças do Rio de Janeiro, já citado anteriormente. Segundo Brum, o período de Carlos Lacerda à frente do Estado da Guanabara, entre 1960 -1965, foi muito simbólico, pois marcou uma fase de forte atuação do poder público no que tange às favelas e sua inserção no projeto de modernização da cidade, movimento que pode ser identificado em dois períodos distintos (2012, p. 56). O primeiro tinha a urbanização como seu principal símbolo, já no segundo momento, as remoções passam a constituir o principal argumento de solução para as favelas e a questão habitacional na cidade.

Durante a fase de sua campanha para governador da Guanabara, Lacerda apresentou a urbanização das favelas como um de seus principais projetos. Ao fazer referência aos artigos “Batalha do Rio”, os quais ele próprio publicou na forma de folhetim em seu jornal a Tribuna da Imprensa. O material que Carlos Lacerda publicou era uma compilação da pesquisa intitulada: “Aspectos humanos da favela carioca”, elaborada pelo Sociólogo José Arthur Rios entre 1958 e 1960. Este, posteriormente, seria convidado por Carlos Lacerda para compor a sua equipe de governo a partir da área social. José Arthur Rios acreditava que o trabalho de urbanização das favelas com base na participação de seus moradores, via associação, fazia com que estes se tornassem mais autônomos em relação ao planejamento de suas prioridades. Brum destaca que através de um programa chamado “Operação Mutirão”, algumas favelas conseguiram empreender ações baseadas nos pressupostos do desenvolvimento de comunidades e da autoajuda, o que ampliou a participação dos moradores na urbanização de suas favelas, contribuindo para uma ruptura de mentalidade dos moradores em relação à dependência do governo (2012, p. 57).

Segundo Lippi e Motta et al.(2002, p. 68), José Arthur Rios destacou a relação do poder público como orientador de estratégias de atuação voltadas para os moradores das favelas durante o período em que fazia parte da equipe de governo de Carlos Lacerda:

Enquanto não era transformada em secretaria, reuni algumas pessoas extremamente dedicadas e comecei a fazer coisas revolucionárias para a época, que geraram reações fantásticas em “gregos e troianos”. Primeiro, eliminei todos os contatos entre favelados e “benfeitores” políticos; esses contatos passaram a ser feitos diretamente com a Coordenação. Eu nomeava um funcionário para redigir as atas de fundação de uma associação de moradores; consegui criar cerca de 50 delas. Os favelados foram os primeiros a estranhar, porque estavam acostumados ao sistema antigo. A primeira coisa que me perguntavam era: “Quem que o senhor quer que a gente escolha para a diretoria da associação?” Eu respondia: “Não quero nada, escolham vocês. Não indico ninguém, pois não sou morador de favela, vocês é que conhecem o pessoal. Mas tomem cuidado, porque vou distribuir material de construção e equipamento; então a pessoa tem que ser muito correta, muito honesta, porque se houver qualquer desvio de material vocês é que vão sofrer (Entrevista realizada com José Arthur Rios – nos dias 17 e 31 de outubro de 2000, para a ocasião do livro: Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV/ Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira, organizadores. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002).⁸

⁸ José Arthur Rios (1921-2017), cursou Ciências Sociais na antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) da Universidade do Brasil (hoje UFRJ), ‘Master of Arts’ em Sociologia na Universidade de Louisiana, foi membro do Centro Dom Vital, sendo aluno de Gustavo Corção. Profissionalmente exerceu atividades em instituições internacionais e nacionais, como consultor da ONU, professor na Universidade Estadual da Flórida e da Califórnia, e no Brasil da PUC-Rio, Santa Úrsula e UFRJ, assim como membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). A entrevista foi realizada com José Arthur Rios – nos dias 17 e 31 de outubro de 2000, para a ocasião do livro: Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV/ Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira, organizadores. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

Em meio ao trabalho da Coordenação de Serviços Sociais liderados por José Arthur Rios, Brum ressalta que a Operação Mutirão ganharia um arranque e uma atenção especial por parte de alguns políticos, pela expectativa de receber recursos do Fundo do Trigo, através de um acordo firmado entre o governo da Guanabara e a USAID (United States Agency for International Development), que era a agência de desenvolvimento externo norte-americana que fazia parte da plataforma chamada Aliança para o Progresso (2012, p. 57). Este fundo consistia em um programa de assistência de cunho socioeconômico, destinado ao desenvolvimento de países latino-americanos formalizado entre os Estados Unidos e outras vinte e duas nações do hemisfério, dentre elas, o Brasil, logo após assinarem a carta de Punta Del Este em agosto de 1961. De acordo com este documento, todos os países envolvidos deveriam traçar planos de desenvolvimento, cabendo aos EUA a sua complementação.

A administração dos fundos norte-americanos competia, em sua maior parte, à USAID. Coincidentemente, foi neste momento - a partir da chegada dos dólares vindos do Fundo do Trigo -, que José Arthur Rios relatou sofrer pressões de diferentes setores, dentre eles, a classe política da época.

Segundo Lippi e Motta et al. (2002, p. 72), José Arthur Rios explica que, ao longo do tempo, a sua permanência na gestão política de Carlos Lacerda passou a ficar difícil, pois:

O embaixador americano Lincoln Gordon, que conhecia minha atividade, resolveu desviar para as favelas do Rio de Janeiro os recursos do Fundo do Trigo; foi quando a palavra dólar entrou no imaginário e na linguagem dos políticos e dos meus colegas de governo. Começaram a fazer reivindicações, que eu recebia de má vontade, é claro, porque o dinheiro estava vinculado, "carimbado", como se diz hoje, era dinheiro para a favela. Essa era a intenção do embaixador, explicitamente revelada a mim, de modo que eu não podia ter dúvida alguma. Mas tive a ingenuidade de imaginar que poderia operar esses recursos sem sofrer pressão política. Porém, ela veio, e veio forte; eu, resistindo, com apoio do governador. Mostrava a ele o valor político da execução de um programa daqueles nas favelas, o que representaria para ele, Lacerda, diminuir no Rio de Janeiro daquela época o problema das favelas, ter um plano realmente consistente, e não mera demagogia (Entrevista realizada com José Arthur Rios – nos dias 17 e 31 de outubro de 2000, para a ocasião do livro: Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV/ Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira, organizadores. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002).

Para além dos holofotes que atraíam a atenção da elite política da época, o projeto de urbanização das favelas iniciado por Rios despiu interesses no campo da especulação imobiliária, contrariando muitos que se interessavam pelos terrenos valiosos onde estavam localizadas as favelas urbanizadas pela Operação Mutirão. Além disso, Brum destaca que o esquema de mutirão inviabilizava o pedido de grandes empréstimos às agências internacionais

de fomento, pelo fato de não existir para o período um grande projeto de construção de moradias populares (2012, p. 58).

Segundo Lippi e Motta ET al. (2002, p. 75), quando questionado sobre as pressões que sofria, José Arthur Rios ressaltava:

Creio que não há mal em dizer, porque já consta do livro de John Dulles sobre o Lacerda: Rafael de Almeida Magalhães, Amaral Neto. Embora fossem inimigos poderosos, fui ingênuo a ponto de acreditar que o peso específico das lideranças de favela me daria respaldo suficiente. Num dado momento, a situação se tornou muito difícil para mim. Fiquei sabendo, por exemplo, que pessoas do governo visitavam meus serviços, pediam informações, davam ordens, e quando se perguntava: "Mas o professor Rios sabe disso?", eles respondiam: "O professor Rios está aí por pouco tempo, vai pedir demissão logo, e o esquema vai mudar completamente". Meus funcionários vinham me perguntar se eu estava demissionário. Eu negava, mas a coisa chegou a um ponto tal que conversei com meu chefe de gabinete, o atual desembargador José Carlos Barbosa Moreira - homem de raro equilíbrio e fina inteligência -, e chegamos à conclusão de que a situação estava ficando insustentável, e era preciso tomar uma atitude, dar um passo qualquer (Entrevista realizada com José Arthur Rios – nos dias 17 e 31 de outubro de 2000, para a ocasião do livro: Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV/ Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira, organizadores. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002).

Assim, em maio de 1962, José Arthur Rios se desligou do cargo, marcando um período novo em relação às articulações políticas direcionadas às favelas, sendo sucedido por Sandra Cavalcanti para a recém-criada Secretaria de Serviços Sociais do Estado da Guanabara. A partir de então, se fixou um novo tratamento da questão habitacional que teve a remoção como carro chefe da atuação do Estado, ficando a urbanização em segundo plano.

A mudança de direção no campo das políticas públicas para as favelas, sob a articulação de Sandra Cavalcanti, contou com o forte apoio da Fundação Leão XIII⁹, em função da ligação que Lacerda e a própria Sandra Cavalcanti possuíam com a ala mais conservadora da Igreja Católica. Brum destaca a ambiguidade da Fundação Leão XIII ao atuar como uma instituição que transitava entre o setor público e o privado, ficando como responsável pelas favelas na execução de projetos de urbanização e, em alguns casos, atuando como importante instituição na construção de conjuntos habitacionais que abrigavam os removidos da época (2012, p.59). Este conjunto de ações desempenhadas pela Fundação

⁹A Fundação Leão XIII foi uma instituição criada em 1947, representando a primeira intervenção no âmbito das políticas públicas voltada para atuar nas favelas do Brasil. Dentre os trabalhos mais significativos sobre a atuação da Fundação Leão XIII, destacamos: ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua Evolução. Revista Rio de Janeiro, n. 10, maio-agosto 2003 e Scheuermann Costa, Reginaldo. A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964) / Reginaldo Scheuermann Costa. - Rio de Janeiro, 2015.

Leão XIII no governo Lacerda é apresentado por Diniz, Belfort e Ribeiro (2012, p. 149), a partir do testemunho do Seu José Adriano Knaup:

Aqui dentro tinha um regime na época em que eu me mudei para cá: o barraco era quarto, sala, cozinha e banheiro. E tinha uma área nos fundos e uma área na frente. Tudo o que você fosse fazer lá no barraco, você teria que participar à Fundação Leão XIII. Era muito melhor do que hoje. Com alguns problemas que tínhamos, mas... A fiação, na época quando a gente veio, era toda organizada. Porque tudo aqui era comandado pela Fundação Leão XIII. Mas o Carlos Lacerda que fez tudo. Deixou tudo pronto (Entrevista realizada com Seu José Adriano Knaup – para a ocasião do livro: *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda* / Edson Diniz Nóbrega Júnior; Marcelo Castro e Silva Belfort; Paula Ribeiro.- Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012).¹⁰

O que fica evidente na narrativa do Seu José Adriano Knaup é que a Fundação Leão XIII tinha uma atuação sustentada pelo governo Lacerda para atuar como um órgão gestor do CHP, fazendo toda a mediação entre seus moradores e o governo.

Ao longo das décadas de 1960, a Fundação Leão XIII passou a integrar a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB), administrando as verbas que vinham do Fundo do Trigo, na direção das mudanças implementadas pelo governo de Carlos Lacerda.

Segundo Brum, este contexto foi marcado por uma disputa entre o governo de Carlos Lacerda e o governo federal, presidido por João Goulart, sendo as verbas do Fundo do Trigo aplicadas em alguns projetos de urbanização de favelas, além da construção do conjunto habitacional de Vila Aliança (2012, p. 59). Estes embates entre Carlos Lacerda e João Goulart, concentrados no Rio de Janeiro, transformou, ao longo do tempo, o Estado da Guanabara em um forte polo de oposição ao presidente¹¹.

A partir do Programa Aliança para o Progresso, Brum destaca que inicialmente o governo Lacerda planejou remoções em locais onde se concentravam os projetos de infraestrutura urbana, como as favelas na Avenida Brasil, para a construção do Mercado São Sebastião, e a favela do Esqueleto, para a construção da Universidade da Guanabara – atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012, p. 61). Porém, grande parte das remoções

¹⁰ Seu José Adriano Knaup nasceu na cidade de São Lisburgo em Minas Gerais e migrou para o Rio de Janeiro em 1961. Descendente de Suíços que chegaram no Brasil em 1945, Seu José Adriano Knaup trabalhou na lavoura de café em Minas Gerais e como operário da construção civil no Rio de Janeiro. A entrevista foi realizada ao longo de 2011 – para a ocasião do livro: *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda* / Edson Diniz Nóbrega Júnior; Marcelo Castro e Silva Belfort; Paula Ribeiro. - Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

¹¹ De acordo com Brum, o programa Aliança para o Progresso era um importante componente na disputa entre Carlos Lacerda e João Goulart, sendo peça importante na campanha do governo Lacerdistas (2012, p.59).

concentrou-se em regiões de alto valor imobiliário, como a favela do Pasmado, em Botafogo, e a favela Getúlio Vargas, no Leblon.

A seguir, temos um testemunho do próprio Carlos Lacerda (1978, p. 232), justificando a necessidade de remover as favelas em áreas privilegiadas da cidade:

Tivemos que remover algumas favelas. Removemos até algumas que existiam em terrenos muito valorizados, onde fazer casinhas populares representava um tamanho desperdício que seria um crime contra o pobre. Porque você estará na zona mais valorizada da cidade, estará portanto diminuindo a capacidade que o governo tem de fazer coisas, em benefício do próprio pobre. Quando fizemos a Vila Aliança, em Bangu, e quando fizemos a cidade de Deus, em Jacarepaguá, não fizemos lá por acaso (Entrevista realizada com Carlos Frederico Verneck Lacerda— para a ocasião do livro: Depoimento / Carlos Lacerda; prefácio de Ruy Mesquita; organização de textos, notas e seleção de documentos |de| Claudio Lacerda Paiva. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978).¹²

A fala de Carlos Lacerda em seu perfil autobiográfico expressa, de forma bem clara, suas convicções em relação à política de remoção, atuando dentro da máquina pública na execução de projetos de habitação de cunho segregatório, ao impedir que a população pobre tivesse acesso à cidade como direito fundamental.

O fato é que, a partir da remoção da favela do Pasmado, um sinal verde abriu o

¹²Carlos Lacerda nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 30 de abril de 1914. Jornalista, escritor e empresário, fundador do jornal *Tribuna da Imprensa* e da editora Nova Fronteira. Iniciou-se na política como marxista e, em 23 de março de 1935, participou da fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que se propunha ser uma frente popular contra o integralismo, o imperialismo e o latifúndio. Rompeu com o comunismo em 1939, publicando artigo que levou seus ex-correligionários a acusarem-no de traidor. Em 1945, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) e, em 1947, foi eleito Vereador do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, renunciando ao mandato no mesmo ano, em protesto contra a aprovação pelo Senado da diminuição das prerrogativas da Câmara Municipal. Opositor ferrenho do segundo Governo de Getúlio Vargas, foi uma das vítimas (escapou com um ferimento no pé) do Atentado da Toneleros, em 5 de agosto de 1954, o qual desencadeou a crise que levaria Vargas ao suicídio. Eleito Deputado Federal em outubro seguinte com a maior votação do Distrito Federal, participou em 1955 da conspiração que visava impedir a eleição e posse de Juscelino Kubitschek e de seu vice João Goulart na Presidência da República. Na Câmara, foi Líder da UDN (1957-1958) e, após se reeleger, sendo de novo o Deputado mais votado, tornou-se Líder da Minoria (1959), representada pelo bloco UDN e PL (Partido Libertador). Eleito em outubro de 1960 Governador da Guanabara, Estado então recém-criado, renunciou ao mandato parlamentar para assumir o governo estadual (1960-1965), à frente do qual removeu favelas e realizou importantes obras viárias, de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Por diversas vezes, entrou em choque com o Presidente Jânio Quadros (jan.-ago./1961) e fez oposição sistemática a João Goulart (1961-1964). Apoiou o Golpe de 1964 e em novembro, já divergindo dos militares que haviam tomado o poder, lançou-se candidato pela UDN à Presidência da República. Contudo, teve suas pretensões frustradas pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, que acabou com a eleição direta para Presidente da República. Em 1966, com o apoio de Kubitschek e Goulart, que se encontravam exilados, articulou a Frente Ampla, pregando a união das forças políticas democráticas em torno da necessidade de redemocratização do País. Em abril de 1968, a Frente foi banida e, em 14 de dezembro seguinte, um dia após a edição do AI-5, Lacerda foi preso. Conseguiu ser libertado após uma semana de greve de fome, mas daí a poucos dias teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Morreu no Rio de Janeiro em 22 de maio de 1977.

Fonte: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1950-59/biografia-carlos-lacerda>

caminho para que a equipe de governo, coordenado por Sandra Cavalcanti, acelerasse diversas remoções com danos irreparáveis às famílias que se viram afetadas pelo distanciamento geográfico de suas novas moradias.

Grande parte dos removidos era deslocada para áreas da cidade consideradas ambientes inóspitas e de difícil mobilidade o que dificultava a vida daqueles que precisavam chegar cedo à zona sul da cidade. Este era o caso de muitos porteiros, empregadas domésticas e demais trabalhadores da área do comércio e varejo que trabalhavam na Zona Sul da cidade. Para se ter uma percepção mais efetiva dessa transformação na vida dos moradores das favelas removidas, Brum apresenta o número das famílias que foram obrigadas a habitarem outras regiões da cidade após a remoção: Pasmado, em Botafogo (911 famílias); João Cândido (665); Maria Angu, em Ramos (460); Getúlio Vargas, no Leblon (113); Maneta, no Leblon (41). Parcialmente removidas: Marquês de São Vicente, na Gávea (32); Conjunto São José (20); Macedo Sobrinho, no Humaitá (14); Del Castilho (9); Ladeira dos Funcionários, no Caju (8). Já em 1965 foram removidas totalmente: Esqueleto, no Maracanã (2.027); Rio Joana (23). Parcialmente: Brás de Pina (366); Turano, no Rio Comprido (34); Morro do Quietão, no Engenho Novo (46); Praia do Pinto, no Leblon (20); e conforme dados da COHAB, Lacerda removeu 6.290 famílias, sendo 4.800 de janeiro de 1964 a julho de 1965. E até o final de 1965, 30 mil pessoas foram removidas (2011, p.80).

Segue uma adaptação do mapa dos bairros do Rio de Janeiro a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde localizamos as favelas removidas por Carlos Lacerda entre as décadas de 1960 e 1970:

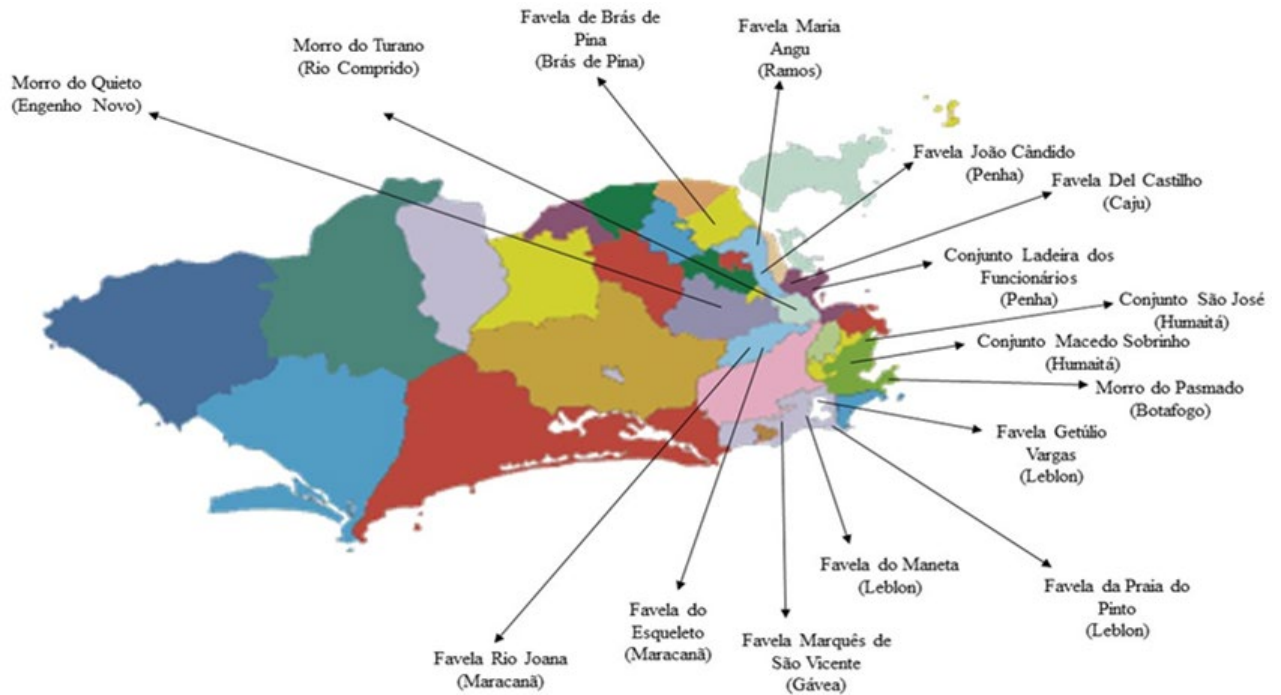


Figura 6. Mapa das favelas removidas
 Fonte: <https://mapas.ibge.gov.br/> (Adaptado)

As fotografias a seguir documentam o encontro entre Carlos Lacerda e os moradores da favela inseridos no plano de remoção, como a favela de Brás de Pina. Durante essa fase, de avanço do remocionismo, a Secretária de Serviços Sociais Sandra Cavalcanti, muitas vezes recorria ao próprio Lacerda para atuar no debate com os moradores diante de uma possível resistência à remoção. Neste caso, cabe ressaltar que, ao ser removido, o morador da favela deveria se comprometer a arcar com as prestações mensais junto à COHAB. Porém, aqueles que não possuíam um rendimento para tal eram transferidos para as casas de triagem, mais conhecidas CHP's, como foi o caso dos moradores da Nova Holanda, como pretendemos analisar mais adiante.



Figura 7. Carlos Lacerda na favela de Brás de Pina

Fonte: Livro: Depoimento Carlos Lacerda: 1914 – 1977. Autor: Carlos Lacerda:1978.



Figura 8. Carlos Lacerda visita uma favela– década de 1960

Fonte: Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro na década de 1960. Autor: Maurício Dominguez Perez:2007.

1.2 A Favela Nova Holanda e a Questão Habitacional nas Décadas de 1960 e 1970

Aí depois que eu vim descobrir que essas pessoas que ficaram na Nova Holanda eram as que não tinha nenhum tipo de renda, aquelas miseráveis mesmo falando assim, que não tinha nenhuma renda. Aí depois que a gente descobriu, mas quem

não tinha nada vinha pra Nova Holanda. Isso aqui era muito, era tudo provisório, né? que quando a minha mãe, ela conta que quando ela entrou na casa, ela pensava que era só um quarto, que não tinha banheiro. Depois que descobriu que, tinha o banheiro, mas o banheiro era nos fundos da casa. As casas pelo menos aqui, que era assim né, e tinha dois quartos. A minha casa sempre teve muita planta, né, é tinha um pé de manga e um pé de cajá. Tinha um pé de cajá na frente e nos fundos era um pé de manga e outras plantas que tinha na minha casa, e, aí minha mãe descobriu, né, igual eu tô falando, aí ficou, ela a princípio, a família dela foi todo mundo pra outro canto, pra outros lugares. Só ela que veio parar na Nova Holanda, todo mundo foi pro Conjunto Quitungo, tanto da minha mãe, quanto da família do meu pai, a maioria (Entrevista realizada com Marlucy Siqueira – Moradora da favela Nova Holanda no dia 08/06/2020).

Essa memória marcada pela vulnerabilidade citada no depoimento da personagem Marlucy Siqueira expressa o contexto de profunda desigualdade vivenciada pelas famílias moradoras das favelas do Rio de Janeiro removidas para um local desconhecido. Em geral, as remoções iniciadas no governo de Carlos Lacerda concentravam-se nas favelas da zona sul da cidade, como destaca Gonçalves ao observar que estes moradores acabavam sendo alojados em localidades distantes, em uma perspectiva de ordenamento da cidade na qual o Centro ficava reservado para os negócios, a Zona Sul para os abastados, e os subúrbios para a população pobre (2013, p. 376).

Responsável por idealizar o Centro de Habitação Provisório, onde nasceu a favela Nova Holanda e empreender a política de remoção das favelas ao longo da década de 1960. Carlos Lacerda ficou marcado na memória da população carioca. Seus sucessores deram continuidade ao plano de reordenamento urbano, marcando a permanência de políticas habitacionais de caráter excludente, já que nem sempre os removidos tinham condições de arcar com as parcelas estabelecidas junto à COHAB¹³.

Sobre a questão dos financiamentos das habitações dos removidos, a autora Licia do Prado Valladares produziu um importante estudo chamado: “Passa-se uma casa”, em que foi analisado o programa de remoção das favelas do Rio de Janeiro entre as décadas de 1960 e 1970. Ao interrogar as condições em que os moradores foram inseridos no plano de habitação pela COHAB, Licia do Prado Valladares concluiu que muitos não conseguiam se adaptar ao novo contexto da moradia – seja pela distância em relação aos locais de trabalho ou mesmo pelo rompimento dos laços com seus parentes, amigos e demais redes de sociabilidades –, além das dificuldades em arcar com as parcelas do financiamento de suas residências, o que os fez optar pela venda do imóvel e o retorno à favela, como podemos observar no anúncio da

¹³Segundo Valladares, somente entre os anos de 1962 e 1974, cerca de 139.218 pessoas foram removidas no Estado da Guanabara seguindo a gestão de Carlos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas respectivamente (1978, p. 39).

venda de um imóvel fruto do programa de habitação popular:



Figura 9. Casa de um conjunto habitacional do Rio de Janeiro– 1960

Fonte: Livro: Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Autor: Licia do Prado Valladares – 1978

A fotografia apresenta um relevante testemunho sobre os efeitos causados pelo programa da remoção das favelas cariocas nas décadas de 1960 e 1970, pois o fato da família ser removida e inserida no plano de habitação não quer dizer que o problema com a falta de moradia, dentre outras questões, tenham sido resolvidos, como podemos observar. Quanto aos moradores removidos para os CHP's, como no caso da Nova Holanda, estes também eram afetados de múltiplas formas, pois além de terem sofrido a violência da remoção, passaram a habitar um alojamento tão precário quanto as suas antigas favelas de origem.

Essa memória da remoção centrada em suas percepções sobre o Centro de Habitação Provisório é registrada no relato de Elza Jorge ao destacar:

Olha, era uma coisa meio estranha, né? Dava até medo de andar e se perder porque as ruas eram iguaizinhas e você se perdia aqui. Era muito estranho. Parecia até um campo de concentração que a gente fala, né? Era uma outra Nova Holanda também, né? Bem diferente do que a gente tá falando hoje, né? Faltava água tinha que pegar água lá na Av. Brasil praticamente. Esse período é o período que as pessoas usavam o rola que era aquele tambor pra buscar água. Porque era tudo provisório que nunca terminava, então o pessoal começou a agitar para melhorar mesmo. É assim que era a Nova Holanda nessa época, né? Tudo de madeira (Entrevista realizada com Elza Jorge – Moradora da favela Nova Holanda no dia 15/06/2020).¹⁴

¹⁴Elza Jorge possui 63 anos. Nasceu em 3 de agosto de 1957 no Rio de Janeiro. É moradora da Nova Holanda, desde que sua família foi removida da favela Macedo Sobrinho no bairro do Humaitá, Zona Sul do Rio de Janeiro no ano de 1971. Elza sempre teve uma forte atuação política na favela Nova Holanda onde cresceu em meio à ameaça da remoção e a luta do associativismo comunitário. Teve uma importante atuação no posto de

Em sua narrativa, a entrevistada Elza Jorge destaca o seu estranhamento ao se deparar com casas e ruas em formatos padronizados e chegou a comparar o CHP da Nova Holanda com um “campo de concentração”.¹⁵ Além dessa descrição, Elza destaca o quanto era difícil a vida na favela Nova Holanda ao lembrar-se da precarização no fornecimento de água, como já identificamos nos testemunhos de outros entrevistados ao longo do trabalho.

Diante dessa conjuntura, liderado por Carlos Lacerda, o governo da Guanabara se incumbiu do papel de controle dos removidos, impedidos de arcar com o financiamento de suas habitações, aplicando o tratamento que consistia na remoção seguida de sua transferência para núcleos de habitação temporários que lhes propiciariam a “pedagogia civilizatória” de que tanto necessitavam para a integração social e urbana, como afirmam Diniz, Belfort e Ribeiro (2012, p. 84).

Deste fenômeno surge a favela Nova Holanda, que abrigou os moradores removidos das favelas localizadas na região da Zona Sul e da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro ao longo das décadas de 1960 e 1970. De acordo com Diniz, Belfort e Ribeiro, a perspectiva central era a de que no CHP, os moradores adotassem novos hábitos de higiene, novas formas de relacionamento social e convivência comunitária; somente depois de conquistarem sua “civildade” necessária para morar em casa de alvenaria ou apartamentos, o “favelado” poderia deixar o espaço (2012, p. 83).

Marcado por um rompimento violento dos laços com seus antigos locais de morada e por um tratamento autoritário por parte do Estado, os moradores eram obrigados a deixar suas casas, seus trabalhos e, até mesmo, familiares e seguirem para o desconhecido local de destino.

Moradora da favela Macedo Sobrinho, localizada no Humaitá, Mirian Santos apresentou seu relato sobre o que ela lembrava acerca do momento da remoção em 1971 e a chegada ao Centro de Habitação Provisório na Nova Holanda.

Nós saímos morro foi um: um: momento muito difícil pra gente, muito difícil. Eu

saúde da favela Nova Holanda. Atualmente é aposentada pela Prefeitura do Rio de Janeiro. A entrevista com Elza Jorge foi realizada via videoconferência no dia 15/06/2020.

¹⁵ De acordo com a Enciclopédia do Holocausto, entre 1933 e 1945, a Alemanha nazista construiu mais de 40.000 campos [de extermínio e aprisionamento], além de outros centros de carceragem. As construções foram levantadas com distintas finalidades, entre elas a de servirem como campos para trabalho escravo, campos para detenção de pessoas vistas como inimigas do Estado, e também como centros de extermínio em massa.
<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/nazi-camps>

estava me recordando esses dias me lembrando da remoção. Como é que foi muito chocante essa remoção que nós ficamos na rua, na madrugada esperando o ônibus vim buscar a gente /.../ ficou todas as famílias na madrugada esperando o ônibus pra vir buscar, porque eram dois ônibus pra buscar um: milhares de pessoas pra remover /.../ um um mucado que foi pra Suburbana e o outro mucado veio pra cá pra Nova Holanda. E: essas famílias ficaram todas agrupadas na rua, de madrugada, cinco e pouca da manhã foi quando a gente saiu de lá, eu lembro disso, como se fosse hoje. Nós saímos e entramos no ônibus e viemos pra cá, pra Nova Holanda. Você sabe que a trajetória /.../ eu fui eu era jovem ainda, eu era menina, mas eu me recordo que eu fui olhando assim pela janela fui vendo as coisas que: que eu vivi todo o tempo. A minha escola que eu ia ter que abandonar, entendeu? Aquilo ficou marcado, ainda é gravado em mim ainda, que eu passava assim e via o supermercado que eu fazia compra pra minha avó pra minha mãe, entendeu? A escola em que eu estudava tudo ficando pra trás e eu indo pro um outro lugar que eu não conhecia, né? Aí quando eu cheguei aqui na Maré, é: foi interessante que: era um: foi um /.../ a gente tava todo todo a grande maioria que já tinha chegado tava já numa fila imensa esperando na porta da associação pra pegar a chave e o endereço da casa e eu me lembro que eu estava com a minha irmã pequena no colo, a Marimar tinha meses e eu com ela no colo e minha mãe entrou pra: pra pegar a chave e assinar o documento /.../ aquilo pra mim foi tão marcante que eu não esqueço desse momento, entendeu? E eu com minha irmã no colo, aquela multidão de pessoas todo mundo falando e a minha os meus outros três irmãos já tinha vindo com a minha tia na frente e já estava na casa da minha tia só fiquei eu e a pequenininha na verdade meus dois irmãos né? só ficou eu com a Marimar e a minha mãe no caminho num segundo momento. A minha tia já tinha levado os: os outros três os outros dois que eram a Margarete, não Margarete, Magno e a Márcia tinha vindo com a minha tia e eu fiquei com a minha mãe, com a Marimar ainda pequena e aquele foi um: foi um momento muito difícil pra mim e eu não entendia nada. Eu olhava assim pra as pessoas e uma: uma multidão de pessoas eu me perdi na /comunidade com a criança que a minha mãe saiu eu não a vi sair e eu fiquei perdida a: a: bebê chorando porque queria mamar foi um /momento tão difícil pra mim. Aí uma hora depois mais ou menos minha mãe me achou na rua eu perdida com a criança no colo ela desesperada porque ela não me encontrou eu me desesperada porque eu me perdi dela foi uma fase muito difícil, muito difícil. Logo assim que cheguei foi muito difícil, essa: essa fase. /.../ (Entrevista realizada com Mirian Santos – Moradora da favela Nova Holanda no dia 12/06/2020).

Diante da narrativa de Mirian Santos, percebemos como o Estado era o regulador de uma política segregacionista e violenta com a população moradora das favelas, removendo e determinando seu novo lugar na cidade, e não os reconhecendo como indivíduos possuidores de direitos. No caso da ocupação da Nova Holanda, Diniz, Belfort e Ribeiro identificam que as primeiras famílias chegaram em 1962. Porém, a transferência de removidos se estendeu até 1971, ano da última e significativa transferência de seus moradores que vinham de diferentes favelas de cidade, sendo elas: a favela do Esqueleto, do Morro da Formiga, do Morro do Querosene, da Praia do Pinto e de Macedo Sobrinho (2012, p. 84).

Durante a fase da remoção, grande parte das famílias eram comunicadas da sua saída com bastante violência, sem qualquer possibilidade de diálogo ou mesmo informação acerca do lugar de transferência, das condições em que se encontrariam as novas áreas e onde iriam residir como observam Diniz, Belfort e Ribeiro (2012, p.84). Neste caso, logo depois da

comunicação acerca da remoção, cabia ao favelado apenas arrumar seus pertences, que eram colocados em caminhões e transportados direto para o CHP.

Este caráter violador da política de remoção pode ser confirmado na fotografia abaixo em que se destaca a “mudança” de uma família com seus pertences sendo transportados no caminhão do Departamento de Limpeza Urbana na década de 1960:



Figura 10. Família removida – 1960

Fonte: Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional no Rio de Janeiro. Autor: Mario Brum: 2012

Como podemos observar na fotografia, grande parte dos moradores eram simplesmente expulsos de suas habitações sob um tratamento humilhante, como era a prática de destinar os caminhões de transporte do lixo da cidade para atuar na remoção. Ou seja, no plano simbólico, o Estado atuava no uso de um poder hegemônico determinando espaços socialmente construídos, visando submeter a população moradora das favelas à dinâmica capitalista como observa Campos (2005, p. 64).

No CHP, os alojamentos eram subdivididos em lotes de cinco metros de largura por dez metros de comprimento. A grande maioria das residências era construída em madeira e seguia dois modelos: uma parte era de casas baixas; outra, de dois andares, conhecidas como duplex. Todos os lotes possuíam uma sala, dois quartos, uma cozinha, um banheiro, um quintal e uma varanda, além da rede de esgoto sanitário que fora providenciada para atender a um determinado número de moradias, já que a região era um lugar aparentemente transitório para as famílias. O fato é que não havia condições adequadas para uma plena utilização. As fotografias a seguir apresentam um pouco do aspecto do Centro de Habitação Provisório da Nova Holanda e tem como principais destaques a presença de moradoras transportando água, além da chegada de novos removidos, o que atesta o caráter precário das habitações e de seus serviços desde os primeiros anos.



Figura 11. Favela Nova Holanda – 1960

Fonte: <https://www.museudamare.org/>



Figura 12. Favela Nova Holanda – Imagem do duplex – 1966

Fonte: <https://www.museudamare.org/>

Com relação à precarização no abastecimento de água, Diniz, Belfort e Ribeiro, observam que o fornecimento do serviço, logo no início, possuía certa regularidade. No entanto, conforme novas famílias iam chegando ao longo dos anos, a oferta desses serviços começou a piorar, pois o sistema não foi devidamente projetado para atender um grande contingente populacional. Além disso, essa precarização também esteve associada à expansão das favelas vizinhas, nas quais alguns de seus moradores acabavam interceptando as tubulações destinadas à Nova Holanda para a realização de ligações clandestinas; situação que

contribuiu para o seu colapso nas décadas seguintes (2012, p. 85).

Sobre o fornecimento de energia elétrica, Diniz, Belfort e Ribeiro explicam que o serviço era fornecido gratuitamente aos moradores e seu pagamento era responsabilidade da própria Fundação Leão XIII (2012, p. 88). Contudo, ocorreram problemas gerados pelo aumento da demanda por consumo, pois sua distribuição saía de uma central que se conectava com as demais casas. Além dos problemas relativos ao crescimento da demanda causados pelo aumento da densidade populacional e pelas ligações clandestinas, todos os serviços na Nova Holanda enfrentaram dificuldades por conta da falta de manutenção. Torna-se relevante destacar a ineficiência da Fundação Leão XIII para equacionar os problemas decorrentes do setor de fornecimento de energia, o que contribuiu para que alguns moradores criassem uma Comissão de Luz que buscava a cotização como forma de solução para a questão. Ainda que esta comissão ajudasse na cotização, a falta de recursos de muitos moradores contribuiu para que o problema do fornecimento de energia elétrica se perpetuasse nas décadas seguintes.

Este era o quadro complexo em que vivia a maior parte das famílias da favela Nova Holanda ao longo das décadas de 1960 e 1970, determinando a urgência na solução das diferentes demandas que afetavam suas vidas. No entanto, torna-se importante observar que o lugar que Carlos Lacerda ocupa no imaginário dos removidos é carregado de múltiplos significados. Ou seja, apesar do caráter violador da política de remoção, apesar das péssimas condições do CHP, os relatos dos moradores comprovam que nem sempre eles atribuíam tais condições ao governador e, por vezes, alguns consideram Carlos Lacerda como um político importante para a Nova Holanda.

Diniz, Belfort e Ribeiro (2012, p. 124), destacam o depoimento do Seu Joaquim Severino da Silva sobre a favela Nova Holanda em contraponto com o papel de Carlos Lacerda:

Eu não gosto muito de ocupar os outros. Aí, foi tempo que Lacerda pretendeu tirar o povo lá da Praia do Pinto, do Querosene, da Macedo Sobrinho. Aí, começou a aterrar a Nova Holanda em 1958. Aí, começaram a fazer a Nova Holanda, Cidade Alta, Vila Kennedy, Cidade de Deus, Vila Aliança, tudo foi Lacerda que fez, essas comunidades foi ele que fez. E aí, começou tirar a moçada, muitos vinham de Macedo Sobrinho pra cá, outros iam pra Cordovil, ele não botava nunca uma comunidade toda direto numa comunidade só: era um bocado pra cada lado, sortido. Pra mim, Lacerda foi um bom governo. Tirou aquele capinzal brabo lá do Flamengo e fez aquele jardim maravilhoso até Botafogo, foi tudo no governo do Carlos Lacerda. Então, foi um ótimo governo do Rio de Janeiro e nada tenho a me queixar. Não reclamo que ganho pouco, não reclamo de nada. Primeiro, tenho saúde, tenho 81 anos... Nossa, me deu uma arrepiação em dizer isso, a gente fica meio arrepiaado... Lacerda começou a aterrar a Nova Holanda em 1958. Quando Juscelino Kubitschek fazia Brasília, Lacerda fez a Nova Holanda, em 58, 59. E em 60, 61, começou a fazer os barracos, as duplex lá embaixo, nas Ruas Oito, Sete e Seis pra lá, e aqui já tava pronto. Eu também trabalhei fazendo essa Escola Nova Holanda, nós trabalhamos lá, onde tem aquele pé de pau [uma árvore que está dentro do pátio da Escola Nova

Holanda, que tem a mesma idade dessa escola, 50anos] (Entrevista realizada com Seu Joaquim – para a ocasião do livro: *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda* / Edson Diniz Nóbrega Júnior; Marcelo Castro e Silva Belfort; Paula Ribeiro.- Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012).¹⁶

A narrativa do Seu Joaquim amplia o nosso entendimento sobre o lugar que Carlos Lacerda ocupa na memória dos moradores da Nova Holanda, fazendo com que este processo seja operacionalizado pelas suas experiências em um movimento de (re) significação do passado. Neste sentido, Seu Joaquim tomou como referência o conjunto de moradores removidos das favelas cariocas, quando cita a fase de aterramento da Nova Holanda, além de fazer menção ao contexto simultâneo de construção de Brasília – processo gestado sob o período desenvolvimentista. Igualmente, ocorre quando Seu Joaquim cita o seu trabalho na construção da escola Nova Holanda e a sua contribuição na obra. Isto é, Seu Joaquim situa todas estas transformações como fruto de um contexto histórico marcado por múltiplos processos, onde ele mesmo estava inserido.

Neste caso, cabe destacar que este testemunho é consequência da operação dos acontecimentos e das interpretações do passado, conservando a noção de pertencimento delimitada pela coletividade em diferentes dimensões: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc, como destaca Pollak (1989, p. 07).

Segundo Diniz, Belfort e Ribeiro (2012, p. 119), a próxima narrativa pertence ao Seu Genival de Oliveira que apresenta, de forma clara e lúcida, a sua chegada ao território junto com outros moradores em função da gestão de Carlos Lacerda como destaca o seguinte relato:

Minha mãe se chamava Maria Joaquina da Conceição e meu pai, Manoel Joaquim de Oliveira. Eu tive seis filhos, mas vivos só tem quatro, morreram dois e minha esposa se chama Maria Firmina da Costa. Mas, voltando à minha chegada ao Rio, a minha mãe morava na Favela João Cândido, ali onde era o mercado São Sebastião, pra cá um pouquinho, logo ali em frente à Lobo Junior. A Marinha foi aterrando, aterrou até lá no Porcão, aí tirou todo mundo de lá. Aí, nós fomos morar em Vicente de Carvalho, no Morro do Juramento. De lá, saí e fui para Parada de Lucas e depois para Brás de Pina. De Brás De Pina, Carlos Lacerda construiu isso aqui e tirou a gente da Favela da Taborari, que ficava ali atrás da garagem da Itapemirim. Eu vim para Nova Holanda em 1961. E estou até hoje. Nessa Favela da Taborari, morador de favela trabalhava... Meu primeiro emprego foi numa padaria, mas não assinou carteira. Carteira assinava no Matadouro da Penha, onde trabalhei a primeira vez. Depois fui trabalhar em obra, trabalhei em uma pedreira em Engenho da Rainha. Saí e fui trabalhar de ajudante de caminhão, esses carros de entregar carne nasaçougues (Entrevista realizada com Seu Genival de Oliveira – para a ocasião do livro:

¹⁶ Seu Joaquim Severino da Silva migrou da Paraíba para o Rio de Janeiro em 1948, então com 17 anos. Viúvo e pai de 5 filhos, Seu Joaquim foi mestre de obras. A entrevista foi realizada ao longo de 2011 – para a ocasião do livro: *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda* / Edson Diniz Nóbrega Júnior; Marcelo Castro e Silva Belfort; Paula Ribeiro. - Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda / Edson Diniz Nóbrega Júnior; Marcelo Castro e Silva Belfort; Paula Ribeiro.- Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012).¹⁷

O diálogo apresentado por Seu Genival de Oliveira reflete, em grande parte, o processo de disputa da população pobre para acessar a cidade. Neste caso, Seu Genival narra as dificuldades de migrar para o Rio de Janeiro, além de destacar as cinco favelas em que morou e sofreu remoção para posteriormente ser encaminhado para a Nova Holanda.

O testemunho de Dona Noca Jurema é centrado nas condições estruturais da Nova Holanda em contraponto com a favela do Esqueleto. Este testemunho torna-se importante por destacar que sua abordagem faz da figura de Carlos Lacerda o grande responsável pelas mudanças que ocorrem desde que foram removidos da favela do Esqueleto como podemos observar:

Minha família veio do Esqueleto. Eu nasci lá. Eu vim pra cá com dez anos, quando aconteceu a remoção. Não ficamos no albergue, não. Era barraco, tudo madeira. Era madeira, assim, azul e branquinha. A janelinha e as porta eram azuis. Era só barraco, mas tinha piso, tudo direitinho. O banheiro também, tudo de pau. O Carlos Lacerda removeu a gente pra cá. A Favela do Esqueleto era no Maracanã. Tinha o Morro da Mangueira, tinha a linha do trem e aí, do outro lado, era a Favela do Esqueleto. A primeira pessoa moradora de lá foi minha mãe e minha avó. Não tinha nada. Tinha só, assim, um riacho onde as pessoas faziam as necessidades e a gente jogava pra lá. Era assim. E era muita lama. Não tinha água também. Era gerador, porque a gente não tinha luz. Ah, eu gosto daqui, sim. A Nova Holanda era melhor do que o Esqueleto. (Entrevista realizada com Dona Joca Jurema – para a ocasião do livro: Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda / Edson Diniz Nóbrega Júnior; Marcelo Castro e Silva Belfort; Paula Ribeiro.- Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012).

A próxima narrativa traz a imagem de Lacerda como “o consolidador” da Nova Holanda. Em grande parte, essa memória que Seu José Adriano Knaup busca como referência para os aspectos da favela em que morava na adolescência justifica-se pelas mudanças vivenciadas logo depois de ter sido removido para o CHP, como destacam Diniz, Belfort e Ribeiro (2012, p. 148):

Com relação à Nova Holanda, quando eu vim para o Rio, em 1961, nós viemos morar no Parque Santa Luzia, do outro lado. Era uma favelinha pequena, ali onde é a

¹⁷Seu Genival de Oliveira nasceu no município de Alagoa Nova, Paraíba. Começou a trabalhar na roça aos 10 anos de idade e aos 18 anos, migrou para o Rio de Janeiro. Morou na favela João Cândido, no Morro do Juramento, em Parada de Lucas e depois em Brás de Pina, até ser removido por Carlos Lacerda para a favela Nova Holanda em 1961. A entrevista foi realizada ao longo de 2011 – para a ocasião do livro: Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda / Edson Diniz Nóbrega Júnior; Marcelo Castro e Silva Belfort; Paula Ribeiro.- Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

COHAB hoje. Muito boa, favelinha tranquila... Foi outro sofrimento ali que nós tivemos. Tinha 16 anos. E naquela época, ali era muito calmo. Eu fiquei morando lá 13 anos e vim para Nova Holanda em 1971. Quem fez isso aqui foi o Carlos Lacerda. Em 1964, Carlos Lacerda fez a Nova Holanda, aterrou toda essa área, construiu todos os barracos (Entrevista realizada com Seu José Adriano Knaup– para a ocasião do livro: Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda / Edson Diniz Nóbrega Júnior; Marcelo Castro e Silva Belfort; Paula Ribeiro.- Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012).

Presente nas narrativas dos entrevistados, a imagem de Carlos Lacerda reflete uma disputa no campo da memória sujeita a diferentes interpretações sobre o passado.

Com base nesta perspectiva, Pollak destaca que a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes (1992, p. 02).

Assim, destacamos a importância de continuar este debate no próximo capítulo. Tendo em vista que há uma lacuna pertinente a ser preenchida nessa trajetória de lutas dos moradores via associativismo comunitário.

Capítulo 2: A NOVA HOLANDA EM MOVIMENTO: DA FUNDAÇÃO LEÃO XIII À MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Aqui na Nova Holanda era tudo muito controlado pelo pessoal da Fundação Leão XIII. A gente era vigiado dia e noite por eles. Eles proibiam de tudo, tudo que você possa imaginar nessa favela. Eu cresci sabendo que a gente tinha que respeitar o pessoal da Fundação Leão XIII. A gente tinha hora para entrar e sair da favela. E as casas? Nada de fazer obras no barracão. Até as obras de reparo precisava ter o aceite deles. Tu tava pensando que era fácil? Não era fácil não. Sem contar que ainda tinha um posto policial. A sorte é que os policiais eram legais. Não era como esses de hoje em dia aí que chega baleando todo mundo na favela não. Era uma outra época, né? (Entrevista realizada com Miriam Santos – Moradora da favela Nova Holanda no dia 12/06/2020).

A memória da entrevistada Miriam Santos sobre a atuação da Fundação Leão XIII na Nova Holanda, ao longo das décadas de 1960 e 1970, apresenta particularidades de atuação desta entidade religiosa dotada de um caráter político-assistencial estabelecida na favela a partir de uma ação em conjunto com governo da Guanabara. Diante disso, destacamos que a atuação da Fundação Leão XIII sobre os moradores era aplicado com base em um conjunto de normas e condutas seguido de uma série de proibições como elementos marcantes da política empreendida para as favelas na década de 1960 e 1970, que se perpetuou na memória da entrevistada quando testemunhou a sensação de constante vigilância que sentia.

A justificativa deste modelo de atuação se fazia a partir da necessidade de manter a ordem e desenvolver hábitos de boa convivência como afirmam Diniz, Belfort e Ribeiro (2012, p. 89). No entanto, o que percebemos é que grande parte destas normas e controles aplicados na vida cotidiana dos moradores, seguia um princípio ético-moral norteado como pré-condição àqueles que pudessem ser alocados posteriormente em moradias definitivas. Essas diretrizes foram determinantes para que o projeto de atuação da Fundação Leão XIII definisse o “tipo ideal” de morador merecedor do benefício da casa própria, que era, em última instância, a obediência às regras da entidade, que versavam desde horário de entrada e saída, até posicionamentos políticos e a conduta moral como afirma Costa (2015, p. 169). Cabe, portanto, apresentar um panorama capaz de balizar o histórico da Fundação Leão XIII e grande parte das diretrizes traçadas por essa instituição para as favelas cariocas.

O nascimento da Fundação Leão XIII é datado do dia 27 de janeiro de 1947, a partir do Decreto Presidencial nº 22.498, mediante uma parceria entre o arcebispado do Rio de Janeiro e a Prefeitura, diante de um contexto em que as favelas se expandiam cada vez mais,

sendo consideradas um problema de ordem urbana, estética e social, como destaca Valladares (2005, p. 63)¹⁸. A década de 1940 também traz um conjunto de mudanças para as favelas diante de um projeto de industrialização em expansão, o que implica em profundas alterações na política e na economia do país, como destaca Valladares (2005, p. 85). Estas transformações são marcadas por um crescimento urbano, de ritmo acelerado, o que contribui para a intensificação das migrações rurais nas cidades, ampliando o número de habitações nas favelas¹⁹. Já no campo político, a transição do governo de Getúlio Vargas para a chamada República Liberal Democrática seria marcada pela redemocratização do país, definida a partir de um quadro multipartidário. Neste processo, abriam-se diferentes caminhos de disputas por partidos já conhecidos: como o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além da recém-criada União Democrática Nacional (UDN) e o retorno do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1945.

Sobre este breve retorno do PCB em 1945, Gomes, Pandolfi e Alberti destacam que o Partido Comunista Brasileiro vinha se articulando com uma plataforma política de aliança entre o proletariado e a “burguesia progressista”, obtendo um expressivo destaque no cenário político, principalmente, com a eleição de Luiz Carlos Prestes para o Senado (2002, p. 474). Este contexto marcado pela Guerra Fria exercia uma forte influência sobre o Brasil, o que contribuiu para a cassação do PCB em 1948 e para a união das alas conservadoras em torno da luta anticomunista.

Diante deste cenário, grande parte dos católicos, na figura da Fundação Leão XIII, também assumiria a tarefa de extirpar o comunismo do Rio de Janeiro, em especial das favelas, ganhando assim a simpatia da classe média conservadora e da classe dominante como afirma Costa (2015, p.131). Ou seja, as raízes de atuação da Fundação Leão XIII, nas favelas cariocas, estruturava-se diante de um modelo de mobilização político-cultural da sociedade civil, apontando para intervenções da Igreja Católica tendo em vista as transformações sociais em curso e a necessidade de um tensionamento da chamada luta de classes. No entanto, enquanto entidade destinada a atuar com ações de amparo e intervenção voltada para a solução material e moral da população moradora das favelas cariocas, a partir de um conjunto

¹⁸ De acordo com Valladares, até o final da década de 1930 e o início da década de 1940 a favela era considerada uma ameaça a partir da perspectiva da higienista. Porém, este contexto marcado pela segunda metade da década de 1940 representa este momento de virada onde novos olhares se voltam para as favelas e o próprio Estado vai se encarregar de produzir estudos de diferentes âmbitos como dados estatísticos, trabalhos acadêmicos dentre outras produções de dados buscando identificar para tratar deste fenômeno urbano (2005, p.63).

¹⁹ Nas décadas posteriores, mais especificamente entre os anos de 1956 e 1960, Valladares destaca que a questão habitacional se tornaria cada vez mais aguda na cidade tendo em vista o quadro político desenvolvimentista (2005, p.85).

de ações sociais, a Fundação Leão XIII definiu suas diretrizes baseadas nas seguintes frentes: serviço social, serviço jurídico, educação e cultura, recreação e esporte, comunidade, serviço de obras, reparos e construções e serviços de saúde. Neste contexto, a precariedade das favelas deveria ser equacionada com as suas ações sociais, mas a moralização também deveria reabilitar seus habitantes para um modelo de vida católico e adequado à ordem capitalista. Costa destaca que um grande aparato administrativo foi arquitetado, de modo que a Igreja Católica pudesse executar suas atividades nas favelas, alinhando as necessidades políticas e econômicas apontadas pelo poder público no tocante à realização de políticas públicas (2015, p. 131).

Uma figura muito importante na consolidação da Fundação Leão XIII era o Arcebispo do Rio de Janeiro Dom Jaime de Barros Câmara. Ele foi o responsável por estabelecer os princípios da Fundação Leão XIII voltados para as favelas do Rio de Janeiro, tendo como necessidade restituir a moralização do indivíduo por meio do catolicismo e o combate aos comunistas. Como pontuado por Costa, nas favelas essa cruzada social empreendida pela Fundação Leão XIII buscava a readaptação do ideal de modernidade e progresso que se popularizava no período, adquirindo uma conotação explicitamente moral e política quando assumia a intenção de expandir a cidadania aos favelados (2015, p. 127).

A seguir destacamos o trecho de um documento enviado diretamente do Palácio do Catete ao Arcebispo do Rio de Janeiro Dom Jaime de Barros Câmara, em 26 de outubro de 1947, cerca de nove meses após a criação da Fundação Leão XIII. No documento fica clara a preocupação de setores conservadores quanto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) no que se refere às eleições municipais e à orientação dada ao Arcebispo em relação ao tratamento da questão:

Tenho pensado muito em vossa eminência nestes últimos dias. Não desejei, porém interromper para uma palestra o tempo de vossa eminência, devotado a tão alto ministério. O assunto, porém, é de relevância. No domingo, realizam-se as primeiras eleições municipais, no estado do Rio de Janeiro. Não estou interessado em política partidária, nem escreveria a vossa eminência, mesmo que o estivesse. Trata-se, porém, de fato que transcende do pleno partidário para se projetar no plano social. Os comunistas estão organizando o que chamam ‘O Cinturão Vermelho’ em torno do Distrito Federal. Querem tomar conta das prefeituras de Petrópolis, Duque de Caxias, Nilópolis, São Gonçalo, etc... É candidato na primeira delas Dr Yedo Fiúza. Os Partidos estão entrando em acordo com os comunistas. Parece-me que não é lícito a um católico votar em candidatos bafejados pelos comunistas. Há necessidade de uma palavra de advertência. E só quem tenha autoridade, pode dá-la (...). O senhor presidente da república reconhece a minha iniciativa. As primeiras eleições – repito – são no domingo, em Petrópolis. Há candidatos comunistas, aliados dos comunistas e candidatos sem ligações com eles. Parece lícita uma boa escolha por partidos católicos. Urge, pois, uma orientação que estará nas mãos da Igreja. Creia vossa eminência na minha admiração e na minha confiança de Brasileiro. José

Pereira Lima (Documento Confidencial – Palácio do Catete. 26/10/1947, Documento pertencente à Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Caixa 40/ série – Pasta temática PT apud ROBAINA, 2012).

No documento, o remetente expõe um sentimento de temor em relação à expansão dos comunistas que, segundo ele, estavam organizando um “cinturão vermelho” em vários municípios da capital, sendo necessária uma articulação do Arcebispo entre os eleitores católicos capazes de impedir o avanço de tais candidatos.

É importante destacar que esta orientação do segmento católico de caráter conservador - que se pautava pelo uso de diferentes dispositivos (inclusive governamentais) - no combate ao comunismo -, não representava a totalidade das ações da igreja católica e suas atuações nas favelas do Rio de Janeiro. Ou seja, o papel da Fundação Leão XIII e sua orientação anticomunista era fruto das perspectivas ideológicas muito centradas na figura de Dom Jaime. Existiam outros segmentos católicos menos institucionalizados com orientações progressistas que executavam trabalhos de base nas favelas sob outras orientações (Costa, 2015, p. 128). Um dos casos que pode representar a visão mais progressista da igreja nas favelas foi o projeto de construção das residências populares, na década de 1950, pela Associação Cruzada São Sebastião, no bairro do Leblon como destacam Gonçalves, Simões e Freire (2010, p. 103). Entretanto, em função de suas articulações com o Estado e a grandiosidade de seus projetos, quando nos referimos às políticas públicas para as favelas cariocas, a memória de atuação da Fundação Leão XIII sempre se faz presente.

Quanto ao financiamento da Fundação Leão XIII para a execução de suas atividades, destacamos que os seus aportes financeiros tinham, como origem, a prefeitura, o governo Federal, além de doações do setor privado. Este aspecto demonstra os limites de articulação da Fundação entendida como um organismo fundamental na execução de amplos projetos para as favelas cariocas.

Costa ressalta que, ao longo de duas décadas (entre 1940 e 1960), a Fundação Leão XIII desenvolveu ações sociais em diferentes segmentos de atuação, tornando-se uma entidade de grandes proporções, com uma intensa capacidade de intervenção, chegando a atuar em cerca de 33 favelas do Rio de Janeiro (2015, p. 134).

A partir do final da década de 1950 e o início da década de 1960, o caráter de atuação da Fundação Leão XIII foi lentamente alterado. Neste sentido, observa-se um processo de estatização da instituição que marcará a sua nova identidade enquanto um braço de atuação nas favelas legitimada pelas esferas de poder do Estado. Segundo Brum, em 07/06/1962, via

Decreto nº 1041, o governador Carlos Lacerda tornou a Fundação Leão XIII um órgão estatal ainda que operando pela igreja com base nos pressupostos do bem-estar social da população moradora das favelas (2012, p. 59)²⁰.

Como já abordado no capítulo anterior, a década de 1960 foi orientada pela proposta de urbanização com base na remoção seguido do controle das construções das favelas – sejam elas permanentes ou mesmo temporárias. Este contexto apresenta-se não só por uma perspectiva de caráter anticomunista, como temos analisado até aqui, mas também em uma batalha travada no campo político e ideológico entre o governador Carlos Lacerda e o presidente João Goulart, tendo o Rio de Janeiro como um importante polo de oposição ao presidente. De acordo com Brum, a Aliança para o Progresso foi um componente dessa disputa entre Lacerda e Goulart, tendo como peça importante a atuação do governo americano contra João Goulart (2012, p. 59).

Cabe aqui destacar que a perspectiva dos projetos urbanos planejados para as favelas, neste contexto da década de 1960, carregava, no seu *modus operandi*, a aplicação de um modelo de planejamento da cidade muito bem estruturado, que deveria ser executado como uma organização espacial de cidade alinhada ao ideal urbano-industrial (Costa, 2015, p. 155). Estas intervenções nas favelas deveriam submeter a estrutura urbana da cidade aos grandes projetos capazes de conduzir a classe trabalhadora, de forma estratégica, a atender ao funcionamento da dinâmica capitalista no Rio de Janeiro²¹.

Na esteira do planejamento da cidade, a Fundação Leão XIII também atuava como um instrumento de disciplina da população favelada, fiscalizando o cotidiano dos removidos – principalmente aqueles que eram transferidos para os alojamentos temporários – a fim de que não alterassem a estrutura das moradias. No entanto, havia um incentivo para a melhoria das instalações através de mutirões organizados pelas associações de moradores. De acordo com Costa, havia um caráter mais repressivo com o tratamento dos moradores dos alojamentos temporários, fazendo com que os técnicos da Fundação Leão XIII se voltassem apenas para o processo de cadastramento, triagem, encaminhamento e algumas ações sociais nos campos da saúde, educação e auxílio jurídico (2015, p. 157).

²⁰ Brum observa que Carlos Lacerda também era muito ligado ao grupo conservador católico, sendo um fiel apoiador de Dom Jaime de Barros Câmara, o que corrobora para a permanência de uma perspectiva anticomunista em curso nas favelas cariocas ao longo da década de 1960 (2012, p.60).

²¹ Costa destaca que esta dinâmica se dava pela expulsão da população pobre dos terrenos de alto valor imobiliário, além de submeter a população favelada ao controle social e ao modelo de planejamento da cidade buscando atender aos interesses da elite dominante (2015, p.155).

Segundo o testemunho da entrevistada Miriam Santos, no geral, este contexto acabou se tornando um importante dispositivo de mobilização dos moradores no território, tendo em vista que:

Era muito humilhante, sabe Marcos? Nenhum morador tinha liberdade para fazer melhorias nos barracos sozinho. Era só com mutirão. E não era qualquer mutirão não. Tinha que ser organizado pela associação de moradores. E era engraçado. Outra coisa engraçada. O presidente, vamos dizer assim, né? O presidente da associação de moradores era indicado pelo pessoal da própria Fundação Leão XIII. Então você já viu, né? Cadê que o presidente ia fazer alguma coisa? A maioria não fazia nada. Eram todos uns controlados pelo pessoal da Fundação porque acreditavam que logo logo iam sair da favela para um conjunto habitacional. Só que a ficha foi caindo, né? Eles foram se revoltando e isso foi assim um, uma coisa importante vamos dizer assim, né? Por que logo logo as coisas iria mudar (Entrevista realizada com Miriam Santos – Moradora da favela Nova Holanda no dia 12/06/2020).

A narrativa de Miriam Santos apresenta um importante testemunho sobre a atuação da Fundação Leão XIII e de como os técnicos atuavam de forma autoritária não permitindo qualquer alteração nas instalações do CHP. Porém, o que mais chama a atenção é o fato de ela destacar a relação que se estabelecia a partir da associação dos moradores, tendo em vista que boa parte de seus presidentes eram pessoas indicadas pela própria Fundação Leão XIII.

O CHP da Nova Holanda recebeu removidos entre os anos de 1962 e 1971. Entretanto, poucas famílias foram transferidas para os conjuntos habitacionais que se expandiam pela Zona Norte e, principalmente, Zona Oeste da cidade, como conta Marlucy Siqueira:

Então, o negócio é que depois de ficar aqui por um tempo ninguém mais queria sair. Você está entendendo? Por que a gente ia sair? Ficamos acostumados com a Nova Holanda. Até porque era mais perto do centro da cidade. Quem ia querer lá para aonde Judas perdeu as botas? Zona Oeste, Campo Grande, Jacarepaguá e não sei mais pra onde. Se tivesse tido essa opção antes a gente iria. Minha família quase toda mora na CDD até hoje. É aquela coisa (Entrevista realizada com Marlucy Siqueira – Moradora da favela Nova Holanda no dia 08/06/2020).

A fala de Marlucy Siqueira é de quem nasceu no CHP e ouviu, dos pais, os lamentos pela oportunidade perdida. Não foram transferidos, inicialmente, para um conjunto habitacional, e compreenderam, com o passar dos anos, que a Nova Holanda era verdadeiramente o melhor lugar para ficar. Diante disso, travaram muitas lutas pela melhoria das condições da favela. Começaram na luta pela regularização de água encanada e, pela regularização da rede de elétrica, pela liberdade de modificar seus barracos e construí-los em alvenaria, dentre outros serviços essenciais. Foi na vivência destas lutas travadas pela geração de seus pais que Marlucy logo se engajara na atuação comunitária por meio da associação de moradores.

Com relação aos moradores removidos das favelas, e a atuação dos técnicos da Fundação Leão XIII, o que geralmente ficava marcado era o descaso. Costa destaca que a chegada dos moradores, em geral, era marcada pela falta de cuidado, além do tratamento rude dado aos removidos, de maneira que deixava transparecer uma maior preocupação com a conclusão da remoção do que a realização de um projeto de urbanização (2015, p. 166).

De acordo com Diniz, Belfort e Ribeiro (2012, p. 120), Seu Genival de Oliveira, morador da favela João Cândido, destaca os fatores que contribuíram para a sua remoção a partir do seguinte relato:

Sobre a remoção, foi porque deu uma enchente em 1958 e alagou aquilo tudo e perdi até a primeira página da minha carteira profissional, porque o barraco encheu d'água. A salvação foi que tinha um morador lá que tinha um barraco, que tinha um segundo andar, e acomodou a gente tudo pra lá até a água baixar. Mas a água invadiu as casas todas. Muita gente perdeu muita coisa. Aí, Carlos Lacerda começou a construir isso aqui. Aí, logo a associação de lá, uma associaçõzinha lá, avisou que a gente vinha para cá. Começaram a fazer o aterro. Isso aqui tudo era maré. Maré enchia, enchia tudo aqui. Começaram a aterrar e eu, quando vim para cá, ainda não tinham aprontado ela [a Maré]. Ainda faltava botar luz, água, calçada... Não tinha calçada aí na rua, não era asfalto, era barro! De manhã cedo, só via nego com um balde d'água, com uma criança atrás, até a mulher mesmo ia junto com ele, com o marido, ia levando um balde d'água e um pano pra ele enxugar os pés, que lavava lá na Avenida Brasil, se calçava e ia trabalhar. A lama dava no meio da canela, o barro. Porque... como ia pisar na lama calçado? Era um barro vermelho aqui, só você vendo. Chovia, pronto, acabava a graça aqui. E quando fazia sol era aquela poeira de barro... Era um sofrimento aqui. Depois botaram paralelepípedo e daí botaram o asfalto (Entrevista realizada com Seu Genival de Oliveira – para a ocasião do livro: Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda / Edson Diniz Nóbrega Júnior; Marcelo Castro e Silva Belfort; Paula Ribeiro.- Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012).

No relato do Seu Genival de Oliveira, o que mais chama a atenção é o fato de ele resgatar, de sua memória, uma condição tão difícil em relação à Nova Holanda no período em que foi removido quanto na fase em que foi atingido pela enchente de 1958. Relato que nos leva a compreender que tanto os alojamentos provisórios como os conjuntos habitacionais definitivos apresentaram problemas de infraestrutura, o que acabou se tornando um campo de atuação do associativismo.

Segundo Costa, tanto os espaços provisórios como as habitações permanentes apresentavam problemas de infraestrutura, acrescido ao problema do transporte público que era extremamente precário nestas localidades (2015, p. 170). Assim, além das dificuldades cotidianas referentes à luz, fornecimento de água, saneamento básico, os moradores tiveram sérias dificuldades em conseguir se adaptar aos novos modelos de bairros populares. Outro fator que se torna crucial para o bem-estar dessa população está relacionado com a destruição

dos laços de solidariedade construídos entre os vizinhos de suas favelas de origem, além do controle, sobre a vida privada, exercido pela Fundação Leão XIII. Tudo isso tornava a vida após a remoção muito amarga.

Cabe observar que algumas famílias transferidas para alojamentos temporários mais tarde foram removidas para conjuntos habitacionais como: Vila Kennedy, Vila Aliança, Cordovil e Benfica. No entanto, a maioria continuou vivendo em habitações provisórias como os CHP's construídos na Nova Holanda.

Há uma situação curiosa quando analisamos os testemunhos dos removidos para a Nova Holanda, pois alguns moradores, ao serem transferidos, recebiam um documento do governo como um tipo de garantia pela conquista da casa própria. Isto é, uma espécie de dispositivo utilizado como barganha para que os moradores aceitassem suas remoções para espaços de caráter temporários sem qualquer infraestrutura.

Segundo Diniz, Belfort e Ribeiro (2012, p. 143), a memória da remoção apresentada por Dona Olizia Correia e o tipo de relação que o Estado estabelecia com os removidos, pode ser identificado a partir do seguinte relato:

Eu tinha o papel pra vir. Eu tinha o papel todinho da casa. Eles deram a escritura, mas não era certo de ficarmos aqui, porque isso aqui pertencia à Marinha, aquela coisa toda. Aí, tínhamos, às vezes, de ir ao cartório e levar a escritura do terreno para demonstrarmos se íamos ou não ficar aqui. Na época eles cadastraram da Rua A até essa rua aqui de trás, a Rua I. Mas da Rua I pra cá, até lá embaixo, lá ninguém tinha a escritura. Quando eu cheguei, era barraco, era tudo água isso aqui... Eu entrei dentro dessa casa aqui, era água. Água aqui e terra. Mas no Macedo também teve deslizamento. Aqui na Nova Holanda, graças a Deus, eu comprei a casa. Isso aqui é meu. A minha casa é isso aqui, daqui pra cá (Entrevista realizada com Olizia Correia – para a ocasião do livro: *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda* / Edson Diniz Nóbrega Júnior; Marcelo Castro e Silva Belfort; Paula Ribeiro.- Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012).²²

Uma vez que aceitava a “opção” pela remoção, a família deveria se adequar ao projeto pedagógico da Fundação Leão XIII comum aos removidos da época. Este consistia em um rígido controle sobre o cotidiano das famílias, com base em pressupostos de caráter ético-moral, aplicado pelos técnicos da Fundação seguido do controle policial.

²²Dona Olizia Correia nasceu em Bom Jardim, interior do Rio e migrou para a capital do Rio de Janeiro para trabalhar como empregada doméstica em bairros de classe média alta, como o Leblon. Se casou entre os 16 e 17 anos de idade e morou no morro da Mangueira e na favela de Macedo sobrinho no Humaitá. Em 1970 houve uma grande enchente na cidade e sua casa foi afetada. Diante deste contexto, Dona Olizia Correia e seu esposo Democracino de Oliveira e seus filhos foram removidos para a Nova Holanda. A entrevista foi realizada com Dona Olizia Correia ao longo de 2011 – para a ocasião do livro: *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda* / Edson Diniz Nóbrega Júnior; Marcelo Castro e Silva Belfort; Paula Ribeiro.- Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

A fotografia a seguir apresenta um formulário aplicado por um profissional do quadro técnico da Fundação Leão XIII para o cadastro e identificação de uma família removida da Praia do Pinto para o Centro de Habitação Provisório da Nova Holanda:

Divisão de Centros de Habitação Provisória
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

CHP: 6 Local: Nova - Holanda Ficha n.º 74

FUNDAÇÃO LEÃO XIII

Nome: Alexandre Luiz Espírito Santo Endereço: Rua 9 - casa - 6

Sexo: Masculino Estado Civil: solteiro Data Nasc. 14/08/1 Idade: 34 anos Naturalidade: GB

Profissão: Ocupação: balconista Procedência: Praia do Pinto

Salário: 413,00 Empresa que Trabalha: Organização Bica Endereço da Empresa: Leblon

Carteira Profissional n.º Instrução: Primário completo

Cart. Identidade n.º Título de Eleitor n.º Certidão de Nascimento

NOME	REL. C/ RESP.	SEXO	IDADE	ESCOLAR.	NAT.	INSTR.	IDENTIDADE	Ocupação	SALÁRIO	OBSERVAÇÕES
1 Arlete Nogueira	comp.	F	33	S	RJA	-	-	-	-	
2 Marco Antonio Nogueira	filho	M	19	S	RJA	GP	-	biscate 1.300,00	-	
3 Luiz Fernando Nogueira	filho	M	17	S	RJA	GP	-	Ave. Casimiro 311,40 - salário Regional do menor	-	
4 Rosângela Nogueira	filha	F	15	S	RJA	GP	-	-	-	
5 Claudio Nogueira	filho	M	12	S	RJA	GP	-	-	-	
6 Alexandre Luiz Filho	filho	M	9	S	RJA	GP	-	-	-	
7 Evaldo Espírito Santo	filho	M	6	S	RJA	-	-	-	-	
8										
9										
10										
11										
12										
13										
14										
15										

Figura 13. Cadastro de um morador do CHP Nova Holanda
Fonte: <https://www.museudamare.org>

Como podemos observar, a partir deste exemplar de ficha cadastral, a Fundação Leão XIII fazia o levantamento de todos os residentes da habitação e identificava a idade, estado civil, além de profissão. Nos dados apresentados nesta ficha, temos uma família composta por um casal: Alexandre Luiz Espírito Santo, e sua companheira Arlete Nogueira, além dos seus seis filhos com idades que variam entre 6 e 19 anos. Contudo, a ficha apresenta um dado importante. Alexandre trabalhava como balconista no Leblon, exatamente onde estava localizada a sua habitação anterior, a favela Praia do Pinto. Ou seja, a remoção para o CHP Nova Holanda, dentre outras violências, o retirou do bairro onde ele residia e trabalhava, representando o seu deslocamento para outro ponto da cidade, atestando o grau de exclusão do remocionismo.

Este caráter violador da remoção seguido dos testemunhos de dificuldades vivenciados, nos primeiros anos, é muito presente nos relatos dos moradores removidos. Diante disso, Costa destaca que, ao chegar ao Centro de Habitação Provisório, a recepção era articulada pelos técnicos da Fundação Leão XIII com uma abordagem de cunho moral em que os moradores de favelas eram vistos como desajustados que precisavam se adequar às normas de civilidade (2015, p. 166). Não por acaso, após a remoção, as habitações provisórias eram ligadas a um programa de educação que funcionaria como uma espécie de quarentena até a

construção de habitações definitivas²³. Esta pedagogia moral aplicada pelos técnicos da Fundação Leão XIII deveria disseminar valores de higiene, normas de conduta social e orientações políticas, numa perspectiva de aceitar a remoção e a nova moradia como uma circunstância inevitável.



Figura 14. Primeiros moradores chegando ao CHP Nova Holanda– década de 1960
Fonte: <https://www.museudamare.org>

A fotografia nos apresenta as reais condições estruturais do CHP Nova Holanda em 1961. Isso converge com as narrativas das principais entrevistadas, destacando os problemas estruturais no fornecimento de serviços básicos. Sobre tal questão, Costa destaca que os pequenos cômodos, as condições péssimas de saneamento básico, o deficiente fornecimento de água, tudo isso, contribuía para que os moradores se mobilizassem, desde o início da remoção, entrando em conflito com a Fundação Leão XIII (2015, p. 167).

A melhoria nas moradias, a regularização do abastecimento de água e luz, o posto médico e demais serviços tornaram-se questões para serem equacionadas pelos próprios moradores a partir do movimento comunitário, como veremos a seguir.

2.1As Primeiras Mobilizações na Favela Nova Holanda

Entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, a mobilização comunitária, que antes estava sob controle da Fundação Leão XIII, reconfigurou-se e tomou novos rumos na favela Nova Holanda. Este contexto de mudanças tem como ponto central o

²³Cabe lembrar que no caso do Centro de Habitação Provisório da Nova Holanda a transferência de moradores para os conjuntos habitacionais foi muito pontual, tendo a maior parte dos moradores se estabelecido na favela de forma definitiva.

fim do programa de remoção das favelas e a falência deste projeto para a cidade. Grande parte das críticas era direcionada para as péssimas condições das habitações – tanto nos moldes dos conjuntos habitacionais como nas favelas – marcadas pela ausência de serviços básicos e a cooptação das lideranças comunitárias. De acordo com Oakim, um dos marcos deste contexto foi o III Congresso organizado pela Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), no dia 15 de outubro de 1972, cujos principais temas debatidos foram: saúde, problema habitacional, subsistência, marginalidade e educação (2014, p. 154).

Durante este período, alguns grupos na favela Nova Holanda questionavam o aparelhamento da associação de moradores via Fundação Leão XIII e buscaram a emancipação do movimento comunitário local. Sobre esta fase, Diniz, Belfort e Ribeiro destacam que a luta pelo rompimento com a Fundação Leão XIII era vista como um importante caminho para que a favela Nova Holanda organizasse suas pautas de mudanças (2012, p. 90)²⁴.

Cabe destacar aqui, que a decadência do programa de remoções também estava conectada com o fim do governo Geisel, em decorrência dos primeiros sinais de esfacelamento apresentado pelo milagre econômico a partir de 1973. Já no contexto internacional, a Conferência sobre Assentamentos Humanos das Nações Unidas em Vancouver, realizada em 1976, pautou a questão das situações críticas de habitação ocasionadas por desastres naturais, guerras civis e conflitos urbanos no mundo. Diniz, Belfort e Ribeiro destacam que, neste momento, o debate crítico sobre o programa de remoção das favelas do Rio de Janeiro tomou uma proporção internacional, contribuindo para o seu definitivo esvaziamento (2012, p. 90). Ou seja, este momento que marcou a falência completa do projeto de remoção abriu espaço para a consolidação de novas perspectivas de atuação nas favelas.

A favela Nova Holanda possui três importantes movimentos sociais que foram gestados no território no contexto pós-remocionismo. Assim, destacaremos aqui a geração do Posto de Saúde Comunitário, a atuação da Juventude Católica e o nascimento da Associação dos Moradores Amigos da Nova Holanda (AMANH), em especial, sob a gestão de Eliana Sousa.

O movimento iniciado no Posto de Saúde Comunitário surgiu na década de 1970, a partir de um trabalho realizado por médicos sanitaristas da Fundação Oswaldo Cruz,

²⁴ De acordo com Diniz, Belfort e Ribeiro, os principais fatores que marcam este conflito entre os moradores da Nova Holanda e a Fundação Leão XIII foram a ausência de esgoto sanitário, água potável, escolas e postos de saúde e a insegurança quanto à propriedade das casas devido ao permanente fantasma da remoção (2012, p.90).

inspirados nos princípios da saúde de base comunitária. Segundo Diniz, Belfort e Ribeiro, estes médicos buscavam conciliar o exercício profissional com base em pressupostos políticos, atuando na disseminação de informações e nos esclarecimentos dos moradores (2012, p. 91).

Assim sendo, o protagonismo destes profissionais não se limitava a atender a população da Nova Holanda, como também, organizar palestras sobre política, saúde pública, serviços básicos da população local e demais temáticas sobre as questões que atravessavam a vida dos moradores. Carvalho destaca que os profissionais do “postinho” – como ficaram conhecidos - almejavam contribuir na organização da comunidade para que estes reivindicassem seus direitos de uma forma mais ampla, a partir do debate da saúde pública (2006, p. 74).

Tão logo os profissionais do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES) iniciaram um trabalho de base na Nova Holanda, um grupo formado somente por mulheres se organizou tornando-se referência na comunidade. As pioneiras deste grupo foram: Maria Amélia, Dona Josefa, Dona Cléia e Dona Hilda, que se engajaram na luta, buscando melhorarias nas condições de vida na favela.

Essa geração, que ficou conhecida como Grupo de Mulheres da Nova Holanda, foi responsável por articular as primeiras mobilizações locais em busca de melhorias dos serviços básicos da favela ao pressionar os órgãos públicos como podemos observar:

A primeira luta importante que organizou e mobilizou os moradores de Nova Holanda foi pela canalização da rede de água potável. Tal movimento foi encaminhado pelo Grupo de Mulheres com a ajuda dos médicos sanitaristas. Organizaram-se palestras para discutir as condições de vida e para pressionar os órgãos públicos para canalização da água. Essa mobilização culminou com a participação de Nova Holanda no I Encontro Popular pela Saúde, promovido pela Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) e a efetiva conquista deste direito, ainda sob o governo de Chagas Freitas” Sousa Silva (1998, p. 85) Apud Diniz, Belfort e Ribeiro (2012, p. 92).

Como vimos a partir do trecho supracitado, os médicos sanitaristas do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) foram essenciais na consolidação de um trabalho de base na Nova Holanda capaz de construir, coletivamente, um projeto no qual as moradoras assumissem a luta por melhorias na favela diante de um protagonismo histórico do associativismo de base.

Durante a fase de realização das entrevistas, Elza Jorge - que atuou como agente comunitária na Nova Holanda - destacou o lugar que o Grupo de Mulheres ocupa em sua memória:

Essas mulheres do postinho não davam mole pra ninguém. Elas agitavam mesmo. Nossa mãe! Tu nem imagina! Elas começaram os primeiros trabalhos, as primeiras lutas aqui acolá e quando fomos ver elas já tinham tomado conta de tudo. Elas eram fogo! Eu era novinha, né? Mas me lembro sim. Acho que a maioria já morreu. Tem muitos anos isso. Inclusive a Maria Amélia que hoje é nome de posto médico, nome de escola e de praça aqui na Nova Holanda. A Maria Amélia tinha vindo removida da Praia do Pinto. Ela foi uma das primeiras mulheres de luta aqui da favela. (Entrevista realizada com Elza Jorge – Moradora da favela Nova Holanda no dia 15/06/2020)²⁵

O testemunho de Elza Jorge destaca alguns nomes de mulheres que estiveram envolvidas em ações coletivas na Nova Holanda ao longo das décadas de 1960 e 1970, além de destacar o quanto cada uma foi importante na luta empreendida na favela. Neste caso, tomamos como referência o entendimento dessas mulheres como as pioneiras na luta pela melhoria das condições de vida na Nova Holanda. É importante destacar que o Grupo de Mulheres da Nova Holanda se articulava, a partir do projeto desenvolvido pelos médicos no Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES), pressionando os órgãos públicos em relação às melhorias nas condições de saneamento da favela. De acordo com Carvalho, este movimento foi fundamental para as conquistas alcançadas posteriormente (2006, p. 77).

Cabe destacar que o contexto da década de 1970 marca o chamado “chaguismo” como fruto de uma forte atuação do poder público nas favelas do Rio de Janeiro, que obedecia a uma lógica clientelista formada pela atuação de políticos que exploravam a ausência de serviços e a necessidade de melhoria para o uso político de lideranças comunitárias, como afirma Oakim (2014, p. 179). No entanto, a partir das narrativas dos entrevistados, devemos ressaltar que, na medida do possível, o trabalho comunitário possuía certa independência em relação aos esquemas políticos tradicionais.

A partir do ano de 1981, ocorreu uma mudança no corpo técnico do postinho com a entrada de outros profissionais, tais como: psicólogos, sociólogos e enfermeiros, contribuindo para um perfil mais interdisciplinar do trabalho, ampliando o diálogo com os moradores da

²⁵ Elza Jorge possui 63 anos. Nasceu em 3 de agosto de 1957 no Rio de Janeiro. É moradora da Nova Holanda desde que sua família foi removida da favela Macedo Sobrinho no bairro do Humaitá, Zona Sul do Rio de Janeiro no ano de 1971. Elza sempre teve uma forte atuação política na favela Nova Holanda onde cresceu em meio à ameaça da remoção e a luta do associativismo comunitário. Atuou no posto de saúde da favela Nova Holanda e hoje está aposentada pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

comunidade como destacam Diniz, Belfort e Ribeiro (2012, p. 92). Surgem novos projetos e financiamentos para além dos atendimentos médicos, contribuindo, também, na formação de agentes de saúde e agentes de educação com a proposta de difusão do conhecimento.

Segundo Diniz, Belfort e Ribeiro, este contexto marcou um momento onde a participação dos moradores, no associativismo de base na Nova Holanda, expandiu-se (2012, p. 93).

De acordo com a fala da entrevistada Elza Jorge:

Eu sou dessa geração aí dos anos 80. Eu fiz o curso e a partir dali eu comecei a atuar na comunidade como agente de saúde. Eram palestras, a gente saía pra fora para as coisas lá, as conferências, os encontros para falar e debater de saúde com outros agentes e em outras favelas. Sem contar que a gente podia tratar de coisas que aqui na comunidade a gente não tratava. A gente falava de doenças, a gente falava de anticoncepcional, a gente explicava para as adolescentes como se cuidar e como conhecer o próprio corpo. Essas coisas aí. (Entrevista realizada com Elza Jorge – Moradora da favela Nova Holanda no dia 15/06/2020).

A memória da entrevistada Elza Jorge, sobre a luta e a mobilização comunitária na favela Nova Holanda, destaca o protagonismo e a importância do trabalho desenvolvido no posto de saúde como reflexão para outras questões pertinentes aos direitos dos moradores.

Os pressupostos metodológicos aplicados tinham como dinâmica de trabalho o debate aberto, mantendo toda a equipe alinhada às diretrizes necessárias às execuções das atividades. Diante disso, Diniz, Belfort e Ribeiro destacam que havia cerca de 16 profissionais entre médicos, enfermeiros, sociólogos e psicólogos, agentes de saúde, as moradoras oriundas do Grupo de Mulheres da Nova Holanda, além de jovens e adolescentes (2012, p. 93).

Ao longo da década de 1980, o posto de saúde foi ampliando o debate sobre a pobreza local, a falta de trabalho, os baixos salários, a falta de saneamento básico, as habitações precárias, a falta de terras e os problemas decorrentes da segurança pública, dentre outras temáticas. Estes questionamentos desembocaram nos movimentos locais compostos por moradores da própria favela que partiram em busca de respostas a essas questões sociais, visivelmente agudas, como foi no caso da Juventude Católica.

A Juventude Católica da favela Nova Holanda surgiu com um grupo de jovens, no ano de 1981, atuando na mobilização comunitária a partir de uma capela localizada no Parque Maré²⁶. Diniz, Belfort e Ribeiro observaram que alguns destes jovens tiveram uma

²⁶ De acordo com o Guia de Ruas da Maré, o Parque Maré foi uma favela que se conectou com a Nova Holanda tendo em vista a sua proximidade geográfica. Seu nascimento é associado ao movimento migratório de operários que se interessaram em morar próximo às fábricas que se expandiam na Avenida Brasil a partir da década de 1950. Construída sob palafitas, na década de 1960 seus moradores começaram o processo de aterramento para a

importância fundamental neste momento como era o caso de Eliana, Amarildo, Miriam, Wanda, Flávio, Bernadete, dentre outros (2012, p. 93). Este grupo também fez parte da geração do postinho, sendo agentes de saúde e agentes de educação. A partir de seus engajamentos, diferentes ações foram desenvolvidas na favela, concluindo projetos de profundo impacto que marcaram esta fase de transformações graças ao associativismo comunitário. Outro fato de grande importância, e que despertou a organização do associativismo comunitário na favela Nova Holanda, foi o anúncio – ainda no ano de 1979 – de um programa chamado Projeto Pró-morar – também conhecido como Projeto Rio – que tinha o objetivo de recuperar e urbanizar seis favelas locais.²⁷

Segundo Silva e Barbosa, as ações do Projeto – Rio eram marcadas por um direcionamento unilateral, o que contribuía, em sua essência, para um espaço de atuação dos setores dominantes, interessados em intervir nas favelas e conduzir procedimentos que não tinham sido debatidos com as lideranças comunitárias (2005, p. 51).

Este processo era fruto do contexto político brasileiro, do início da década de 1980, em que o associativismo comunitário ganhava força no sentido de defender uma maior participação em torno das políticas públicas para as favelas.

Financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), durante o governo do General Figueiredo, o Projeto -Rio contava ainda com a supervisão técnica do Ministro do Interior Mário Andreazza, o Secretário de Obras do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Emílio Ibrahim, e o Governador Chagas Freitas. Cabe destacar que o Projeto - Rio tinha ampla divulgação nos grandes órgãos de imprensa, em especial, os jornais O Globo e o Jornal do Brasil.

De acordo com Diniz, Belfort e Ribeiro, a proposta do Projeto - Rio era equacionar os problemas decorrentes das precárias habitações presentes em diversas favelas, urbanizando-as ou erradicando-as, quando não fosse possível outro tipo de intervenção (2012, p. 95). De forma embrionária, o Projeto - Rio atuaria em seis favelas da região da Maré, devido à incidência de palafitas que já se estendiam até à proximidade do aeroporto internacional do

construção de casas de alvenaria. Nessa mesma década foi criada a associação de moradores que passou a defendê-los das constantes ameaças de remoção feitas pelos governos da época. Ao longo das décadas de 1980 e 1990 as palafitas que haviam sobrevivido ao aterro foram removidas e seus moradores foram transferidos para conjuntos habitacionais construídos na própria Maré (2014, p.52).

²⁷ De acordo com Silva e Barbosa, o Projeto Rio identificou que um terço dos habitantes da Maré moravam nas palafitas, sendo o conjunto formado por seis favelas: Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz e Parque União. As principais áreas de palafitas estavam nas localidades da Baixa do Sapateiro e do Parque da Maré, em geral com barracos tinham um cômodo e condições mínimas de habitabilidade (2006, p.104).

Rio de Janeiro²⁸. Posteriormente, o intuito do governo era ampliar este modelo de intervenção urbana. Entretanto, isso não foi possível, tendo em vista a falência do Banco Nacional de Habitação (BNH), extinto em 1988, impedindo que a experiência na Maré fosse replicada em outras favelas, como destacam Diniz, Belfort e Ribeiro (2012, p.95).

Durante o desenvolvimento da pesquisa, encontramos uma matéria do Jornal do Brasil do dia 05 de julho de 1980 no Caderno de Economia, cuja principal manchete destacava o Projeto - Rio com o seguinte anúncio: “Urbanização da Maré não removerá ninguém”. O corpo da reportagem trazia a seguinte informação:

O presidente da associação de moradores da Baixa do Sapateiro (uma das favelas da área) Luís Vieira, acompanhou o Ministro na sua inspeção e estava ao lado dele, na entrevista coletiva. Outro presidente de associação, Parque União, Geraldo Santos, abraçou o Ministro, mais tarde, mas confia no propósito do governo. Já o presidente da associação da favela da Maré, Manoelino Silva, que entregou uma carta ao Ministro do Interior, quer um encontro dele com os favelados. Para ele, a promessa inicial de ampla discussão do Projeto Rio não está sendo cumprida e ele acredita que a ameaça de remoção é real. Manoelino Silva acredita que estão construindo muitas casas em Antaras (distantes da área) e acha que alguns moradores da Maré poderão ser levados, mesmo provisoriamente, para lá. O Ministro do Interior garantiu que não haverá nenhuma transferência provisória: cada favelado só deixará o barraco, na área, direto para um apartamento. (Jornal do Brasil, consulta ao acervo online realizada em 21 de setembro de 2020)²⁹

Como podemos perceber diversas associações de moradores estavam em diálogo com as instâncias de poder – tanto no nível federal, como estadual – acompanhado as etapas de execução do Projeto - Rio. Havia uma grande expectativa por parte dos moradores das favelas impactadas quanto à remoção das habitações de palafitas que, desde a década de 1960, vinham sendo construídas na Baía de Guanabara. Nenhum morador cogitava a transferência para outros bairros da cidade. Percebemos, na matéria, que nem todos os presidentes de associações de favelas se posicionavam contra a falta de diálogo com os gestores do Projeto - Rio. No entanto, o que se destaca é a figura de Manoelino Silva³⁰, que expressou uma preocupação em relação aos efeitos do projeto no que dizia respeito à remoção dos moradores, e chegou a convidar o Ministro do Interior, Mário Andreazza, para ir até a favela firmar, diante do povo, o compromisso de que nenhum deles seria removido para áreas distantes da

²⁸ O “Projeto Rio” destinava-se não apenas à região da Maré, mas também outras áreas localizadas no litoral da Baía de Guanabara, chegando até o bairro da Penha e o município de Duque de Caxias na Baixada Fluminense.

²⁹ Jornal do Brasil, consulta ao acervo online realizada em 21 de setembro de 2020. Link de acesso: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19800705&printsec=frontpage&hl=pt-BR>

³⁰ Manoelino Silva foi o presidente da Comissão de Defesa das Favelas da Maré (Codefam). A Codefam foi criada a partir da união das associações de moradores da Maré que se articulavam no contexto do Projeto - Rio contra as remoções dos moradores das áreas de palafitas para outros bairros da cidade. Possivelmente em função disso a figura de Manoelino é apresentado na reportagem como o de “presidente da associação da favela Maré”.

cidade. Ou seja, destacamos aqui a preocupação que todos tinham em não serem, novamente, retirados de suas favelas para locais distantes da cidade.

Após quase duas décadas de governo militar no Brasil, entre 1964 e o início de 1980, marcando uma conjuntura de forte repressão e ausência da democracia, identificamos o contexto da redemocratização como um momento de importante participação dos movimentos sociais, dentre eles, o associativismo nas favelas. Este período foi bastante significativo para a Nova Holanda, assim como para as demais periferias da cidade no seu plano político a partir da relação com o Estado marcado, sobretudo pelo retorno do diálogo e a execução de projetos de urbanização com profundo impacto na vida de seus moradores. Além do fim da era remocionista e a presença de projetos de urbanização com profundo impacto na vida de seus moradores.

Segundo Brum, estes novos tempos foram marcados pela efervescência do movimento comunitário que viu surgir novas lideranças, (re)criando novas bandeiras e formas de mobilização, a ponto de acreditarem que surgia nesse período um “novo associativismo”. Ou ainda, para alguns, a retomada de um processo interrompido a partir da polarização política que se abateu sobre o país, principalmente a partir do Ato Institucional n.º 5, período que também coincide com o II Congresso da Fafeg, em 1968, quando muitas lideranças atribuíram um potencial transformador ao movimento de favelas (2018, p. 415).

Um destes exemplos pode ser identificado a partir da criação da Comissão de Defesa das Favelas da Maré (Codefam), uma iniciativa de grande expressão das lideranças comunitárias da Maré que se organizaram para atuar como representantes das favelas que seriam impactadas, como destacam Silva e Barbosa (2005, p.51).

Seguem algumas fotografias das favelas da Maré na década de 1970 no período das palafitas:



Figura 15. Vista aérea das favelas da Maré - 1972

Fonte: Acervo Jornal O Globo - Fotógrafo: Jorge Peter – 22/02/1972 – Agência Globo



Figura 16. Moradias de madeira sobre palafitas na favela da Maré – 1973

Fonte: Acervo Jornal O Globo - Fotógrafo: Eurico Dantas – 19/02/1973 – Agência Globo

Estas fotografias da Maré, na década de 1970, atestam a urgência na execução de projetos de urbanização, tendo em vista que o modelo remocionista contribuiu para um amplo crescimento das favelas na cidade, entre as décadas de 1960 e 1980, como destacam Silva e Barbosa (2005, p. 50). Esta imagem da favela marcada pela degradação, implicou na interferência por parte do poder público com o objetivo de recuperar e urbanizar as favelas da Maré.

No entanto, cabe destacar que este contexto marcado pelo processo de redemocratização, é muito simbólico para compreendermos o papel histórico do

associativismo na favela Nova Holanda ao pautar as reivindicações não só por obras de infraestrutura como construções de escolas, creche, postos de saúde, dentre outras questões, como veremos a seguir.

2.2O Nascimento da Associação de Moradores e Amigos da Nova Holanda (AMANH)

A associação de moradores era controlada pela Fundação Leão XIII, e seu administrador era o Waldemar, homem altamente conservador, que cooptava as lideranças para impedir que a comunidade se organizasse. Começamos a discutir com aquela população de jovens, a partir da “Opção preferencial pelos pobres”, adotada pela igreja, e a produzir massa crítica sobre os problemas da Maré. Simultaneamente, havia um pessoal da Escola de Saúde Nacional de Pública, da Fundação Oswaldo Cruz, desenvolvendo um trabalho bem interessante na área da Maré; uma das pessoas ligadas à Fiocruz era o Fernando William, que hoje é deputado estadual. (Entrevista realizada com Ernani Alcides Alexandre da Conceição, o “Ernani da Maré” nos dias 1º e 11 de agosto de 2000 – para a ocasião do livro *a Favela Fala: depoimentos ao CPDOC* / Organizadores Dulce Chaves Pandolfi, Mario Grynszpan.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003).

Segundo Pandolfi e Grynszpan, o testemunho de Ernani Alcides – um ex-seminarista que atuou no associativismo na favela Nova Holanda na década de 1980 – descreve a complexidade que era o dispositivo de representação popular na favela, a partir da associação de moradores no início da década de 1980 (2003, p.152). Como a Fundação Leão XIII havia criado raízes capazes de controlar algumas lideranças, o caminho para mudança se deu a partir da mobilização da Juventude Católica em conjunto com o Grupo de Mulheres, os técnicos do posto de saúde os integrantes do bloco carnavalesco “Mataram meu Gato”, dentre outros moradores interessados em participar mais ativamente no debate político sobre o futuro da Nova Holanda.

Ainda que houvesse um contexto de mudanças pela frente, Diniz, Belfort e Ribeiro destacam que o maior empecilho era a resistência da Fundação Leão XIII na figura de seus dirigentes que, sem legitimidade, iniciaram um processo de regulamentação da associação de moradores com um registro em cartório em 1982 (2012. p.96). Estes dirigentes tiveram o apoio de alguns moradores cooptados que se apresentaram como testemunhas.

Por outro lado, desde 1979, já havia uma exigência por parte do governo federal em instituir um órgão de representação dos moradores na favela Nova Holanda, tendo em vista a necessidade de diálogos referente ao plano de execução do Projeto - Rio. Diante disso, em 1981 foi criada a Comissão para Melhoramento do Parque Nova Holanda (CMPNH).

Após diversas tentativas de diálogos sem sucesso e muita luta, em 1984, os grupos de oposição à gestão ligada à Fundação Leão XIII³¹, uniram-se e conseguiram convocar um processo eleitoral para renovar a diretoria da associação³². Diante deste quadro, foi formada uma comissão composta por moradores da favela e funcionários da Fundação Leão XIII, com o objetivo de organizar a campanha eleitoral. Algumas instituições como a Federação de Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) e a Secretaria de Justiça, através do secretário Vivaldo Barbosa, acompanharam todo o processo de preparação. As eleições foram marcadas para o dia 15 de novembro de 1984 (Carvalho, 2006, p. 92).

Após a convocação para o processo eleitoral, foram formadas duas chapas: a Chapa Rosa e a Chapa Verde. A Chapa Rosa já se articulava no território a partir do posto de saúde, da Juventude Católica, além de ter uma proximidade com moradores filiados aos partidos de esquerda³³. Tinha como candidata Eliana Sousa Silva, de 22 anos, agente comunitária de educação e estudante de Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), popularmente conhecida, na Nova Holanda, como “Eliana do Armarinho”. Já a Chapa Verde, chapa de oposição, formava uma aliança de apoio ligado à Fundação Leão XIII e tinha como candidato Antônio Francisco da Silva, o Totonho da Comlurb, 43 anos, funcionário público e compositor de samba (2006, p. 92).

Segundo Diniz, Belfort e Ribeiro, após uma acirrada disputa, A Chapa Rosa saiu vitoriosa na campanha eleitoral, recebendo 1.137 votos contra 417 votos da chapa verde (2012, p. 96). A vitória de Eliana representou um marco na história do associativismo de favelas do Rio de Janeiro. Primeiro, por ser uma mulher que assumiu um lugar de liderança no campo político em um espaço majoritariamente masculino; segundo, por ser tão jovem – apenas 22 anos – e assumir o desafio de liderar uma comunidade com tantas demandas.

A seguir algumas fotos que destacam a trajetória de Eliana ao assumir a Associação de Moradores da Nova Holanda, diante da repercussão na mídia e a cerimônia de sua posse.

³¹ O grupo de oposição à Fundação Leão XIII era formado: pela juventude católica, pelos técnicos e demais usuários do posto de saúde – o que incluía o grupo de mulheres, o bloco carnavalesco “Mataram meu gato” e demais simpatizantes.

³² Cabe destacar que em função dessa disputa política a favela Nova Holanda acabou ficando de fora das obras de saneamento que ocorreram nas favelas de Maré durante a fase de execução do Projeto - Rio, e somente algumas áreas de palafitas foram removidas.

³³ Os grupos de esquerda da favela Nova Holanda nasceram no processo de redemocratização com jovens estudantes, operários e demais moradores filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).



Figura 17. Vitória da Chapa Rosa – 1984
 Fonte: Acervo Digital – Jornal do Brasil – 1984



Figura 18. Posse de Eliana – 1984
 Fonte: Arquivo da Associação de Moradores da Nova Holanda

O marco da Chapa Rosa com a presidência de Eliana – a primeira mulher presidente da associação na Maré - representa a quebra definitiva do poder de influência que a Fundação Leão XIII exercia por 22 anos na favela. A partir deste período, o movimento associativista pôde pautar as suas prioridades em um caminho construído de forma coletiva com maior possibilidade de diálogo.

A memória deste novo momento da vida política da Nova Holanda é evidenciada na fala da entrevistada Miriam Santos, ao lembrar-se da gestão de Eliana como presidente da associação da Nova Holanda e ao ser questionada sobre o que ela mais destacaria sobre este período:

Eu destacaria primeiro a: a: a: força da Eliane, né? A atitude dela primeira coisa que eu destacaria foi a mulher que ela foi e: e: ela ter conseguido é: trazer pra comunidade coisas que a comunidade precisava de verdade, entendeu? É o asfalto que a gente não tinha, a gente pisava em lama Marcos, quando chovia os a pessoa que fosse trabalhar lá fora tinha que sair com saco plástico na: na perna porque a

coisa era feia e: ela trouxe o asfalto pra dentro da comunidade foi uma das primeiras coisas que ela que ela se importou foi com a asfaltar a comunidade, o esgoto e a iluminação cara isso foi: foi uma coisa muito importante e a água também, né? Porque nós também não tínhamos água Marcos. Nós buscávamos rola usávamos rola e íamos buscar do outro lado da Av. Brasil a água que a gente também não tinha, entendeu? Ela foi, foi ela [[(Entrevista realizada com Miriam Santos – Moradora da favela Nova Holanda no dia 12/06/2020).

A narrativa de Miriam Santos enfatiza o papel da Eliana como uma “consolidadora” no processo de lutas e conquistas da favela. No entanto, o que mais chama a atenção é que os problemas que Miriam destacou na década de 1980, eram os mesmos do início da década de 1960. Ou seja, já havia se passado cerca de duas décadas desde que os primeiros removidos começaram a chegar, a urbanização já havia se consolidado como novo caminho para a melhoria de vida da população favelada, porém, os serviços continuavam precarizados na Nova Holanda. Isso explica porque a vitória da Chapa Rosa representava, para alguns moradores, uma possibilidade de melhorias das condições de vida na favela.

Segundo Diniz, Belfort e Ribeiro, assim que assumiu a presidência da associação, toda a diretoria se reuniu para definir as diretrizes e objetivos a serem traçados na proposta de trabalho, sendo destacados, de forma muito clara, os limites de atuação do Estado e o papel da associação como um canal de lutas (2012, p. 97). O primeiro grande passo foi a convocação de uma Assembleia Geral com a finalidade de definir as principais pautas de lutas da favela.

Estes modelos de atuação em que os moradores das periferias urbanas resistem, apresentando seus questionamentos e suas próprias formas de mobilização, é definida por Holston de “nova cidadania urbana” (2013, p. 304). Isto é, enquanto moradores das favelas e impedidos de acessar a cidade e os espaços de poder, estas pessoas foram pioneiras em subverter a lógica da participação política pelo associativismo.

Essa virada de perspectiva, partindo da luta coletiva como caminho para as mudanças, pode ser identificada no novo registro da entidade que passou a se chamar “Associação de Moradores e Amigos de Nova Holanda (AMANH)”, em uma clara referência ao novo contexto marcado pela participação política como um direito de todos. A seguir, faremos uma análise sobre as principais mudanças que ocorreram na Nova Holanda a partir da mobilização comunitária sob a primeira gestão da Chapa Rosa.

2.3 As Conquistas da Primeira Gestão da Chapa Rosa

A partir da vitória da Chapa Rosa consolidou-se uma nova perspectiva de atuação do

movimento associativista na Nova Holanda que trouxe, na ocasião, mudanças estruturais à comunidade, afastando definitivamente o fantasma da remoção que tanto assolava os moradores.

Segundo Carvalho, a Chapa Rosa manteve-se no poder durante três gestões, ou seja, de 1984 até 1990, sendo este período crucial para que a associação pudesse impulsionar as obras de infraestrutura que contava com a participação de seus moradores (2006, p. 101). Do ponto de vista metodológico, a associação de moradores se estruturava como um organismo da sociedade civil, não assumindo o papel de execução de projetos, mas articulando seu encaminhamento aos órgãos públicos.

Para essa difícil tarefa, a associação contava com o apoio de moradores que indicariam as demandas para a diretoria da associação. De acordo com Diniz, Belfort e Ribeiro, eram organizadas assembleias a fim de convocar os moradores para assumirem o papel de representantes locais, debatendo sobre os principais problemas da comunidade (2012, p. 97).

O relato de Helena Edir nos apresenta a recordação desta fase de mobilização na favela Nova Holanda:

A gente conseguia colocar dentro da escola Nova Holanda no final de noite, no início de uma noite duzentas e poucas pessoas ali naquele pátio, né? Por que? Porque todo mundo precisava de alguma coisa, o desejo de um era o desejo de todos, né? Que que a gente precisa? Água, então: vamos todo mundo: todo mundo precisava de água. Vamos fazer, vamos tirar representante de rua, vamos pra CEDAE, vamos buscar uma solução, né? Aí: combinado, né? Daí a água só vinha até o meio da Teixeira Ribeiro precisava de um grupo de homens pra poder vir cavando /.../ então no domingo os homens ficavam cavando pra trazer água mais um pouco, né? Os homens cavavam a gente fazia lanche, a gente fazia coisa pra aquelas pessoas que tavam ali trabalhando, então era assim: era uma luta muito: prazerosa porque de repente você conseguia, né? Consequia aquela: conseguia aquela coisa. Aí vamos lutar agora pela luz. E a gente vai todo mundo lá pra: pra Av. Presidente Vargas e vamos em frente a LIGHT e vamos fazer isso. Então os mutirões eram muitos fortes, né? E isso sempre me: me incentivou, né? Aí eu nessa época eu trabalhava, né? eu trabalhava fora, mas à noite quando eu chegava eu ia pras assembleias depois eu: fui pra: é: pra associação de moradores, né?/.../(Entrevista realizada com Helena Edir Vicente – Moradora da favela Nova Holanda no dia 23/06/2020)³⁴

Como destaca o testemunho da entrevistada Helena Edir, a partir destes pressupostos

³⁴ Helena Edir Vicente chegou na Nova Holanda no início da década de 1970. Muito atuante no movimento católico, logo se uniu na luta do movimento associativista. Dona Helena – como é mais conhecida – foi muito atuante na Chapa Rosa e fez parte da diretoria da Associação de Moradores e Amigos da Nova Holanda (AMANH) até o início da década de 1990. Atualmente, é diretora na Redes de Desenvolvimento da Maré – uma organização da sociedade civil que nasceu no final da década de 1990 e início dos anos 2000, localizada na Nova Holanda.

de participação da comunidade, com base em debates públicos destinados a eleger os representantes de ruas³⁵, muitos encaminhamentos eram feitos e a associação demandava aos órgãos reponsáveis, exigindo prontamente uma solução.

Estes debates eram organizados nos moldes de assembleias, ações coletivas, seminários, encontros de lideranças, cursos e demais ações. Até hoje, essa memória ainda está muito presente nas narrativas das moradoras que testemunharam essa fase tão importante na Nova Holanda. As fotografias a seguir dão uma ideia da experiência coletiva que foi gestada neste contexto de lutas pela população da favela Nova Holanda:



Figura 19. Assembleia de moradores– 1984

Fonte: Arquivo da Associação de Moradores da Nova Holanda

³⁵ Os representantes de ruas atuavam como interlocutores entre a associação de moradores e a comunidade – geralmente nas imediações onde o representante residia. Ele trazia questões levantadas pela diretoria da associação e levava demandas e observações de diferentes moradores.



Figura 20. Reunião dos representantes de ruas – 1984
Fonte: Arquivo da Associação de Moradores da Nova Holanda

Ao longo dessa movimentação realizada pelas assembleias e a atuação dos representantes de ruas, as demandas começaram a chegar à associação dos moradores. Carvalho destaca, inicialmente, que a principal questão apontada foi o sistema de saneamento básico, tendo em vista que ainda era da época dos CHP's (2006, p. 106).

Como medida de urgência, a associação organizou mutirões nos fins de semana para fazer a limpeza da rede de esgoto da comunidade. Entretanto, os mutirões, com suas intervenções, foram insuficientes na solução do problema, tendo em vista que a rede já não conseguia atender o grande volume de esgoto produzido pela favela - que tinha se expandido nas últimas duas décadas. Outra questão importante foi o fato da Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE), órgão responsável pela manutenção das redes, não ter atendido à solicitação feita pela associação.

Sobre este contexto de lutas junto à CEDAE, Helena Edir destaca:

Teve sim. Teve uma época que vários aqui se uniram. Porque era aquilo. Como a CEDAE não deu a mínima pra gente. Na verdade, né? Nem para a Nova Holanda e nem para as outras favelas da Maré, o jeito foi uma reunião geral, né? Tipo assim, um mutirão que uniu todas as associações. Assim, né? Todas não, quase todas! Mas foi muito lindo aquilo, sabe? De ver todos unidos na luta para melhorar as coisas aqui. (Entrevista realizada com Helena Edir Vicente – Moradora da favela Nova Holanda no dia 23/06/2020).

O relato de Helena Edir enfatiza a busca da associação em solucionar o problema relativo ao saneamento básico, em especial, o fornecimento de água e a limpeza dos valões por meio de uma articulação com outras lideranças locais, inclusive outras associações de moradores, como a associação do Parque União, Parque Maré e Baixa do Sapateiro.

Como resultado dessa mobilização foi criado, em 1984, o Programa Especial da

Maré (PEM) com o intuito de executar as obras de urbanização que estavam previstas no período do Projeto - Rio e que não tinham sido executadas. A responsabilidade da execução da obra foi da CEDAE a partir de recursos vindos do BNH (Carvalho, 2006, p. 167).

Destacamos aqui, que os pressupostos de atuação no formato de assembleias e demais articulações com outras associações corroboram para um entendimento de que a luta na favela deveria ser integrada com a perspectiva crítica de seus moradores, a fim de garantir não só a qualidade e manutenção das conquistas, como o engajamento dessas pessoas.

Segundo Pandolfi e Grynszpan, o perfil de atuação do movimento associativista na favela Nova Holanda pode ser identificado na fala de Ernani Alcides:

As pessoas tinham problemas bem objetivos, através dos quais queríamos politizá-las: “Para que estamos nos organizando? Para lutar pela água encanada? Sim. Pela rua asfaltada? Vamos ter uma praça, resolvemos batizá-la de praça do Valão, para que ninguém se esqueça de que aqui existia um valão, que prejudicava a saúde das pessoas”. Todo mês, nas assembleias, fazíamos painéis de fotografias, mostrando como era antes e como as coisas estavam se transformando, para que as pessoas nunca se esquecerem de que tudo o que acontecia de mudança naquela comunidade tinha relação direta com a forma como ela estava se organizando (Entrevista realizada com Ernani Alcides Alexandre da Conceição, o “Ernani da Maré” nos dias 1º e 11 de agosto de 2000 – para a ocasião do livro *a Favela Fala: depoimentos ao CPDOC/ Organizadores Dulce Chaves Pandolfi, Mario Grynszpan.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003*).

Como podemos perceber, as assembleias, além de apresentar pautas e projetos para o poder público, orientavam a população na busca para a melhoria dos serviços locais. Segundo Diniz, Belfort e Ribeiro, essas reivindicações eram direitos básicos inerentes à cidadania que só poderiam ser garantidas através da mobilização (2012, p. 98).

Abaixo temos a imagem de um material de divulgação da Associação de Moradores e Amigos da Nova Holanda, convocando os moradores para uma assembleia:

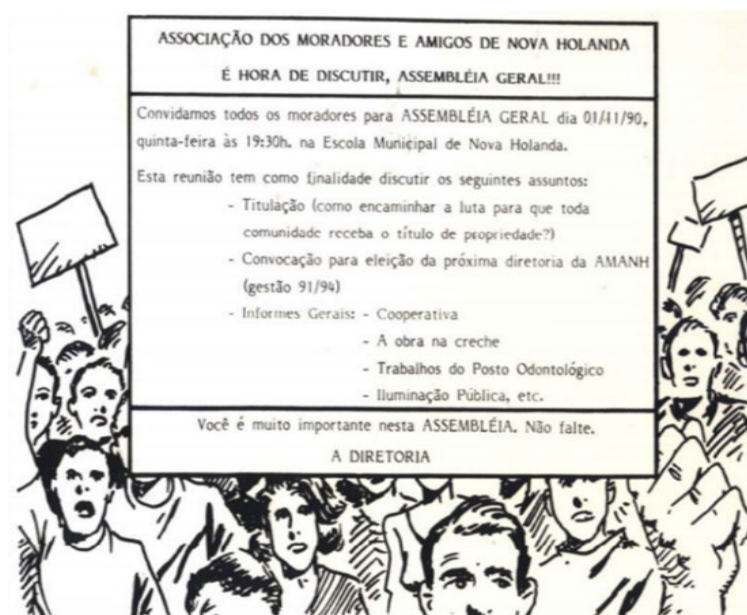


Figura 21. Convite da Associação de Moradores da Nova Holanda – 1990
Fonte: Arquivo da Associação de Moradores da Nova Holanda

O Rio de Janeiro vivenciou uma acirrada disputa política ao cargo de governador, na década de 1980. Dentre os candidatos, destacamos Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT); e Moreira Franco, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)³⁶.

Segundo Ferreira, a vitória de Leonel Brizola, em 1982, representou uma brusca mudança na perspectiva política do Rio de Janeiro, tendo em vista a capacidade de mobilização popular que se constituiu a partir da grande onda de celebração cívica presente no contexto de abertura política (2008, p. 64). Neste sentido, entendemos que as experiências vivenciadas, pelo movimento associativista na favela Nova Holanda, expressavam este momento de ruptura com as velhas estruturas tradicionais na política carioca.

Segundo Diniz, Belfort e Ribeiro, a partir do governo de Leonel Brizola (1983-1987), por exemplo, foi implantado o Programa de Favelas da CEDAE (Proface), que levou sistemas de água e esgoto a diversas favelas do Rio, além de viabilizar a coleta seletiva de lixo (2012, p. 100).

O programa de iluminação pública na Nova Holanda surgiu em 1985, também no governo de Leonel Brizola, impactando profundamente a população favelada. Entretanto, cabe pontuar que as lutas empreendidas na favela em busca de serviços de urbanização, em

³⁶Este fato marcou um quadro de alternância entre Brizola e Moreira Franco no governo do Estado do Rio de Janeiro entre 1982 e 1990. O primeiro mandato de Leonel Brizola (PDT) foi em 1982, Moreira Franco (PMDB) foi eleito em 1986 e em seguida Leonel Brizola (PDT) é reeleito em 1990.

especial água, saneamento básico e regulamentação do fornecimento de energia elétrica eram anteriores à década de 1980, como podemos destacar no testemunho:

A luta pela luz aqui era desde 1970 ou 1973 eu acho. Lógico que depois da Chapa Rosa a coisa ficou mais forte. Aí fomos lutar pela luz. E a gente vai todo mundo lá para Av. Presidente Vargas e vamos em frente a LIGHT e vamos fazer isso. Então os mutirões eram muitos fortes, né? E isso sempre me: me incentivou, né? Aí eu nessa época eu trabalhava, né? Eu trabalhava fora, mas à noite quando eu chegava eu ia para as assembleias depois eu: fui pra: é: para a associação de moradores, né? Na época da chapa rosa eu fui da chapa da: da: da Ana, né? E na chapa da Eliana, quando eu cheguei a chapa da Eliana já estava formada. Mas, depois a Eliana ficou dois mandatos aí depois do outro mandato foi a Ana Inês, né? Que é a irmã dela aí eu já fazia parte da: da: da chapa da: da Ana Inês, né? Também na chapa do Zé Carlos eu também participei. (Entrevista realizada com Helena Edir Vicente – Moradora da favela Nova Holanda no dia 23/06/2020).

Outra pauta de atuação muito presente na Nova Holanda, desde a época do postinho, era a educação. Diante disso, a fim de dar continuidade aos trabalhos, a AMANH atuou na luta pela construção de uma Escola Comunitária em um espaço cedido pela Fundação Leão XIII. Segundo Carvalho, a proposta de trabalho baseava-se na manutenção das turmas de alfabetização a partir da realidade de vida das próprias crianças da favela (2006, p. 110).

Como não havia escolas voltadas para a fase de alfabetização, a equipe pedagógica optou por atender crianças na faixa etária de 02 a 06 anos. Com isso, esperava-se que os alunos desenvolvessem habilidades e competências necessárias ao seu desenvolvimento, diminuindo o número de repetências na Escola Municipal Nova Holanda, que atendia as crianças a partir da 1ª série do Ensino Fundamental (2006, p. 110).

Assim, destacamos o importante papel desempenhado pela Chapa Rosa e o protagonismo da Associação de Moradores e Amigos da Nova Holanda (AMANH), a partir dos testemunhos das entrevistadas, marcando a memória coletiva da favela no tocante à história e à identidade de seus moradores.

A partir do próximo capítulo, faremos uma abordagem de recorte racial da Nova Holanda, com a finalidade de entendermos as percepções que as entrevistadas possuem sobre si, enquanto mulheres negras, e sobre a favela baseada em suas histórias de vida.

Capítulo 3: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA FAVELA NOVA HOLANDA NAS NARRATIVAS DAS MULHERES NEGRAS

O presente capítulo traz como particularidade uma perspectiva de análise da favela, compreendida a partir das narrativas de mulheres negras moradoras da Nova Holanda que vivenciaram o processo de remoção entre as décadas de 1960 e 1970. Mulheres que tiveram uma atuação política a partir de diferentes entidades, como: associação de moradores, partidos políticos, comunidade religiosa, dentre outros organismos coletivos.

Nosso entendimento sobre os papéis cruciais que Elza Jorge, Helena Edir, Marlucy Siqueira e Miriam Santos, possuem na disputa por narrativas acerca da história e memória da Nova Holanda é justificada pela escassez de trabalhos capazes de contemplar a favela a partir do conceito de interseccionalidade.

Dentre os trabalhos mais significativos ao tratar a favela a partir de alguns destes recortes, destacamos a obra do autor Andreilino Campos, intitulado: *Do quilombo à favela – a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro* (2005). Nesta obra o autor aborda a favela enquanto um espaço de violência tendo como origem a estrutura fundiária estabelecida desde o período imperial pontuado por descaso, preconceito e interesses políticos da classe dominante no processo de disputa por acesso à cidade, o que culmina na criminalização da favela e sua população majoritariamente negra presente nos centros urbanos brasileiros. Outro importante trabalho denominado: *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), a autora Carolina Maria de Jesus aborda o cotidiano da favela do Canindé, localizada em São Paulo no ano de 1950 e seus atravessamentos marcados pela pobreza e suas dificuldades cotidianas enquanto uma mulher negra moradora da favela. Além destes, pontuamos a pesquisa de doutoramento de Nilza Rogéria Nunes, cuja proposta foi analisar a favela a partir do recorte de gênero, tendo por título: *Mulher de favela: o poder feminino em territórios populares* (2018), na qual a autora pesquisou a figura da mulher de favela vista historicamente enquanto um sujeito-político e ideológico operacionalizado a partir das trajetórias de vida de 15 mulheres militantes de partidos políticos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil³⁷.

A opção por estes recortes como caminho metodológico rompe com um tradicionalismo historiográfico no que tange aos trabalhos sobre as favelas, em geral interpretados a partir de uma visão estritamente socioeconômica. Diante disso, temos a

³⁷Campos, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro* – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005; Jesus Carolina Maria de, 1914-1977. *Quarto do despejo: diário de uma favelada* – 10ª edição – São Paulo: Ática, 2014; Nunes, Nilza Rogéria de Andrade. *Mulher de favela: o poder feminino em territórios populares* – Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

questão urbana, os movimentos sociais, o processo industrial, a questão política e a economia no epicentro do debate sobre as favelas, adiando uma importante análise de sua compreensão a partir da questão racial.

Examinar a favela Nova Holanda e não racializar os testemunhos destas personagens é, antes de tudo, suprimir o lugar de fala da negritude feminina como a principal fonte para a realização desta pesquisa. Neste caso, consideramos que a investigação acerca das narrativas destas personagens é um caminho que busca particularizar o debate sobre favela, moradia e cidade entendidos à luz da questão racial.

Este percurso *sui generis* rumo à favela carrega no seu substrato o entendimento do próprio Brasil atravessado pela violência de raça, classe e gênero e pela importância de pautar estes debates em todos os espaços possíveis. É um exercício de reconhecimento de nossas contradições caracterizadas por Gonzalez como grande obstáculo para o estudo e encaminhamento das relações raciais na América Latina, fundamentada num dos mais eficazes mitos de dominação ideológica: o mito da democracia racial (2011, p.16).

É preciso ampliar os caminhos da investigação sobre as favelas e (re) interpretar a lógica de produção da cidade sublinhando seus moradores, em especial as mulheres negras como protagonistas. Este entendimento da favela nos permite interpretar seus habitantes como parte do processo histórico. Segundo Adichie, a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que estes sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que a história se torne a história única (2019, p.26). Ou seja, a partir da análise dos testemunhos podemos (re) definir nossas compreensões acerca da história da favela com base nas vivências destas personagens, antes de tudo mulheres negras.

As narrativas apresentadas pelas personagens são entendidas aqui como importantes ferramentas de análise, como podemos observar no testemunho de Miriam Santos:

Então, esse movimento aqui na Nova Holanda eu vou te dizer que foi basicamente de mulheres negras. Eram na grande maioria mulheres negras. Foram mulheres valentes que lutaram pra tudo isso acontecer, entendeu? Uma grande maioria, quando eu digo uma grande maioria porque nós tivemos as avós, as mães, né? Elas que vieram antes e que tomavam conta das crianças enquanto as mães, as responsáveis estavam na guerra, né? Então, isso dá um nível bem grande de mulheres negras nesse negócio envolvida nessas ações. Entendeu? As mulheres negras são as melhores. Nessa época já tinha mulheres dobrando as mangas e caindo pra dentro aqui na favela. Muito boa essas mulheres. Elas eram mulheres de fibra e muito boas pra ações na favela. (Entrevista realizada com Miriam Santos – Moradora da favela Nova Holanda no dia 12/06/2020).

Ao narrar, por meio de sua história de vida, o contexto de lutas na favela Nova Holanda, o testemunho de Miriam Santos apresenta importantes informações sobre a atuação

das mulheres negras. Miriam destaca que havia uma atuação composta basicamente por mulheres negras na vida política da favela, as quais, em grande parte, assumiram o papel de protagonistas.³⁸ Ou seja, eram mulheres que rompiam com os lugares determinados pelas opressões interseccionais e patriarcais que, em geral, apagam suas trajetórias.

Ao analisar o percurso de mulheres negras afro-americanas, Collins aponta para a presença de três dimensões de opressões que as afetam, sendo estas: pela exploração do trabalho, pela dimensão política e pelas imagens de controle surgidas no contexto da escravidão (2019, p. 34).

Em geral, as entrevistadas se enquadram nestas três categorias de opressões definidas por Collins, tendo em vista que Elza Jorge, Helena Edir, Marlucy Siqueira e Miriam Santos são mulheres negras que tiveram uma vida muito difícil, marcada pela violência de gênero, classe, raça dentre outros tipos de opressões que se estruturam na matriz moderna colonial. O que nos chama a atenção é que todas as entrevistadas vivenciaram, desde a infância, um contexto de exploração e sistemáticas violências perpetradas pelo racismo e o sexismo.

Sobre sua memória de infância, Mirian destaca:

Minha mãe trabalhava na zona sul, no Humaitá mesmo. Ela trabalhava como doméstica e saía de manhã e voltava à noite. Eu é que tomava conta dos meus irmãos, porque meu pai também trabalhava. Quer dizer eu assumi tudo sozinha, né? Eu dava conta. Até porque só tinha eu mesmo né? Só tinha eu pra me responsabilizar pelos meus irmãos. Eu não tinha meu tempo de lazer, meu tempo de bagunça, meu tempo de brincar entendeu? Não tinha esse tempo, porque eu lembro que a gente dividia o barraco. Eu tinha a minha avó que morava no primeiro andar, e eu morava no segundo. A minha avó passava o olho na gente, mas quem tomava conta na verdade era eu. Eu que alimentava, eu que dava comida pras crianças, eu era uma criança também já cuidando de criança, entendeu? A minha infância foi de muita responsabilidade. Eu tive muita responsabilidade com os meus irmãos e com a casa (Entrevista realizada com Miriam Santos – Moradora da favela Nova Holanda no dia 12/06/2020).

O testemunho de Mirian Santos expressa as múltiplas violências que as mulheres moradoras das periferias sofrem cotidianamente em decorrência de um modelo de sociedade patriarcal e racista como destaca Akotirene ao observar, a partir do conceito de interseccionalidade, este conjunto de opressões interligados à ideia de raça, classe e gênero que afetam diretamente as mulheres negras (2020, p. 21).

Com relação às narrativas apresentadas, destacamos que Miriam Santos precisou lidar

³⁸Como já destacado nos capítulos anteriores, em geral, as mulheres que, na favela Nova Holanda, atuavam na vida política tinham fortes vínculos com os partidos políticos de esquerda, dentre eles o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), no posto de saúde, dialogando com a favela sobre as suas principais necessidades, além da atuação na associação de moradores como secretárias, representantes de rua, agentes de saúde ou agentes de educação.

com a difícil tarefa de assumir o cuidado da casa e dos irmãos, ainda criança. A perpetuação deste tipo de desigualdade, citada nos testemunhos, contribui para que a mobilidade social e o consequente rompimento com a exclusão social se tornasse cada vez mais distantes, diminuindo, significativamente, a possibilidade de ruptura com a exclusão, a pobreza e a conquista de uma vida melhor.

Segundo Collins, as mulheres negras são alvo de um conjunto de violências que se estruturam no formato de uma rede hegemônica que engloba economia, política e ideologia, atuando como um complexo sistema capaz de determinar a sua subordinação (2019, p. 34). Como evidência de que estes mecanismos de subordinação tendem a afetar as mulheres negras, moradoras das favelas, destacamos o testemunho de Marlucy Siqueira no qual relata um pouco de sua memória de infância:

O que acontece, eu parei de estudar várias vezes, porque eu tive que pegar uma responsabilidade com 11 anos. Eu fui tomar conta dos meus cinco irmãos porque minha mãe precisou trabalhar. Foi um período que minha mãe não trabalhava e meu pai acabou sendo preso por vadiagem. Eu vejo isso como racismo. Aí minha mãe que tinha oito filhos ficou passando necessidade. Foi muito complicado, eu estudava, mas quem tinha responsabilidade de tá cuidando dos meus irmãos, era eu, de tá levando na escola, se tinha médico e ainda bem que tinha um médico aqui próximo de casa. O médico era do postinho, né? Eu já conhecia todos os médicos que tinha. Eles também já conhecia a minha família por a gente morar próximo, né? Aí todo mundo conhecia meus irmãos. Mesmo com a minha pouca idade eu conseguia levar eles pra uma consulta médica. Aí teve, igual eu falei certo momento, não tinha como estudar, situação muito complicada. Minha mãe tinha que trabalhar fazendo faxina pra trazer comida pra casa. A gente recebia muita ajuda da creche. Tinha um assistente social da Fundação Leão XIII que sabia a situação da minha família. Tudo que sobrava na creche o rapaz trazia, né? O assistente social pedia pra tá trazendo aqui pra minha mãe, pra mim e pros meus irmãos (Entrevista realizada com Marlucy Siqueira – Moradora da favela Nova Holanda no dia 08/06/2020).

O relato de Marlucy Siqueira expõe os limites da violência destinado à população negra das periferias. Sua infância foi marcada pelo papel de cuidadora dos irmãos desde os onze anos de idade, além das constantes interrupções dos estudos, tendo em vista a desigualdade de raça, classe e gênero que afetou sua família: com a prisão do pai por vadiagem e o deslocamento da mãe para o mercado de trabalho, considerando a necessidade de sustentar a família composta de oito crianças e o companheiro encarcerado.

O próximo relato é apresentado por Elza Jorge que apresenta a memória de infância a partir da seguinte narrativa:

Eu morava no Morro Macedo Sobrinho, na Zona Sul mesmo. Lá pro lado do Jôquei Club. Papai veio a falecer atropelado e vamos dizer que eu não tive uma infância assim que eu pudesse dizer que era boa. Enquanto ele tava vivo foi muito bom, a gente tinha de tudo. A gente era como assim uma pessoa de melhor qualidade dentro de uma comunidade. Tinha tudo, tanto é que quando ele, ele chegava assim domingo

fazia almoço e reunia todo mundo na mesa e ainda pegava as crianças da rua pra almoçar com a gente. Ele era assim. Então, quando ele faleceu ficou muito difícil, mamãe teve que trabalhar de novo e eu fiquei cuidando dos quatro irmãos menores, né? Mamãe ia trabalhar e eu ficava cuidando da casa bem dizer, cuidando dos irmãos. Eu tinha 7 anos e já assumi esse papel de mulher da casa e cuidava dos meus irmãos. Aí quando foi nos anos 70 teve negócio de fazer essa remoção da comunidade, né? Como a gente tava naquela situação mais pobrezinha a gente veio pra Nova Holanda que era o lugar onde trazia as pessoas que não tinha condições de pagar. Porque os outros lugares eram pagos. Tipo, os apartamentos da Suburbana, a Cidade de Deus e a Vila Kennedy. Mas na Nova Holanda tudo era provisório. Então, os pobrezinhos vinham pra cá até construir outros lugares pra colocar essas pessoas. Aí o que que aconteceu, eu era uma garota muito assim esperta, muito coisa, né? Aí a moça da associação quando começaram fazer o levantamento lá pra tirar as pessoas a moça da associação em Macedo Sobrinho me conhecia porque morava de frente pra minha casa. Ela era presidente da associação. Aí chamou a gente pra ajudar levar essas pessoas a andar pela comunidade pra fazer o cadastro dos que seriam removidos (Entrevista realizada com Elza Jorge – Moradora da favela Nova Holanda no dia 15/06/2020).

Da mesma forma que as demais personagens, a narrativa de Elza Jorge também demonstra os atravessamentos marcados pela pobreza e a desigualdade como questão central. Neste caso, observa-se que, ao mesmo tempo em que a mãe assumia o mercado de trabalho, o cuidado com os filhos e a responsabilidade de buscar o alimento, Elza Jorge, já aos sete anos, dividia-se entre os afazeres domésticos e a responsabilidade de cuidar dos quatro irmãos.

Os testemunhos apresentados até aqui, dão-nos uma dimensão das desigualdades presentes no cotidiano da população moradora das favelas, em especial, das mulheres negras. Neste sentido, apropriamo-nos das concepções apresentadas por Gonzalez como entendimento da subordinação ideológica da população negra, a partir do racismo e do sexismo presentes na identidade cultural brasileira (1984, p. 225).

Frente os relatos apresentados pelas personagens, destacamos a importância de uma abordagem da favela delimitada por alguns marcadores sociais que se expressam pela raça, classe e gênero. A partir destes múltiplos olhares, tomaremos como questão central a racialização da favela Nova Holanda, levando em consideração a proposta de compreendê-la como um espaço constituído de experiências vividas pela sua população majoritariamente negra e feminina.

Diante disso, buscaremos referencial na obra de Campos ao analisar, a partir do conceito de “transmutação do território criminalizado”, a favela enquanto local de representação da identidade negra (2005, p. 63). Este reconhecimento da favela, enquanto espaço afrodescendente constitui-se em decorrência da diáspora de sua população. Esta, de acordo com Campos, tende a ser alvo de ações empreendidas pelo Estado; ações essas arquitetadas com os interesses da classe dominante ao impor, de forma compulsória, o seu

deslocamento para as áreas periféricas da cidade (2005, p. 66). Um exemplo claro dessa dinâmica pode ser visto a partir da política de remoção das favelas no século XX, diante do argumento da insalubridade que se apresentava como justificativa para a retirada de sua população dos locais, outrora valorizados pelo mercado imobiliário.

Neste caso, ressaltamos a importância do levantamento de dados sobre o recorte racial dos moradores da Nova Holanda como caminho para a compreensão da identidade que as entrevistadas construíram sobre si e sobre a favela como um todo.

Para pensarmos sobre a identidade negra da Nova Holanda, apropriamo-nos de dois dados estatísticos. O primeiro instrumento de pesquisa consultado foi o Censo Populacional da Maré (2019), produzido pela Organização da Sociedade Civil Redes da Maré. O segundo instrumento de pesquisa foi o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), em especial a plataforma relativa aos aglomerados subnormais.

Ao abordar a favela Nova Holanda e seu recorte racial, torna-se relevante destacar que tomaremos como base todos aqueles que se inserem na categoria preta e parda, considerando a semelhança destes dois grupos em suas condições socioeconômicas, culturais e históricas que, em geral, podem ser reconhecidas como afrodescendentes, em especial, no caso da população do Rio de Janeiro.

De acordo com os dados apresentados pelo Censo Populacional da Maré (2019), o número de moradores da favela Nova Holanda é de 13.799 habitantes no total. No entanto, 6.912 habitantes se autodeclararam pardos e 2.558 habitantes se autodeclararam pretos. Deste modo, temos um total de 9.470 habitantes da favela Nova Holanda que se reconhecem como afrodescendentes.

A tabela a seguir apresenta uma visão mais ampla do recorte racial da favela Nova Holanda em contraponto com as demais favelas que compõe o bairro Maré:

UNIDADE TERRITORIAL	TOTAL	PARDA		BRANCA		PRETA		INDÍGENA		AMARELA		SEM RESPOSTA	
	HAB	HAB	%	HAB	%	HAB	%	HAB	%	HAB	%	HAB	%
MARÉ	139.073	73.576	52,9%	50.871	36,6%	12.750	9,2%	845	0,6%	761	0,5%	270	0,2%
PARQUE UNIÃO	20.567	10.640	51,7%	8.665	42,1%	1.019	5,0%	107	0,5%	106	0,5%	31	0,1%
VILA DOS PINHEIROS	15.600	8.929	57,2%	5.022	32,2%	1.401	9,0%	124	0,8%	99	0,6%	26	0,2%
NOVA HOLANDA	13.799	6.912	50,1%	4.089	29,6%	2.558	18,5%	144	1,0%	70	0,5%	24	0,2%
PARQUE MARÉ	13.164	6.840	52,0%	4.805	36,5%	1.209	9,2%	229	1,7%	65	0,5%	17	0,1%
VILA DO JOÃO	13.046	6.945	53,2%	4.899	37,5%	1.101	8,4%	12	0,1%	70	0,5%	19	0,1%
BAIXA DO SAPATEIRO	9.329	4.562	48,9%	4.020	43,1%	645	6,9%	14	0,1%	73	0,8%	16	0,2%
PQ. ROQUETE PINTO	8.132	5.303	65,2%	2.335	28,7%	433	5,3%	6	0,1%	24	0,3%	32	0,4%
SALSA E MERENGUE	6.791	3.610	53,2%	2.256	33,2%	881	13,0%	5	0,1%	27	0,4%	12	0,2%
MORRO DO TIMBAU	6.709	3.206	47,8%	2.951	44,0%	496	7,4%	18	0,3%	27	0,4%	11	0,2%
MARCÍLIO DIAS	6.342	3.705	58,4%	2.238	35,3%	372	5,9%		0,0%	18	0,3%	9	0,1%
PARQUE RUBENS VAZ	6.222	3.101	49,8%	2.467	39,7%	533	8,6%	61	1,0%	46	0,7%	14	0,2%
CONJUNTO ESPERANÇA	5.356	2.693	50,3%	2.076	38,8%	484	9,0%	19	0,4%	66	1,2%	19	0,3%
CONJUNTO PINHEIROS	4.028	2.096	52,0%	1.444	35,8%	412	10,2%	54	1,3%	21	0,5%	1	0,0%
CONJ. BENTO R. DANTAS	3.553	1.707	48,0%	1.346	37,9%	428	12,0%	40	1,1%	25	0,7%	8	0,2%
PRAIA DE RAMOS	3.221	1.825	56,7%	1.057	32,8%	305	9,5%		0,0%	13	0,4%	21	0,6%
NOVA MARÉ	3.215	1.503	46,7%	1.203	37,4%	473	14,7%	11	0,4%	14	0,4%	11	0,4%

Tabela 1 – Pessoas residentes na Maré segundo a cor ou raça, por território
Fonte: Censo Populacional da Maré (2019).

Todos estes dados são relevantes para a compreensão da identidade afrodescendente da favela, pois, segundo o Censo do IBGE (2010), as pessoas declaradas como brancas são predominantes; seguidas pelas pardas, no Brasil (48% e 43%), no Estado do Rio de Janeiro (47% e 39%) e no município do Rio de Janeiro (51% e 37%). Porém, no bairro Maré estas posições se alternam (as pardas são 49,7% e as brancas, 37,6%).

Ao analisar este mesmo critério de identidade afrodescendente em relação à autodeclaração de pardos e brancos na favela Nova Holanda, deparamo-nos com o percentual de habitantes de 50,1% daqueles que se autodeclararam pardos e 29,6% que se autodeclararam brancos, perfazendo uma diferença de 20,5% dos habitantes da favela Nova Holanda que se autodeclaram como pardos em comparação com os que se autodeclararam brancos.

No caso dos dados analisados a partir do Censo IBGE (2010), em especial a plataforma dos aglomerados subnormais, esta tendência também se repete, com o predomínio de 49,7% de pessoas que se autodeclaram pardas em relação ao percentual de 33,3% de pessoas que se autodeclaram brancas, como podemos observar no gráfico abaixo:

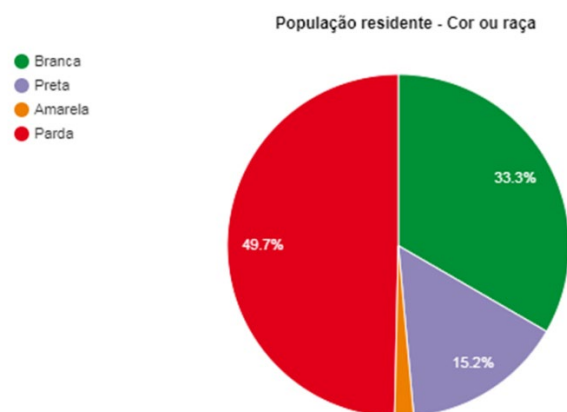


Gráfico 1 – População residente na Nova Holanda segundo a cor ou raça.

Fonte: <https://censo2010.ibge.gov.br/agsn/>

De acordo com o Censo Maré (2019), o predomínio de pessoas pardas pode ser justificado pela maior frequência de matrimônios interraciais nos segmentos sociais populares e, de forma particular, na forte presença de nordestinos no território³⁹. Não obstante, a cor parda, mesmo que por influência da naturalidade em outra região do país, não exclui a descendência em potencial da identidade afrodescendente da Nova Holanda.

Em todo caso, se tomado como referência o recorte racial para analisar o bairro Maré como um todo, é muito significativa a presença de afrodescendentes no território, razoavelmente acima da média nacional. Pelo que foi declarado, somente na favela Nova Holanda 68,6% dos moradores têm cor preta ou parda, demarcando uma presença étnico-racial que, de forma geral, como já mencionado, é a realidade típica na composição das favelas cariocas, bem como no conjunto das periferias brasileiras.

De acordo com a tabela 1, observamos diferentes perfis na identificação de cor da pele entre as comunidades da Maré. Onde há maior percentual de pessoas declaradas como brancas são as do Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro e Parque União, com 44,0%, 43,1% e 42,1%, respectivamente. Em Roquete Pinto, com 28,7%, e, no caso da Nova Holanda, com 29,6%, estão as menores concentrações, abaixo de 30%.

No que se refere às pessoas declaradas pretas, Nova Holanda, com 18,5%, tem a maior concentração, seguida por Nova Maré, com 14,7%, Salsa e Merengue, com 13,0%, e Bento Ribeiro Dantas, com 12,0%. A menor presença se faz na comunidade do Parque União, com 5%, seguida de Roquete Pinto e Marcílio Dias, com 5,3% e 5,9%, respectivamente.

³⁹Segundo o Censo 2010 do IBGE, 59,4% da população da Região Nordeste é composta por pardos, ficando atrás apenas da Região Norte, que totaliza 66,9%. No Sudeste, são 35,7% enquanto a média brasileira é de 43,1%.

Em geral, constatamos aqui a importância de compreender a favela Nova Holanda a partir de sua identidade afrodescendente e também feminina, tomando as narrativas destas personagens como referencial para o entendimento do lugar que as mulheres negras ocupam no território como veremos a seguir.

3.1 O Poder das Mulheres Negras na Favela Nova Holanda

Eu acho que foi em 1990 que teve um movimento de mulheres forte na Nova Holanda. Depois que foi que entrou a Chapa Rosa que eu lembro que em 1995 mais ou menos é aliás 85 a 87 começou o movimento que foi a Eliana, né? Na chapa rosa, ela competiu com a chapa verde, que era de um vizinho meu daqui, o falecido seu Antônio. Aí tinha esse movimento e a gente ficava muito em dúvida. Assim, em quem votar porque tinha o seu Antônio que era nosso vizinho e tinha a família da Eliana que sempre ajudou todo mundo, eu lembro que a Elza, a irmã da Eliana, ela me levava na casa dela né? Lá no armário pra gente tá vendo algumas coisas em questão da escola. Aí elas ganharam, aí hoje em dia todo esse Complexo da Maré e a Nova Holanda eu posso te dizer que foi fruto desse trabalho, dessas mulheres. Além delas tinha aqui uma outra vizinha minha, a Helena, também se tinha a Helena de Moraes e Dona Helena Edir, né? Tinha as duas aí, né? Eram mulheres negras, e tinha também uma outra Cléa, não lembro o nome da Cléa todo. Hoje em dia a creche tem o nome dela também, da Cléa e uma outra também que deu nome para uma outra escola, que é a Dona Maria Helena Belford, mãe do Marcelo, também era uma guerreira (Entrevista realizada com Marlucy Siqueira – Moradora da favela Nova Holanda no dia 08/06/2020).

Durante seu depoimento acerca da atuação das mulheres na vida política na favela Nova Holanda, a entrevistada Marlucy Siqueira foi bastante precisa ao destacar o papel de lideranças femininas que atuaram como representantes dos moradores da favela. Estas mulheres frequentemente foram citadas nas entrevistas como figuras de poder e liderança sendo determinantes na construção de um caminho que mais tarde seria trilhado por outras gerações.

No entanto, cabe observar que, em geral, a favela Nova Holanda representa uma excepcionalidade, pois há um processo de silenciamento das mulheres, as quais, em sua maioria, são alvos da cultura racista quando tratamos de participação em espaços de poder.

De acordo com Gonzalez, as mulheres negras precisam se afirmar cotidianamente contra discursos que produzem efeitos violentos de apagamento de suas memórias, além de colocá-las em um lugar de inferioridade (1984, p. 224). Diante disso, destacamos que é de fundamental importância elencar não só o perfil afrodescendente da população da favela Nova Holanda, como também, feminino na busca do entendimento destas personagens e das lutas vivenciadas contra uma estrutura de dominação patriarcal presente na sociedade brasileira.

Segundo o Censo Populacional da Maré (2019), o bairro tem como principal característica um número maior de mulheres em relação aos homens residentes no território. Este resultado corrobora para uma semelhança apresentada pelo Censo do IBGE (2010) referente ao município do Rio de Janeiro. Vale mencionar que em apenas duas favelas da Maré a população de homens predominou: Rubens Vaz e Conjunto Esperança. Contudo, as diferenças foram bem pequenas, traduzidas em 1,5% e 0,7%, respectivamente.

Com relação ao número de mulheres residentes na Nova Holanda, o Censo Maré (2019) destaca que 51% do território é composto por mulheres enquanto que a população de homens é de 40,6%. Neste caso, observa-se um número de 7.054 mulheres residentes na favela Nova Holanda, enquanto que o número de homens é de 6.075.

Em relação ao bairro Maré, dentre as favelas com o maior percentual de habitantes mulheres, além da Nova Holanda com 51%, destacamos o Conjunto Pinheiros, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Praia de Ramos, Nova Maré, Morro do Timbau, Salsa e Merengue com 53,1%, 52,5%, 51,9%, 51,4%, 51,3% e 51% respectivamente.

A tabela a seguir apresenta uma visão mais ampla da relação entre homens e mulheres na favela Nova Holanda em contraponto com as demais favelas que compõem o bairro Maré:

UNIDADE TERRITORIAL	TOTAL	MULHERES		HOMENS		SEM RESPOSTA	
		HAB	%	HAB	%	HAB	%
MARÉ	139.073	70.878	51,0%	67.948	48,9%	248	0,2%
PARQUE UNIÃO	20.567	10.426	50,7%	10.106	49,1%	36	0,2%
VILA DOS PINHEIROS	15.600	7.924	50,8%	7.643	49,0%	34	0,2%
NOVA HOLANDA	13.799	7.054	51,1%	6.705	48,6%	39	0,3%
PARQUE MARÉ	13.164	6.850	52,0%	6.302	47,9%	12	0,1%
VILA DO JOÃO	13.046	6.617	50,7%	6.400	49,1%	29	0,2%
BAIXA DO SAPATEIRO	9.329	4.741	50,8%	4.580	49,1%	9	0,1%
PQ. ROQUETE PINTO	8.132	4.138	50,9%	3.981	49,0%	13	0,2%
SALSA E MERENGUE	6.791	3.462	51,0%	3.312	48,8%	16	0,2%
MORRO DO TIMBAU	6.709	3.445	51,3%	3.248	48,4%	16	0,2%
MARCÍLIO DIAS	6.342	3.179	50,1%	3.149	49,7%	14	0,2%
PARQUE RUBENS VAZ	6.222	3.061	49,2%	3.154	50,7%	7	0,1%
CONJUNTO ESPERANÇA	5.356	2.657	49,6%	2.694	50,3%	5	0,1%
CONJUNTO PINHEIROS	4.028	2.137	53,1%	1.889	46,9%	1	0,0%
CONJ. BENTO R. DANTAS	3.553	1.864	52,5%	1.676	47,2%	13	0,4%
PRAIA DE RAMOS	3.221	1.672	51,9%	1.548	48,0%	1	0,0%
NOVA MARÉ	3.215	1.652	51,4%	1.561	48,5%	2	0,1%

Tabela 2 – Pessoas residentes na Maré segundo o sexo, por território.
Fonte: Censo Populacional da Maré (2019).

A partir das fontes consultadas, identificamos que a favela Nova Holanda pode ser compreendida como um espaço de potência, marcado sobretudo por sua identidade negra e feminina. Estes traços são essenciais para redefinir o lugar ocupado por mulheres negras moradoras de favela no imaginário da cidade, ganhando novos contornos.

De acordo com bell hooks, é de suma importância que mulheres negras aprendam sobre aquelas que ousaram afirmar suas subjetividades, desenvolvendo seu potencial de sujeitas radicais (2019, p. 121).

Nesta perspectiva, compreendemos que estas personagens trazem a partir de suas narrativas uma grande contribuição no tocante ao lugar de memória e identidade das mulheres negras e moradoras de periferias como mulheres de poder.

Suprimir a imagem de subordinação para ocupar um lugar de sujeito-político, histórico, expresso por suas singularidades é antes de tudo um ato de muita coragem destas mulheres que optaram por romper com o silenciamento e assumir o papel de fala.

Sobre este processo de rompimento com a sujeição e a responsabilidade de assumir-se na primeira pessoa, Gonzalez destaca que é uma luta contra a dominação e contra a domesticação do povo negro cotidianamente infantilizado (1984, p. 225).

Abaixo, temos o testemunho apresentado por Mirian Santos, ao elencar os principais elementos da atuação das mulheres negras que se articulavam na favela Nova Holanda, despertando um senso de admiração, como podemos destacar:

As mulheres negras sempre tiveram respeito na comunidade. Eu digo por mim, né? Porque eu falo e as pessoas me ouvem, né? Eu consegui alcançar grande respeito nessa comunidade pela minha batalha de vida. Então, eu tiro por mim e afirmo que aqui as mulheres têm voz ativa. Até hoje as mulheres negras principalmente quando elas falam as pessoas abaixam a cabeça. Se for gente branca então, você já sabe, né? Aqui na Nova Holanda teve uma mulher preta que eu admirei muito. Ela faleceu há pouco tempo. Era uma ativista também e muito brigona, a Vera, não me lembro o sobrenome dela, mas olha, que mulher, hein? A Vera era aquela que não vestia a camisa de ninguém. A Vera mesmo vivia falando que ela só vestia a camisa da favela, da comunidade. Ela não queria fazer parte de chapa nenhuma, mas ela apoiava todo mundo, entendeu? Ela apoiava, chamava, ela convencia as pessoas a votar. Ela era terrível a Vera. Ela não me sai da memória porque eu admirava essa mulher pela força que ela tinha de levantar a voz. Eu acho isso muito interessante. Você pode ter certeza que o respeito aqui vem da mulher negra. Nem os meninos se metem com a gente. Se falou está falado. Eles abaixam, a cabeça e respeitam. Tá entendendo? (Entrevista realizada com Miriam Santos – Moradora da favela Nova Holanda no dia 12/06/2020).

A fala da entrevistada evidencia que na favela Nova Holanda as mulheres negras sempre ocuparam um lugar poder. No entanto, o que mais chama atenção nesta narrativa é a apresentação dessas mulheres como um referencial de respeito e autoridade moral para além

do plano político.

Durante seu testemunho, Miriam se coloca como uma dessas mulheres que a partir de sua negritude, impõe-se como uma referência de respeito e autoridade para todos na comunidade.

De acordo com Munanga, os atributos da negritude e identidade cultural no Brasil devem ser entendidos a partir do reconhecimento dos traços históricos e identitários, das formas de comunicação que se estendem desde a linguagem e estética corporal seguido da operacionalização de sua dinâmica ideológica (2020, p. 12). Isto é, a partir de sua história de vida, de sua linguagem e das marcas impressas em sua identidade de mulher negra. Mirian Santos, assim como as demais mulheres envolvidas na atuação política na Nova Holanda, conquistou um lugar de respeito e autoridade ocupado por poucas pessoas na favela.

Outro elemento importante que devemos considerar é o papel que estas mulheres exercem na favela ao assumirem posições de lideranças centradas no desejo de transformação de suas comunidades, apontando os caminhos da autonomia política e a análise crítica de suas realidades.

De acordo com Nunes, ao assumir um papel de liderança política na favela, as mulheres apresentam suas próprias pautas que, em geral, têm como principais focos: a garantia dos direitos de crianças e jovens, a proteção da mulher e a melhoria da qualidade de vida de seus moradores por meio do aperfeiçoamento dos serviços de infraestrutura (2018, p. 14).

Voltando à questão do lugar de autoridade que as mulheres negras ocupam na Nova Holanda, Miriam Santos destaca que, no seu caso, sua história de vida se constitui como um importante dispositivo de reconhecimento deste lugar de respeito e autoridade. Explica que, assim como ela, outras mulheres negras ocupam o que ela chamou de “voz ativa na favela”, como referência ao lugar de orientadora das ações, sejam elas empreendidas no campo político ou mesmo em relação às demais questões de ordem coletiva.

Segundo Collins, na matriz de funcionamento das relações interseccionais existe uma questão importante no que tange ao movimento de tomada de consciência das mulheres negras e seu consequente empoderamento o qual deve ser entendido como uma importante ferramenta de luta contra os diversos tipos de opressões (2019, p. 433).

O que podemos compreender, a partir da narrativa de Miriam Santos, é que sua luta e ativismo frente à sua experiência de vida, além das injustiças cometidas contra a população da favela, transformam-se como uma importante ferramenta de autodefinição e autodeterminação

diante das opressões.

De acordo com Helena Edir, a memória de atuação das mulheres negras e o lugar de respeito da associação de moradores são marcos importantes de sua memória:

Olha, a associação de moradores da Nova Holanda parecia muito mais um movimento negro, né? A gente até comentava sobre isso. Seus integrantes eram basicamente homens negros e mulheres negras. Era um baita movimento social. A gente entrava e fazia de tudo um pouco, né? Eu entrei durante a Chapa Rosa e fui tesoureira, né? Mas, eu fazia tudo. A gente fazia, ia às reuniões. Na época eu lembro que eu trabalhava no centro da cidade. Então, quando tinha alguma reunião na prefeitura era eu quem ia representar a Nova Holanda. Na época a Eliana também fazia parte mas em outro cargo que ela saiu mas, saiu da presidência e a Ana ficou no lugar dela. Ana fazia faculdade nessa época e geralmente as reuniões na prefeitura eram no meio do dia. Eu tinha mais flexibilidade de ir para representar. Aí eu sempre ia nas reuniões da prefeitura aquelas reuniões maçantes, né? Então, era sempre assim, quem estava na frente quem podia ir atuava naquele momento. Era assim que a gente resolvia as coisas, entendeu? Era muito gratificante. A associação aqui da Nova Holanda ela era muito respeitada por todos. Quando chegava na reunião da prefeitura a gente sentava com todas as favelas do Rio, e eles davam sempre a fala pra associação daqui da Nova Holanda. Porque a gente sempre tinha um plano, alguma coisa já pronta pra poder apresentar como proposta. A maioria dos outros representantes só iam na aba. Era muito gratificante trabalhar pela associação da Nova Holanda (Entrevista realizada com Helena Edir Vicente – Moradora da favela Nova Holanda no dia 23/06/2020).

Segundo a entrevistada, a associação de moradores da Nova Holanda era formada por maioria negra. Já no tocante à atuação no movimento, Helena Edir destaca que chegou à associação no período da Chapa Rosa, exercendo o cargo de tesoureira, mas atuando em diferentes frentes de trabalho. Outra informação relevante que a entrevistada destacou foi o fato de a associação de moradores da Nova Holanda possuir uma legitimidade e lugar de respeito dentre as demais associações de favelas do Rio de Janeiro no contexto do início da década de 1980.

Ao destacar os testemunhos das personagens sobre a atuação de mulheres negras na Nova Holanda e o seu lugar de poder, Elza Jorge observa:

Eu sou uma mulher negra que desde muito nova já me interessava pelos problemas das mulheres negras e não só as mulheres negras como podemos dizer assim, todos os moradores da favela, né? Não só eu como outras da minha geração se interessou e acabou participando desse movimento, né? As mulheres começaram a crescer já daí e se empoderar já daí. Foi tudo dessa época, né? Tinham algumas, né? Que se interessava e chegava mais, né? Todas elas eram de um mesmo grupo. Esse grupo tinha bastante gente, né? Tinha a Sidicléa, tinha a Roseni, tinha Bernardete tinha uma porção, tinha a Marli, tinha a Roseni a outra Roseni. Tinha uma que eu não estou lembrada. Como é que é o nome dela mesmo? Selma. Tinha uma porção uma porção. Elas vieram da primeira comunidade, de uma das primeiras comunidades que foi retirada do local era lá na onde é a UERJ hoje. Favela do Esqueleto. Ao que me parece elas eram da esquerda quer dizer sempre foi, entendeu? Elas eram assim envolvidas nessas coisas. Aí foi quando surgiu a oportunidade de fazer parte da

associação (Entrevista realizada com Elza Jorge – Moradora da favela Nova Holanda no dia 15/06/2020).

Dentre os testemunhos pesquisados, o relato de Elza Jorge traz informações relevantes à pesquisa. Ela já inicia a entrevista se afirmando enquanto uma mulher negra e, em seguida, destaca que os problemas que afetam os moradores da favela como questões de seu interesse. No entanto, Elza explica que não se tratava de uma atuação pessoal, mas sim de um papel de militância assumido por uma geração de mulheres que se empoderaram a partir da atuação política na favela que se gestou pelo fato de terem sido removidas de um mesmo contexto.

Essa dimensão política de empoderamento destacado por Elza Jorge pode ser compreendida a partir da relação dialética entre opressão e ativismo, em que os moradores da favela buscam caminhos de autonomia frente aos diferentes mecanismos de exploração.

A importância de movimentos como este da Nova Holanda está no fato de serem engendrados na própria favela e pelos próprios moradores que, em sua maioria, eram mulheres negras que, ao criarem estratégias de atuação, tornaram-se figuras centrais e, portanto, porta-vozes dos moradores ao desempenharem o papel de referência na comunidade.

Sobre o conceito de sujeitas radicais e o compartilhamento de experiências na luta contra as opressões interseccionais, bell hooks destaca que há uma importância significativa para as mulheres negras se reconhecerem a partir de outras trajetórias (2019, p. 126).

Neste sentido, compreendemos que este lugar de pertença, delimitado pela atuação política de mulheres negras na favela Nova Holanda, contribui para que, coletivamente, o grupo se reconheça; criando uma identidade que será um importante componente ideológico de reconhecimento da luta para as próximas gerações.

No entanto, o que nos cabe aqui é entender, na complexidade que é a favela, não somente o papel do movimento associativista, mas a sua heterogeneidade formada a partir destas mulheres negras no sentido de afirmação de suas subjetividades ao ocuparem um lugar de poder e representação da comunidade.

O testemunho de Helena Edir reflete um pouco da realidade das mulheres brasileiras, em especial as mulheres negras que residem em bairros periféricos e precisam lutar contra o racismo e o sexismo sob diversas formas:

Então, as mulheres aqui sempre teve uma atuação muito forte, né? As mulheres deram início a primeira creche, né? Aqui, o nosso posto de saúde elas também começaram com um trabalho de formiguinha. Elas que precisavam de trabalhar e juntar numa casa, numa casa de uma outra pra poder ficar com aquelas crianças e foi daquele movimento delas que nasceu a primeira creche comunitária aqui, né? A creche Nova Holanda, depois creche comunitária que é hoje esse EDI que tem aqui

do lado da rua. A gente lutou pra não deixar morrer justamente por isso. Porque foi a primeira luta das mulheres aqui na Nova Holanda, né? E isso veio assim de muitos anos. A Maré é composta praticamente só de mulheres, né? (Entrevista realizada com Helena Edir Vicente – Moradora da favela Nova Holanda no dia 23/06/2020).

Nesta abordagem, Helena Edir apresenta, de modo geral, um pouco o perfil das mulheres na favela Nova Holanda. Grande parte das lutas citadas aqui nasceram em decorrência dos atravessamentos que se estruturaram a partir da lógica patriarcal como pilar da identidade cultural do povo brasileiro. De acordo com Nunes, este lugar em que a mulher de favela se anuncia é demarcado por alguns componentes de subalternidade, dentre eles a identidade de gênero e classe social (2018, p. 38).

No caso do testemunho de Helena Edir, a figura das mulheres de lutas, da Nova Holanda, ganha um contorno identitário muito forte, servindo como um elemento de coesão de ideias e um verdadeiro exemplo de atuação na favela. No entanto, devemos tomar como referência a pluralidade das narrativas que se expressam a partir da favela, tendo em vista que os testemunhos apresentados no decorrer do trabalho nos permitem, de modo geral, compreenderos diferentes caminhos percorridos por estas personagens.

Ainda que do ponto de vista histórico as moradoras da favela Nova Holanda, em especial as mulheres negras, tivessem um lugar de protagonismo no movimento associativista, consideramos que este processo não as impedia de serem constantemente confrontadas, como podemos perceber no testemunho apresentado por Helena Edir:

Então, é muito importante isso que eu falei com você, porque era assim, interessante como na favela mesmo a gente sendo mulher a gente sempre tinha vez, né? A gente nunca estava sozinha. Sempre tinha um secretário com a gente. Quando chegava em outros lugares eu me lembro bem que o falecido Seu Zé Careca falava agora a voz é dela, a voz é das meninas, sabe? Então, a gente sempre teve voz, né? Poucas vezes a gente foi assim hostilizada por ser mulher, né? Em tantos e tantos lugares que a gente frequentava. Era na prefeitura para falar com autoridades, era no Governo do Estado para falar com algum Secretário também e seja aqui com os meninos do movimento a gente sempre foi muito respeitada, eles nunca fizeram nada. Aqui sempre foi chamada pro diálogo qualquer problema que tinha, eles sempre nos respeitavam sempre dialogavam com a gente. Muito interessante. Isso dá assim, né? Porque alguns dizem que a mulher é o sexo frágil, né? Só se for em outros lugares. Aqui não, aqui eu sempre achei que as mulheres aqui sempre tiveram respeito (Entrevista realizada com Helena Edir Vicente – Moradora da favela Nova Holanda no dia 23/06/2020).

Ao analisar o testemunho de Helena Edir, destacamos que ao exemplificar uma perspectiva de autoridade, poder e reconhecimento das mulheres negras na favela, a entrevistada apresentou uma situação de atravessamento.

Durante um trecho de seu depoimento, Helena Edir destaca que, por vezes, ela e outras

integrantes da associação estavam em espaços de poder para tratar de temáticas relativas à favela e que, geralmente, eram acompanhadas pelo secretário da associação conhecido como Seu Zé Careca cuja posição era a seguinte: “agora a voz é delas”, “agora a voz é das meninas”.

A postura de Seu Zé Careca é a expressão do imperialismo patriarcal que exerce, sistematicamente, uma violência contra as mulheres negras ao delimitar o seu momento de fala. Este discurso articula uma operação simbólica de objetificação das mulheres negras que as colocam em outro lugar. Ou seja, no lugar da subalternidade.

Segundo Collins, os rituais de deferência, por exemplo, ao chamar as trabalhadoras domésticas de “meninas”, permitem que os empregadores as tratem como crianças, como seres humanos menos capazes (2019, p. 138). Diante dessa questão, destacamos que, no caso de Helena Edir, mesmo ocupando um lugar de poder e, portanto, protagonismo, não impediu que ela sofresse violência por meio de tentativas de silenciamentos e diminuição de seu papel.

É preciso destacar que o testemunho de Helena Edir reflete, na prática, uma lógica de domesticação da população negra que, neste caso, precisa ser contextualizada não somente pelo racismo como também pelo sexismo.

Ao evocar os aspectos do racismo presente na cultura brasileira, Gonzalez chama a atenção para as práticas que tendem a apagar as marcas da africanidade da mulher negra (1984, p. 226). Todas as narrativas analisadas até aqui se constituem como importantes fontes sobre a história da Nova Holanda e a identidade negra da favela, que se entrelaçam com as trajetórias destas personagens atuantes no trabalho comunitário.

O contexto da década de 1980 é crucial no que tange ao reconhecimento dos territórios de favelas no Estado do Rio de Janeiro, não só pelo insucesso da política remocionista, como também, pelas experiências políticas vivenciadas no contexto da redemocratização. Deste cenário, surgem várias representações populares que, no campo político, apresentam-se como aqueles capazes de impulsionar as ações de interesses das favelas junto a instâncias específicas do poder público para questionar, com mais efetividade e transparência, alguns serviços.

Contudo, reconhecemos a importância de refletir sobre a história e memória da das mulheres negras na Nova Holanda como testemunhas deste rico período de atuação dos movimentos sociais na favela, como analisaremos mais adiante.

3.2 Erguendo a voz: o lugar das narrativas negras na história e memória da favela Nova

Holanda

É preciso destacar que a fala das entrevistadas sobre suas vivências é entendida aqui como matéria-prima para a análise da história e memória da favela Nova Holanda, demarcada pelos recortes de gênero, raça e classe.

Considerando a existência de distintos níveis na formação das identidades e subjetividades das mulheres negras, moradoras das favelas, enfatizamos que o feito de erguer a voz em primeira pessoa é uma singularidade de cada uma das entrevistadas que demarcam o seu lugar de protagonistas nesta pesquisa.

Segundo bell hooks, a fala para uma mulher negra é antes de tudo um ato de resistência, um gesto político que desafia práticas de dominação que, em geral, tende a anular, silenciar e conservar os ânimos mudos (2019, p. 38).

De acordo com o relato apresentado por Miriam Santos, existe um importante papel desempenhado pelas mulheres negras nos dias atuais, como destaca:

Há um tempo atrás a mulher não era reconhecida, né? Sendo negra ou sendo branca. Ela não tinha espaço. No caso da mulher negra então, não pode nem falar. Eu sei que elas lutaram muito para isso. Hoje a mulher se despontou, ela saiu e tomou uma posição incrível. Hoje tem mulher negra atuando em vários lugares, defendendo causas diversas. Hoje as mulheres negras estão defendendo as suas bandeiras nas periferias, as mulheres negras estão tomando atitudes de enfrentamento e saindo para as ruas. Hoje a mulher escreve leis, hoje a mulher toma posição de referência dentro de comunidade. Um exemplo é a associação de moradores, vamos dizer assim. Até porque, isso aí é o básico que acontece dentro de uma comunidade. Hoje a mulher está sendo voz e está sendo responsável por criar leis. Em décadas atrás você não via isso. No caso da mulher negra, ela tem no corpo uma marca. Ela carrega o sangue de guerreiras. Isso é muito importante (Entrevista realizada com Miriam Santos – Moradora da favela Nova Holanda no dia 12/06/2020).

Neste depoimento, Miriam Santos observa, com forte teor crítico, o protagonismo feminino, tendo em vista que ela reconhece alguns avanços nas últimas décadas. No campo político, a entrevistada destaca a presença de mulheres, dentre elas, as mulheres negras que defendem suas bandeiras, propõem leis e ocupam posições de destaque e liderança em suas comunidades.

Na história da favela Nova Holanda, a atuação das mulheres negras deve ser interpretada, antes de tudo, como um processo gestado na esteira da ancestralidade, tendo em vista que a atuação política é um processo geracional que teve início com as mulheres atuando no postinho, na comunidade católica e na associação de moradores. Miriam Santos fez questão de exemplificar este fato ao destacar que a mulher negra carrega, em suas vivências,

um antepassado representado por mulheres guerreiras que abriram caminhos nessa constante disputam pelo lugar de fala e o lugar de memória.

Segundo Nora, os lugares de memória são estruturados pela dimensão material, simbólica e funcional, sendo estes elementos conectados uns com os outros, ou mesmo, atuando de forma particular (1993, p. 21). Neste caso, reconhecemos que estes testemunhos estão inseridos na dimensão simbólica e funcional ao reconhecermos, no lugar ocupado por estas mulheres personagens, um protagonismo importante ao representar a história e memória da favela.

Contudo, vale destacar algumas questões importantes para a pesquisa que foram apontadas pelas entrevistadas no que diz respeito ao movimento político empreendido na favela por mulheres negras, conforme destaca Marlucy Siqueira:

Em uma visão geral, né? Nem é de hoje que eu percebo que a mulher negra não é bem vista, né? A mulher negra sempre foi vista como aquela pessoa que está ali para servir, né? Para tomar conta dos filhos. É uma questão histórica. Porque é um papel difícil que ainda temos que lutar, né? É uma questão de luta de outras mulheres que veio antes de mim, né? O meu passado é de negros que lutaram por um lugar na sociedade. Um lugar de fala, um lugar de vista que tem a sua importância, mas geralmente não é colocada no papel de destaque. A mulher negra é vista como uma qualquer ou então não é vista se eu for analisar o contexto histórico. Mas também a gente sabe que sempre foram as mulheres negras que foram lá e trabalharam e batalharam. Eram as escravas que tinham que trabalhar, que tinham que dar leite materno, né? Diziam que a mulher negra é que era a mulher mais forte e que não sentiam dor. A mulher negra sempre é colocada como a mulher forte em outros tipos de relações, né? Então a gente precisa lutar e continuar na luta até hoje para que outras mulheres negras possam vir, aparecer, surgir, né? (Entrevista realizada com Marlucy Siqueira – Moradora da favela Nova Holanda no dia 08/06/2020).

Conforme a narrativa de Marlucy Siqueira, a imagem da mulher negra está no lugar de subalternidade, no lugar da exclusão. Neste caso, destacamos que a entrevistada aponta, a partir de sua história de vida, a perpetuação do discurso racista sobre as imagens das mulheres negras com base na sujeição, destacando-as, sempre, como mães, serviçais, mulheres fortes, mulheres que não sentem dor, dentre outras características. Assim como Miriam Santos, Marlucy Siqueira também destaca o papel da ancestralidade e do posicionamento como um dispositivo político capaz de reconhecer a sua identidade enquanto mulher-sujeita responsável por continuar uma luta iniciada por seus pais.

Com relação aos padrões de violência e dominação que, historicamente, são operacionalizados pelo racismo e pelo sexismo, ao estabelecer um lugar de submissão das mulheres negras, destacamos a abordagem de Collins com base no conceito de imagens de controle enquanto uma matriz de dominação operacionalizada na dimensão ideológica e no

interior da cultura ocidental branca e eurocêntrica (2019, p.135). Neste sentido, o conceito de imagem de controle deve ser entendido a partir de uma matriz de pensamento que se impõe à mulher negra no campo das relações de poder, apresentando-as como mulheres subalternas.

Segundo Bueno, o conceito de imagem de controle pode ser analisado a partir do discurso dominante, fruto do período escravocrata com base na criação de imagens interconectadas, socialmente, e relacionadas à feminilidade negra na subordinação das mulheres (2020, p.73).

Ao exemplificar o lugar de mães, o lugar de serviçais, o lugar de amas de leite, Marlucy Siqueira nos apresenta um testemunho forte sobre os diversos tipos de violências conectadas pelos marcadores de gênero, raça e classe que afetaram a sua vida e das mulheres negras, em especial, o seu contexto que é a favela.

Ao longo dos testemunhos, as entrevistadas enfatizaram a crítica sobre as imagens que, culturalmente, recaem sobre as mulheres negras, tendo como questão central as experiências pessoais, como observa:

Existe muito racismo e muito preconceito contra a mulher que mora em favela. Eu acredito que a mulher negra é menosprezada pelo racismo. A mulher negra eu penso assim que quando a mulher sai para procurar o emprego e precisa concorrer com uma branca, as melhores vagas ficam com as brancas. Agora, se for para uma faxina a mulher negra é contratada. A sociedade acha que o negro e favelado só serve para isso. O negro só serve para limpar. Eu acho isso de uma violência. Eles não têm ideia do quanto isso afeta a mulher negra todos os dias. A mulher negra precisa sempre se afirmar. A educação é uma dessas características, vamos dizer assim, de destaque da mulher negra. Porque a cor dela sempre vem em primeiro lugar, o cabelo sempre vem em primeiro lugar. Este preconceito são coisas que muitas vezes cria uma doença, um trauma na mulher negra. Muitas até se recusam em seguir em frente. Eu mesmo tive uma experiência dessa. Eu lembro que na época, somos em 5 filhos e a minha mãe pedia ajuda e a gente saía para procurar emprego e não conseguia. Eu tinha até medo de dizer que morava na Nova Holanda. Isso cria uma ferida tão grande. Mas a mulher negra está caindo dentro e despontando, fazendo faculdade, disputando como pode (Entrevista realizada com Miriam Santos – Moradora da favela Nova Holanda no dia 12/06/2020).

Neste testemunho, Miriam Santos retrata a partir de sua trajetória, enquanto uma mulher negra e moradora de favela, as marcas do racismo e demais violências que sofreu. Assim como o testemunho anterior, revelado por Marlucy Siqueira, a história de vida de Miriam Santos também reflete o contexto da violência interconectada pelas categorias de gênero, raça e classe.

Neste sentido, é preciso destacar que as entrevistadas revelam um histórico de silenciamento e demais violências sofridas enquanto mulher negra e moradora de favela.

Miriam Santos também se insere como uma mulher negra marcada por uma representação negativa e estereotipada, típicas das imagens de controle. Seja na disputa do acesso ao mercado de trabalho, no medo em dizer o local em que morava e outros atravessamentos, fruto do racismo e do sexismo.

Como caminho para o rompimento de um histórico perpetrado por múltiplas violências a entrevistada Miriam Santos ressalta a autodeterminação através da educação.

De acordo com bell hooks, a desvalorização contínua da mulheridade negra é um desdobramento da violência em sua categoria interseccional que se estrutura a partir do intercruzamento entre gênero, raça e classe ao produzir diferentes formas de violência e discriminação, sendo necessário que pessoas negras se articulem na luta contra o imperialismo racial (2020, p. 109).

Os efeitos da desvalorização da mulher negra foi um ponto bastante destacado pelas entrevistadas durante a realização desta pesquisa. Assim como, também, destacam a importância de a mulher negra ocupar espaços de poder em um movimento de luta contra as diferentes formas de opressão, conforme podemos observar no depoimento de Marlucy Siqueira:

Existe uma grande importância para uma mulher negra quando ela ocupa um espaço de poder. A importância está justamente porque o racismo existe, né? O racismo continua existindo. É o que eu sempre falo com as pessoas aqui na comunidade, né? Ainda temos que continuar lutando pela nossa liberdade. Uma mulher negra sofre todo tipo de violência. Tem a violência obstétrica, né? Praticamente o médico acha que a mulher negra é a mulher mais forte e não dá os devidos cuidados na hora do parto. Isso é uma coisa muito recorrente aqui na favela. Eu falo por mim mesma. Muitas vezes eu já sofri violência em atendimento médico. Ainda mais quando é uma mulher negra e periférica, né? A gente sofre o racismo velado, aquele racismo de sutileza. Mulheres negras sofrem todo tipo de racismo. Igual eu falei, né? Você sofre no médico, no dia a dia quando você vai procurar um trabalho. Quando você é negra você é facilmente substituída por uma pessoa branca sem qualificação. E o cabelo? A pessoa fala para você cortar o cabelo. Você é definida pelo seu endereço, né? Se você fala que mora na Maré, né? Na Nova Holanda, as pessoas colocam um rótulo em você. Isso não vai ser resolvido agora. É um trabalho de formiguinha, né? (Entrevista realizada com Marlucy Siqueira – Moradora da favela Nova Holanda no dia 08/06/2020).

Neste testemunho, Marlucy Siqueira frisa a importância de mulheres negras ocuparem locais de poder, buscando pautar questões de seus interesses e de sua comunidade em uma luta contra a estrutura racista. A entrevistada ainda explica que “lutar pela liberdade” é uma questão necessária nos dias atuais, tendo em vista que o racismo se expressa em diferentes formas, como no caso da violência obstétrica, na exclusão do mercado de trabalho e na deslegitimação da população negra depreciada por morar na periferia. Os relatos, até aqui

apresentados, exemplificam os desdobramentos do racismo e suas complexidades ao afetar a população negra, em especial as mulheres negras moradoras de favela.

Conforme analisamos nos testemunhos das entrevistadas, são muito perceptíveis suas identidades interconectadas enquanto mulheres negras, mães, lideranças políticas, mulheres periféricas, dentre outros marcadores que desembocam em lutas lançadas na esteira da interseccionalidade.

De acordo com Akotirene, o conceito de interseccionalidade deve ser interpretado como um dispositivo teórico capaz de nos mostrar o quanto as mulheres negras são discriminadas e, muitas vezes, posicionadas em múltiplas marcações identitárias que as tornam cada vez mais vulneráveis ao racismo, sexismo, capitalismo, dentre outras formas de violência (2020, p. 63).

Destacamos, até aqui, que essa encruzilhada representada pela armadilha identitária deve ser enfrentada a partir da perspectiva do empoderamento que compreende não só a luta política das mulheres negras, como também, outros grupos no combate ao racismo e as diferentes formas de discriminações.

Ao analisar as consequências do racismo e do sexismo na vida de mulheres negras e periféricas, devemos compreender a importância das ações coletivas como contribuição para a luta empreendida em suas respectivas realidades e como inspiração mútua, como destaca Miriam Santos:

Então, eu penso que somos espelhos uma para as outras. Se ela pode eu também posso, se ela consegue eu também consigo. Se ela faz faculdade eu também posso. As mulheres negras do pré-vestibular são exemplos disso. Eu vejo dessa forma. Porque quando uma jovem consegue acessar espaços e criar asas para voar, isso acaba sendo uma esperança. Eu sou um exemplo disso. Como eu me espelhava em algumas mulheres negras da minha geração. Eu poderia citar várias aqui. Porém, vou destacar a Benedita. Nossa, como a Benedita me inspirava na época de associação de moradores. Você sabe que a Benedita teve atuação na associação de moradores do Morro do Chapéu Mangueira, não sabe? Então, ela era professora e líder comunitária. Nossa como eu me inspirei nela. Uma mulher que passou na associação de moradores e depois ocupou tantos outros lugares. Isso traz uma esperança para as outras, entendeu? Então, as mais novas se animam. Porque elas pensam que se ela pode você também pode. Quando as mulheres negras se unem, elas fortalecem a favela. As mulheres negras quando se une em uma força para enfrentar gigantes elas conseguem tudo (Entrevista realizada com Miriam Santos – Moradora da favela Nova Holanda no dia 12/06/2020).

De acordo com a narrativa da entrevistada Miriam Santos, existe uma importância significativa nas ações desempenhadas por mulheres negras na favela. Miriam explica que, ao

se articular em ações que colocam a mulher negra em locais de lideranças, elas tendem a se tornar referenciais para as outras mulheres e à sua comunidade como um todo.

Buscando exemplificar a importância de mulheres negras como figuras de poder na luta coletiva, Miriam Santos cita o caso de Benedita da Silva⁴⁰ como um dos seus referenciais na luta de representação da mulher negra ao ocupar espaços de poder, tendo em vista a semelhança de suas histórias de vida.

Entendemos até aqui, de acordo com Davis, que este lugar de representatividade e consequente empoderamento das mulheres negras não pode ser definido de forma simplista como ações de interesses específicos de uma classe (2017, p. 20). Neste sentido, a luta empreendida por mulheres negras e periféricas são expressões da luta contra o racismo e outras formas de opressão.

A favela Nova Holanda se constituiu, historicamente, como um local de lutas coletivas, de empoderamento e resistência dos seus moradores. Porém, é muito importante esclarecer que este ambiente político foi consequência de uma conjuntura histórica marcada por forte influência dos movimentos sociais no contexto de abertura política em um espaço da cidade que, historicamente, sofreu diferentes tipos de violências (da segregação do espaço urbano ao racismo e à violência policial).

Todavia, reconhecemos, na pluralidade deste movimento, que houve um importante protagonismo de mulheres negras, em especial aquelas inseridas na associação de moradores, na creche comunitária e no posto de saúde, ocupando espaços de poder e representação.

O testemunho de Marlucy Siqueira enfatiza a importância da luta de mulheres negras, tendo em vista que ao ocupar os espaços de poder e liderança, estas personagens quebram os

⁴⁰Segundo o dicionário biográfico – CPDOC / FGV, Benedita Souza da Silva Santos foi a primeira senadora negra do Brasil. Natural do Rio de Janeiro. Benedita começou a trabalhar muito jovem. Foi professora da escola comunitária da favela Chapéu Mangueira, atuando na alfabetização de crianças e adultos. Foi uma das fundadoras da associação das mulheres do Chapéu Mangueira, sendo posteriormente presidente. Em 1982, foi eleita vereadora nas eleições municipais pela legenda do Partido dos Trabalhadores (PT). Tornou-se a primeira mulher negra a atingir os mais altos cargos da história do Brasil: vereadora, deputada federal constituinte, reeleita para um segundo mandato em 1990, senadora, em 1994, e vice-governadora no pleito de 1998. Seus mandatos foram marcados pela defesa das mulheres e da população negra. É autora do projeto que inscreveu Zumbi dos Palmares no panteão dos heróis nacionais; fez de 20 de novembro o "Dia nacional da consciência negra"; responsável pela criação de delegacias especiais para apurar crimes raciais; pela obrigatoriedade do quesito cor em documento; lei contra assédio e direito trabalhistas extensivos às empregadas domésticas. Em 2002, Benedita da Silva assumiu o comando do Estado do Rio de Janeiro, com a renúncia do então governador. No dia 23 de dezembro de 2002, Benedita recebeu de Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente da República, a indicação para o Ministério da Assistência e Promoção Social, cargo que ocupou até janeiro de 2004. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedita-sousa-da-silva>.

padrões impostos pelo racismo e abrem um caminho no empoderamento para outras mulheres da favela, como podemos destacar:

Temos que continuar na luta, a luta continua. Temos que continuar exercendo o nosso papel de liderança na sociedade para quebrar os paradigmas. Nós mulheres negras no dia a dia temos que lutar, temos que nos empoderar e dar importância para o lugar que a gente ocupa na sociedade. Primeiro que eu não venho sozinha, né? Eu chego com muitas outras que lutaram para que eu tivesse o meu lugar de fala, né? E outra, eu não posso esquecer que também tenho o meu papel de abrir espaço para aquelas que vão continuar na luta. É isso. Meu único trabalho hoje é de falar. Porque é só dessa forma que uma mulher preta da favela é reconhecida. Então, é isso. A gente sofre racismo sempre. Tudo para uma mulher negra e periférica fica bem mais difícil, mas temos que estar lutando no dia a dia, né? A luta continua (Entrevista realizada com Marlucy Siqueira – Moradora da favela Nova Holanda no dia 08/06/2020).

A narrativa de Marlucy Siqueira traz a importância de demarcar o lugar da mulher negra na luta política ao ocupar locais de representação, tendo em vista o histórico de mulheres que se empenharam em disputar este protagonismo.

Ao reconhecer o seu papel de fala, buscando, no embate, a abertura de um caminho para outras gerações, a entrevistada Marlucy Siqueira amplia as perspectivas de atuação na luta política da favela Nova Holanda marcada por mulheres da periferia que, em longo prazo, estão desconstruindo e descolonizando modos de pensar.

A perspectiva de compartilhar experiências a partir da luta coletiva é visto por Miriam Santos e por Marlucy Siqueira como uma importante ferramenta, pois proporciona a troca de experiências e impulsiona as mulheres negras em um movimento de empoderamento. Este deslocamento foi analisado por bell hooks como sendo de grande importância, pois, a partir de seu caráter crítico, as mulheres negras desenvolvem as suas subjetividades, aprendendo umas com as outras, colocando seus atravessamentos, suas questões na luta contra o racismo, o sexismo e a exploração de classe (2019, p. 121).

Cabe observar que as entrevistadas deixaram claro, ao longo de seus testemunhos, que o lugar de representação na favela Nova Holanda não foi uma conquista fácil, ou seja, houve uma luta sistemática destas mulheres em se articular contra o silenciamento, como podemos observar:

A gente não pode se enganar. É o que eu sempre digo, né? Muitas mulheres são silenciadas. Se é mulher e negra então, parece que as coisas ficam sempre mais complicadas, né? Mas quando você percebe que você está sofrendo racismo quando você é uma mulher empoderada, aí você vai partir pra luta, né? Mesmo as pessoas dizendo que não é racismo, aí você vai pros embates e vai discutir o tema. Claro que algumas mulheres ficam inibidas. Porque é difícil, né? Por isso a importância de

estarmos juntas e se apoiar. Se estivermos juntas eles não vão ter como nos calar. Outra coisa também é que as vezes as mulheres negras estão sempre sendo esculhambada e nem sempre elas percebem que isso é uma questão de racismo. Repito, quando a mulher preta é empoderada ela não aceita o silenciamento. Por isso temos que fazer este trabalho de formiguinha para que as mulheres negras não fiquem nunca caladas diante de uma situação de racismo. Por isso eu falo da importância de estarmos juntas. Quando uma mulher constrói uma rede de apoio onde ela pode falar e se ajudar, aí meu filho, você nunca vai ver uma mulher negra silenciada. Porque é uma questão de espaço de fala. Quando você frequenta alguns lugares, né? Na associação de moradores, no pré-vestibular e outros espaços aqui na Nova Holanda, você apende a não se calar (Entrevista realizada com Marlucy Siqueira – Moradora da favela Nova Holanda no dia 08/06/2020).

O testemunho apresentado é uma prova de que as mulheres negras presentes no movimento associativista da favela Nova Holanda eram, de fato, mulheres-sujeitas que se articularam na luta contra o racismo, o sexismo e a violência de classe que, em geral, tendem a provocar o seu silenciamento. Assim, articular-se em rede, defender suas pautas, e prezar pela defesa do lugar de fala, constituiu-se como um importante caminho trilhado por estas mulheres que, posteriormente, passaram a transitar em outros espaços da favela, como Marlucy Siqueira destacou.

A próxima narrativa apresenta como testemunho a importância de espaços de representação dos moradores de favela, em especial das mulheres negras, como foi o caso da ampla atuação que Marlucy Siqueira obteve no movimento associativista e, posteriormente, nas organizações não governamentais fundadas na favela:

Eu participei de diferentes movimentos aqui na Nova Holanda, né? Da associação de moradores, da creche comunitária, do processo de cadastramento dos removidos das palafitas, né? Eu acompanhei os mais velhos, né? Aprendi muita coisa com a luta das questões surgidas aqui no território (Entrevista realizada com Marlucy Siqueira – Moradora da favela Nova Holanda no dia 08/06/2020).

De acordo com a entrevistada, ter participado em diferentes movimentos coletivos na favela, além de acompanhar as pessoas mais experientes, possibilitou um aprendizado referente às questões relativas às lutas empreendidas no território. Neste sentido, destacamos que, durante toda a entrevista, as personagens pontuaram suas identidades como elementos significativos na reflexão sobre a história e a memória de lutas no território. Estas leituras sobre a favela, entendidas a partir da fala de mulheres negras, que apontam raça, gênero e classe como campos de análise, sublinham o modo como as violências interseccionais afetam a população nas periferias.

Ao descrever o seu encontro com a luta política na favela, Miriam Santos destaca a sua trajetória como moradora removida que chegou à Nova Holanda ainda criança e a sua atuação, mais tarde, na associação, como podemos observar:

Quando eu vim pra cá eu vim menina, né? Eu cheguei com 13 anos e acompanhei o crescimento dessa comunidade. Acompanhei como moradora a partir de uma outra visão como representante da associação de moradores. Eu era uma pessoa muito simples, eu não tinha muita coragem. Eu me vi sendo chamada para atuar na associação de moradores da Nova Holanda e me lancei e aí que eu vi que era bom o negócio. Aí que eu comecei a abrir os meus olhos e ter uma visão diferente de liderança. De ser uma mulher que representava a comunidade. A maioria era mulher, isso foi muito legal. A atuação da mulher sempre foi muito forte na Nova Holanda. E a gente acabou inspirando uma geração de mulheres guerreiras na luta pela favela. Eu aprendi muito e conquistei muita coisa. E a atuação me deu este lugar de respeito dentro da comunidade. Eu me vi em uma posição de destaque e gostei. Eu achei maravilhoso ser reconhecida dentro da minha comunidade. Claro que eu fui até onde eu achei que deveria, né? Depois eu percebi que a associação já não representava a comunidade como eu esperava. Aí eu resolvi sair e fui atuar nas organizações aqui da favela (Entrevista realizada com Miriam Santos – Moradora da favela Nova Holanda no dia 12/06/2020).

O testemunho de Miriam Santos destaca a importância do movimento associativista na sua formação identitária, destacando, a partir das frentes de atuação em que esteve envolvida e dos espaços de poder que ocupou, uma maior capacidade de refletir sobre si mesma e sobre os problemas da favela.

Nesse sentido, notamos como foi importante para as mulheres negras da favela Nova Holanda a experiência decorrente do movimento associativista, considerando este histórico de lutas representado por elas e por tantas outras que marcou a memória coletiva da comunidade.

Ao longo das entrevistas, as personagens abriam suas vidas e falaram de momentos específicos de suas trajetórias com certo saudosismo ao relatar, por exemplo, o período áureo da associação de moradores da favela Nova Holanda ao longo da década de 1980. No entanto, elas não deixaram de reforçar a importância de continuar suas lutas, destacando que ainda existem diversas formas de violências e silenciamento das mulheres negras:

Pensando a minha a atuação e os enfrentamentos, né? Agora me veio a memória da Marielle. E a Mari pra mim foi como uma filha. Ela sempre me respeitou muito. A gente se comunicava bem e tinha uma boa amizade. E eu já via a Marielle como uma mulher negra de destaque na política, né? A Marielle foi um furacão. Ela teve os enfrentamentos como muitas mulheres negras aqui da Maré. De precisar lutar contra o racismo, a pobreza, de engravidar cedo e precisar se esforçar para estudar, trabalhar e dar conta da educação, do pão da sua filha. São muitos preconceitos e muitas barreiras que uma mulher negra da favela precisa enfrentar. Marielle deu a vida por uma causa. Marielle foi muito além, entendeu? É incrível quando você olha para uma mulher de coragem como ela que tomou como causa o enfrentamento de um Estado genocida que tenta parar a favela (Entrevista realizada com Miriam Santos – Moradora da favela Nova Holanda no dia 12/06/2020).

O testemunho de Mirian Santos destaca ato de silenciamento das mulheres negras que se dedicam e erguem a voz ao defender as causas da favela, da população negra, das mulheres, dentre outras minorias de direitos.

Ao citar Marielle Franco, a entrevistada enfatiza a importância do ato de erguer a voz como forma de assumir as narrativas negras no caminho da luta contra as violências institucionalizadas em sua forma racista e patriarcal⁴¹.

Segundo bell hooks, a transição de silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento (2019, p. 38). Destacamos aqui a perspectiva em reconhecer, a partir das narrativas negras, a compreensão da história e memória da favela Nova Holanda. Neste sentido, o trajeto que propomos busca caminhar em direção ao reconhecimento dos marcadores identitários de raça, classe e gênero como compreensão da favela vista como um fenômeno de produção da cidade.

Por fim, concluímos aqui esta pesquisa, tendo em vista a sua proposta em compreender a história e memória da favela Nova Holanda narrada por um grupo de mulheres negras inseridas no movimento associativista.

⁴¹ Marielle Franco foi uma mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré. Socióloga com mestrado em Administração Pública. Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, com 46.502 votos. Foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. No dia 14/03/2018 foi assassinada em um atentado ao carro onde estava. 13 Tiros atingiram o veículo, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes. Quem mandou matar Marielle mal podia imaginar que ela era semente, e que milhões de Marielles em todo mundo se levantariam no dia seguinte. Marielle se formou pela PUC-Rio, e fez mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua dissertação teve como tema: “UPP: a redução da favela a três letras”. Trabalhou em organizações da sociedade civil como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), ao lado de Marcelo Freixo. Iniciou sua militância em direitos humanos após ingressar no pré-vestibular comunitário e perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. Aos 19 anos, se tornou mãe de uma menina. Isso a ajudou a se constituir como lutadora pelos direitos das mulheres e debater esse tema nas favelas. Mari dizia que ocupar a política é fundamental para reduzir as desigualdades que nos cercam. <https://www.institutomariellefranco.org/es>

CONCLUSÃO

Ao longo do presente trabalho, procuramos analisar a formação da Nova Holanda a partir do contexto remocionista das décadas de 1960 e 1970, testemunhado por quatro moradoras de favelas removidas da Zona Sul da cidade que cresceram no Centro de Habitação Provisório e vivenciaram a luta associativista. Um elemento importante que observamos durante a realização da pesquisa pode ser comprovado a partir das narrativas sobre os impactos da remoção em suas vidas, além de destacar quão significativo foi o caminho de luta destas pessoas para a melhoria das condições de vida na favela.

Embora a política remocionista carregasse um aparato ideológico de cunho excludente, reconhecemos durante a pesquisa que a questão habitacional no Rio de Janeiro foi muito ampla, possuindo diferentes projetos - da intervenção à erradicação - ; sendo a favela considerada a verdadeira inimiga do planejamento urbano e o favelado como o desajustado que precisava de uma correção.

Outro fator de grande relevância para o trabalho que identificamos foi o uso político da questão habitacional por Carlos Lacerda como forma de obter recursos externos em um contexto de expansão da campanha Aliança para o Progresso, fazendo do Rio de Janeiro um polo de oposição ao presidente João Goulart. Assim como a Fundação Leão XIII atuando como uma instituição anticomunista nas favelas, sendo controlada pelo setor conservador da Igreja Católica que atuava na administração dos CHP's. Assim, parte considerável das questões levantadas durante a elaboração do trabalho nos levam à conclusão de que havia um interesse em usar a habitação popular como ferramenta política.

Buscamos mostrar as perspectivas das personagens a partir dos organismos em que estavam inseridas (associação de moradores, posto de saúde, paróquia, creche comunitária, entre outros). Também percebemos a importância em sublinhar o protagonismo negro e feminino respeitando, sobretudo o lugar de fala das personagens no debate sobre a Nova Holanda construído a partir de suas histórias de vida.

Essa etnografia do território revela como foi a chegada dos moradores à Nova Holanda e demonstra como as intervenções realizadas pelo poder público foram violentas a ponto de contribuir para os questionamentos, que posteriormente levaram à mobilização na comunidade, deixando marcas nas memórias de cada uma delas. Assim, apresentamos alguns caminhos de lutas e mobilizações populares que existiram nas favelas do Rio de Janeiro, em

especial na favela Nova Holanda, tendo como centro da questão a voz do morador, ou seja, aqueles que testemunharam o início da luta pela água e iluminação até a formação da Chapa Rosa.

As conquistas da Associação de Moradores e Amigos da Nova Holanda (AMANH) pela Chapa Rosa e sua atuação na favela foi entendida como uma conjunção de fatores, dentre eles a atuação dos técnicos do posto de saúde e do grupo de mulheres, da juventude católica, dentre outros movimentos que juntos romperam definitivamente com o controle que a Fundação Leão XIII exercia sobre os moradores. Notamos ainda, que no período de redemocratização - marcando o retorno dos partidos políticos perseguidos nos anos de repressão - houve a organização da associação de moradores como um dos movimentos que naquele período disputavam espaço na vida política do país ao propor um diálogo com a periferia.

Consideramos neste trabalho que a questão habitacional no Rio de Janeiro é antes de tudo um projeto da classe dominante que deve ser entendida como uma proposta de ordenamento do espaço urbano. Este processo apresenta no seu histórico de atuação práticas segregatórias direcionadas para a população pobre e majoritariamente negra. Desse modo, apontamos como a identidade desse grupo de moradoras é relevante para lidar com essa questão e como a memória pode ser o elemento aglutinador dessa identidade, pois é através dela que os demais tomam conhecimento dessas trajetórias de lutas e conquistas. Apontamos também que há um jogo de forças acerca das narrativas sobre o movimento associativista na favela Nova Holanda e seus atores. Percebemos através das falas de mulheres negras inseridas em tantas lutas na favela, certo saudosismo ao testemunhar sobre as conquistas do movimento associativista, destacando que muitas vitórias foram conquistadas, mas que atualmente não se sentem representadas pela associação em uma clara referência ao seu esvaziamento enquanto um órgão de representação política da favela.

Concluindo, apontamos que a pesquisa descobriu a partir das narrativas de Miriam Santos, Marlucy Siqueira, Helena Edir e Elza Jorge informações que em conjunto com a pesquisa bibliográfica e as estatísticas levantadas são suficientes para a compreensão da Nova Holanda como um espaço racializado. Essa disputa por narrativas acerca da história e memória da Nova Holanda é justificada pela escassez de trabalhos capazes de contemplar a favela a partir da interconexão entre raça, classe e gênero. Neste sentido, mais do que elencar os fatos que ocorreram na favela Nova Holanda em consonância com o movimento associativista, o trabalho aqui realizado buscou atestar o papel da mulheridade negra como testemunhas da história e memória da periferia compreendida a partir da questão racial.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C.N. **O perigo da história única**. Tradução Julia Romeu. – 1ª Edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. – São Paulo, Editora Jandaíra, 2020.

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

ABREU, M. de. **Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua Evolução**. Revista Rio de Janeiro, n. 10, maio-agosto 2003.

BRUM, M. **“O povo acredita na gente”: Rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

_____. **Cidade Alta: memórias e o estigma de favela em um conjunto habitacional do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

_____. **Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro** – Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

_____. S.I. **Opção pelos pobres: a pastoral de favelas e a reorganização do movimento de favelas do Rio de Janeiro na redemocratização**. Estudos Históricos Rio de Janeiro. vol 31, nº 65, p. 413-432, setembro-dezembro 2018.

BUENO, W. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins** – Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMPOS, L; GONÇALVES, R.S. **A atuação de Assistentes Sociais da Fundação Leão XIII nas favelas do Rio de Janeiro entre os anos de 1940-1950**. Departamento de Serviço Social, PUC Rio, 2019.

CARVALHO, M.B. **Uma Maré de Lutas: memória e mobilização popular na favela Nova Holanda** – Rio de Janeiro, 2006.

CASTRO, M. de. **Dom Hélder: misticismo e santidade** - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. 3ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

COLLINS, P.H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias – 1ª Edição – São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, R.S. **A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)** - Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1ª Edição – São Paulo: Boitempo, 2017.

DOMINGUEZ, M.P. **Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960** – Rio de Janeiro: Odisséia Editorial, 2007.

ENDERS, A. **História do Rio de Janeiro** – Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.

FERREIRA, M.M. **A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro** - Rio de Janeiro: Alcrj, CPDOC/FGV, 2008.

GOMES, A.C.; PANDOLFI, D.C; ALBERTI, V. **A República do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

GONÇALVES, R.S. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. – Rio de Janeiro; Pallas:Ed. PUC-Rio, 2013.

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

_____. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano** – Rio de Janeiro: 1ª Edição – Zahar, 2020.

HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Tradução Claudio Carina: Revisão Técnica; revisão técnica Luisa Valentini. – 1ª Ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOOKS, B. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. Tradução: Jamille Pinheiro. São Paulo; Elefante, 2019.

_____. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução: Staphanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução: Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. **Ensinando Pensamento Crítico: Sabedoria e prática**. Tradução: Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

_____. **E eu não sou uma mulher?:mulheres negras e feminismo**. Tradução: Bhuvi Libanio – 5ª edição – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

JESUS, C.M. **Quarto do despejo: diário de uma favelada** – 10ª Edição – São Paulo: Ática, 2014.

JUNIOR, E.D.N.; BELFORT, M.C.S.; RIBEIRO, P. **Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

LACERDA, C. **Depoimentos** / Carlos Lacerda: prefácio de Ruy Mesquita: organização de texto, notas e seleção de documentos de Cláudio Lacerda Paiva. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LEITE, M.P. **Entre individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro**. Revista brasileira de ciências sociais – Vol. 15, nº 44 – outubro/2000.

MOTTA, M. **Carisma, memória e cultura política: Carlos Lacerda e Leonel Brizola napolíticodoRiodeJaneiro**. In: MOTTA, MarlySilvaetal. *Apolíticacariocaemquatro tempos*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. Nossa História**. Rio de Janeiro, nº19, p.72-25, maio, 2005.

_____. **Carlos Lacerda: O Rio de Janeiro continua sendo?** Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 14f.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos** – (Coleção: cultura negra e identidades) 4ª Edição – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

NUNES, N.R.A. **Mulher de favela: O poder feminino em territórios populares**. – Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

OAKIN, J. **“Urbanização sim, remoção não”. A atuação da Federação das Associações de favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970** –Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

PANDOLFI, D.C.; GRYNSZPAN, M. **A favela fala: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

PERLMAN, J.E. **O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**: tradução de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2. N. 3, 1989, p.3-15.

_____. **Memória e Identidade Social. Estudos Histórico.** Rio de Janeiro, vol, 05. N.10,1992, p.200 – 212.

RATTS, A.; RIOS, F.L.G.**Retratos do negro no Brasil** (Coordenada por VeraLúcia Benedito) – São Paulo, Selo Negro, 2010.

REDES DA MARÉ. **Guia de ruas da Maré.** Rio de Janeiro,2012.

_____.**Guia de ruas da Maré.** Rio de Janeiro,2014.

_____.**Censo populacional da Maré.** Rio de Janeiro, 2019.

ROBAINA, I.M.M. **Assistência social ou controle sócio-espacial: uma análise das espacialidades políticas da Fundação Leão XIII sobre as favelas cariocas (1947-1962).** Espacialidades, 2013.

ROCHA, L.M. 2013. **Uma favela "diferente das outras"? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão.** Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet & Faperj, 292p.

SOUZA, M.A.P.; ZALUAR, A.M.**Um século de favela – 4ª Ed. –** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SOUZA, M.L. **ABC do desenvolvimento urbano – 10ª Ed. –** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

VALLADARES, L.P. **Passe-se Uma Casa: Análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____.**A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.